



MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ – RJ
PREFEITURA MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2016



O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica do Município, resolve tornar públicas as instruções destinadas à realização do Concurso Público para o preenchimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, na forma da Lei Municipal nº 326, de 28 de abril de 1997 atualizada e conforme o Edital a seguir:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital e executado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM.

1.2. Os cargos objeto do Concurso Público, os requisitos necessários para habilitação, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.2.1. As atribuições típicas dos cargos, a definição de conteúdos programáticos e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II e III do presente Edital.

1.2.2. A Prefeitura Municipal de Barra do Piraí - RJ admitirá o número total dos candidatos aprovados em relação às vagas quantificadas no Anexo I deste Edital, durante a validade do Concurso Público, respeitada a ordem de classificação.

1.3. Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site www.ibam-concursos.org.br, localizar o link do **Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí/RJ**, clicar em **Cargos disponíveis** e escolher o cargo para o qual deseja realizar a inscrição. Logo em seguida, o candidato deverá preencher o **Formulário de inscrição**, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados, inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código.

1.3.1. Os candidatos que não dispõem, por qualquer motivo, de acesso à Internet deverão seguir as orientações contidas nos itens 4.18 a 4.24 do Edital.

1.4. O candidato que necessitar de **condição especial** para a realização da prova, ainda que tenha feito sua inscrição pela Internet e tenha especificado no Formulário de Inscrição a condição que necessita, **deverá também solicitá-la por escrito e anexar o laudo com justificativa médica**.

1.4.1. O laudo médico deverá ser entregue no Posto de Atendimento definido no item 4.19 ou enviado por meio de carta simples com AR ou Sedex com AR, **durante o período de inscrição - compreendido de 06/06/16 a 24/06/16**, para o **Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM**, Núcleo de Concursos, situado na Rua Buenos Aires, nº 19 – Centro – Rio de Janeiro/ RJ – CEP: 20070-021.

1.4.2. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto nos itens 1.4 e 1.4.1, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

1.5. As **candidatas grávidas e as lactantes** deverão declarar, **no ato da inscrição**, sua condição para disponibilização de sala especial no dia de aplicação das provas.

1.5.1. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no item 1.5, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

1.5.2. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, sendo esta indicação de sua inteira responsabilidade, cuja pessoa deverá possuir maioridade legal e permanecer em sala reservada para essa finalidade, sendo responsável pela guarda da criança.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

1.5.3. A candidata nesta condição que não levar acompanhante não realizará a prova e será eliminada do Concurso Público.

1.6. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como a Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí, de 05 de abril de 1990, serão reservados aos candidatos com deficiência 10% (dez por cento) do número de vagas de cada cargo, **observada a aptidão plena para o exercício das atribuições do cargo escolhido.**

1.7. Quando a aplicação do percentual de reserva de vagas resultar em número fracionado igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco) será garantida uma vaga do cargo objeto do Concurso Público para os candidatos com deficiência.

1.8. Caso não haja nomeação e posse conjunta de todos os aprovados, a cada 09/10 de candidatos sem deficiência, o último décimo será nomeado oriundo da lista de candidatos com deficiência aprovados, independentemente de sua classificação geral, respeitando-se a ordem de classificação da lista de candidatos aprovados com deficiência.

1.9. Os candidatos aprovados no Concurso Público poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO PÚBLICO

2.1. Ser brasileiro ou naturalizado, ou no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 12, § 1º da Constituição Federal/88; combinado com o Decreto Federal nº 70.436/72;

2.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

2.3. Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

2.4. Ter nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;

2.4.1. O candidato que não comprovar a escolaridade exigida para o cargo, no ato da posse, será eliminado do Concurso Público.

2.5. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da posse;

2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

2.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;

2.8. Apresentar declaração de não possuir acúmulo de cargo ou emprego público, exceto aqueles admitidos constitucionalmente.

2.9. Os candidatos inscritos para os cargos de **Guarda Municipal Feminino e Guarda Municipal Masculino** deverão observar as orientações a seguir:

2.9.1. Ter estatura mínima de 1,65m (feminino) e 1,68m (masculino), sendo que a aferição se dará por ocasião da aplicação da Prova de Aptidão Física. Serão excluídos do certame os que não possuírem as estaturas mínimas;

2.9.2. Apresentar, no ato da posse, folha de antecedentes da Polícia Federal e dos Estados onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;

2.9.3. Apresentar, no ato da posse, declaração firmada de não haver sofrido, no exercício profissional ou da função pública, penalidade por prática de atos desabonadores.

3. VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro 2004.

3.2. Ao candidato abrangido pelo Decreto Federal nº 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, é assegurado o direito de inscrever-se na condição de candidato com deficiência, desde que declare essa condição no ato da inscrição e a sua deficiência seja compatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.

3.3. O candidato com deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, no Formulário de inscrição.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

3.4. Conforme disposto pelo art. 39 do Decreto Federal nº 3.298/99, o candidato deverá apresentar, **durante o período de inscrição - compreendido de 06/06/16 a 24/06/16**, laudo médico, original ou cópia autenticada, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.4.1. O laudo médico deverá ser referente aos últimos 06 (seis) meses e estar redigido em letra legível.

3.4.2. Os candidatos com deficiência deverão entregar o laudo médico no Posto de Atendimento, definido no item 4.19 ou enviar por meio de carta simples com AR ou Sedex com AR, **durante o período de inscrição - compreendido de 06/06/16 a 24/06/16**, para o **Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. Caso o laudo seja enviado via postal**, na parte externa do envelope deverá constar as seguintes informações:

Ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM

Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí/ RJ

Laudo Médico

Rua Buenos Aires, nº 19 – Centro, Rio de Janeiro/ RJ CEP: 20070-021

3.5. Os candidatos com deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência.

3.6. Os candidatos com deficiência aprovados e convocados para a realização da etapa de exames médicos deverão submeter-se à junta médica oficial promovida pela Prefeitura Municipal de Barra do Piraí.

3.6.1. Caberá à junta médica decidir sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, bem como sobre a compatibilidade ou não da deficiência com as atribuições do cargo a ser ocupado, de modo que o desempenho da atividade exercida não venha agravar ou comprometer a saúde desses candidatos, sendo lícito ao Poder Executivo Municipal programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

3.7. A junta oficial será composta conforme disposto no Decreto Federal nº 3.298/99.

3.8. Compete à junta oficial, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto no item 1.6, concorrendo à totalidade das vagas.

3.9. A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma estabelecida no item 7 deste Edital.

3.10. A não observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.11. Os candidatos com deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, observado o disposto no item 3.

3.12. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial no dia do Concurso Público deverá especificá-la no Formulário de inscrição e seguir as orientações do item 1.4 e seus subitens.

3.13. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no item 3.12, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

3.14. A realização das provas por esses candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

3.15. O candidato que, no ato de inscrição, se declarar deficiente, se aprovado no Concurso Público, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

3.16. As vagas reservadas aos candidatos com deficiência, não preenchidas, serão remanejadas para os demais candidatos.

4. INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

4.1. As inscrições serão realizadas no período **de 06/06/16 a 24/06/16**, exclusivamente pela Internet, através do site **www.ibam-concursos.org.br**.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

4.1.1. Os valores das inscrições são os dispostos na tabela abaixo:

CARGOS/ ESCOLARIDADES	VALORES DE INSCRIÇÃO
Cargos de Nível Superior	R\$ 80,00 – oitenta reais
Cargos de Nível Médio	R\$ 60,00 – sessenta reais
Cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto	R\$ 30,00 – trinta reais

4.2. O candidato deverá consultar o *síte* www.ibam-concursos.org.br onde terá acesso a todos os documentos e procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre **0h00 do dia 06/06/16 e 22h00 do dia 24/06/16**.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após a agência bancária confirmar o efetivo pagamento do valor da inscrição. O candidato poderá verificar a aceitação de sua inscrição no endereço eletrônico www.ibam-concursos.org.br através da opção **Área do candidato**.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie, **preferencialmente no Banco Bradesco**, ou através de *Internet Banking*, **NÃO SENDO ACEITO PAGAMENTO EM CHEQUE, AGENDAMENTO BANCÁRIO OU DEPÓSITO FEITO ATRAVÉS DE ENVELOPE EM TERMINAL ELETRÔNICO**.

4.4.1. Caso ocorra dificuldade na impressão do boleto bancário o candidato poderá realizar alguns dos procedimentos a seguir:

- 1) clicar no ícone de impressão;
- 2) clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção imprimir;
- 3) usar a opção de imprimir do navegador através do menu de opções;
- 4) usar as teclas Ctrl P para chamar a opção de imprimir do navegador.

4.4.2. É vedada a transferência do valor pago a título de inscrição para terceiros ou para outros concursos.

4.5. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser efetivado, impreterivelmente, **até às 19h00 do dia 27/06/16**, caso contrário não será considerado.

4.6. O candidato inscrito pela Internet responsabilizar-se-á pela informação dos dados cadastrados no ato de inscrição, sob as penas de lei.

4.7. O candidato inscrito pela Internet deverá retirar seu cartão de confirmação, contendo as informações sobre o local de realização da prova, no endereço eletrônico www.ibam-concursos.org.br através da opção **Área do candidato**.

4.7.1. O cartão de confirmação de inscrição não será enviado via postal. Quando o cartão de confirmação estiver disponível haverá um aviso de "cartão disponível" na página principal de concursos do IBAM e caberá ao candidato sua impressão.

4.7.2. Ao gerar o cartão de confirmação de inscrição o candidato deverá verificar se a data e o horário da prova estão em conformidade com o item 5.2.1. do Edital. Caso haja alguma divergência o candidato deverá entrar em contato com o IBAM.

4.8. O descumprimento de qualquer das instruções para inscrição via Internet implicará cancelamento da inscrição.

4.9. **É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do Formulário de inscrição, razão pela qual deve ser atentamente conferido antes do envio, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições.**

4.10. As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do *síte* www.ibam-concursos.org.br nos últimos dias de inscrição.

4.11. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e a Prefeitura Municipal de Barra do Piraí não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados, salvo quando o motivo da falha for comprovadamente de responsabilidade das entidades organizadoras do Concurso Público.

4.12. Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

4.13. Após o pagamento do valor de inscrição não será permitida alteração de cargo.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

4.14. O valor pago a título de inscrição somente será devolvido em caso de suspensão, anulação e cancelamento do Concurso Público, descabendo qualquer outra hipótese de devolução.

4.15. Informações complementares sobre inscrição via Internet estarão disponíveis no endereço eletrônico www.ibam-concursos.org.br.

4.16. O candidato deverá verificar, **a partir do dia 28/06/16 após às 14h00**, através do site www.ibam-concursos.org.br, na opção **Documentação do concurso**, se sua inscrição foi homologada, não cabendo aos organizadores qualquer responsabilidade pela não conferência.

4.16.1. O candidato que não tiver sua inscrição homologada deverá recorrer na forma do item 7 do presente Edital.

4.17. O atendimento ao candidato será feito através do email concurso@ibam.org.br, ou ainda pelos telefones (21) 3553-1754/ 3553-1755/ 3553-1758/ 2536-9797 no horário de 08h30 às 17h30, de segunda à sexta-feira.

4.18. Da inscrição no Posto de Atendimento

4.19. Para os candidatos que não dispõem, por qualquer motivo, de acesso à *Internet*, será disponibilizado microcomputador para viabilizar a efetivação da inscrição, no Quiosque do Saber situado à Praça Nilo Peçanha, Centro – Barra do Piraí / RJ, no horário de 9h00 às 17h00, de segunda à sexta-feira.

4.19.1. Excepcionalmente no dia 06/06/16 o Posto de Atendimento funcionará a partir das 10h00.

4.20. Será de responsabilidade exclusiva do candidato efetuar sua inscrição, podendo contar apenas com orientações do atendente do posto. Não será responsabilidade do atendente efetuar a inscrição para o candidato.

4.21. Para efetuar a inscrição, o candidato deverá estar munido obrigatoriamente de documento de identidade oficial, original e com fotografia e do CPF (Cadastro de Pessoa Física) e seguir todas as instruções descritas no item 4 e subitens.

4.22. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CRA, CRC, OAB e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Carteira de Motorista com foto ou Passaporte.

4.23. Após o preenchimento do Formulário de inscrição o candidato deverá imprimir o Boleto Bancário e efetuar o pagamento do valor de inscrição em rede bancária.

4.23.1. Caso ocorra dificuldade na impressão do boleto bancário o candidato poderá realizar alguns dos procedimentos a seguir:

- 1) clicar no ícone de impressão;
- 2) clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção imprimir;
- 3) usar a opção de imprimir do navegador através do menu de opções;
- 4) usar as teclas Ctrl P para chamar a opção de imprimir do navegador.

4.24. O candidato somente será considerado inscrito neste Concurso Público após ter cumprido todas as instruções descritas no item 4 e subitens deste Edital.

4.25. Aos candidatos amparados pela Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí:

4.25.1. Fica dispensado do pagamento do valor de inscrição o cidadão que comprovadamente atender às condições e aos requisitos estabelecidos na Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí - RJ.

4.25.2. Para as inscrições amparadas pelo subitem anterior, os candidatos deverão proceder da seguinte forma:

a) realizar o pré-cadastramento de seus dados pessoais, **pela Internet**, através do site www.ibam-concursos.org.br ou através do **Posto de Atendimento** definido no item 4.19, **no período de 06 a 08 de junho de 2016**, acessando a opção **Cargos disponíveis** no **link** do **Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí/RJ** e escolher o cargo para o qual deseja pleitear isenção. Logo em seguida, o candidato deverá preencher o **Formulário de inscrição**, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados, inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

b) imprimir o Boleto Bancário, contendo o nome do candidato, número do documento de identidade e o código e a nomenclatura do cargo escolhido;

c) preencher e assinar o formulário de Declaração de Hipossuficiência Financeira e apresentar a documentação exigida.

4.25.3. O candidato deverá entregar, **pessoalmente**, os documentos mencionados acima (boleto bancário, Declaração de Hipossuficiência Financeira e cópias da documentação exigida, no Quiosque do Saber situado à Praça Nilo Peçanha, Centro – Barra do Piraí / RJ, no horário de 9h00 às 17h00, no período de 06 a 08/06/16.

4.25.3.1. Excepcionalmente no dia 06/06/16 o Posto de Atendimento funcionará a partir das 10h00.

4.25.4. A documentação que for apresentada em desacordo com as regras do Edital não será analisada.

4.25.5. Os gastos com as cópias dos documentos solicitados serão por conta do candidato.

4.25.6. A Prefeitura Municipal de Barra do Piraí se reserva o direito de confirmar, em qualquer época, as informações e documentos apresentados, indeferindo as inscrições cujos documentos não sejam comprovadamente válidos.

4.25.7. Na ocorrência de falsidade de declaração, serão adotadas medidas legais contra os infratores, inclusive as de natureza criminal, sendo o mesmo excluído do Concurso Público.

4.25.8. A análise dos pedidos de isenção das inscrições e o deferimento ou não destas são de competência da Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí.

4.25.9. O resultado da análise da documentação apresentada na inscrição do candidato contemplado será dado a conhecer através dos *sítes* do IBAM e da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí e do Mural de Atos da Prefeitura, cabendo exclusivamente ao candidato a responsabilidade de conferir, no dia **15/06/16**, se teve seu pedido de isenção do valor de inscrição deferido.

4.25.10. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de inscrição via correio, via fax ou via email.

4.25.11. É assegurado recurso em caso de decisão denegatória do pedido de isenção nos 2 (dois) dias úteis subsequentes à divulgação da referida decisão.

4.25.12. Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí e entregues pessoalmente para registro no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, situado na Travessa Assumpção, nº 69 - Centro - Barra do Piraí, no horário de 9h00 às 17h00.

4.25.13. Os candidatos que tiverem a pré-inscrição deferida estarão, automaticamente, inscritos no Concurso Público, para o cargo informado no Formulário de inscrição.

4.25.14. O candidato que tiver a sua **pré-inscrição indeferida** poderá participar do Concurso Público, desde que efetue o pagamento do boleto bancário da inscrição já realizada.

4.25.15. Os candidatos que tiverem a pré-inscrição indeferida e que não efetuarem o pagamento do boleto bancário, estarão automaticamente excluídos do mesmo.

5. PROCESSO SELETIVO

5.1. Provas Objetivas

5.1.1. As provas objetivas de caráter eliminatório e classificatório se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito no Anexo II deste Edital.

5.1.2. O valor de cada prova objetiva é o constante do Anexo II deste Edital.

5.1.3. Nas provas objetivas eliminatórias e classificatórias, serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.1.4. O conteúdo das questões variará de acordo com o grau de escolaridade exigido para o preenchimento do cargo ao qual o candidato concorrer.

5.1.5. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.2. Realização das Provas Objetivas

5.2.1. As provas objetivas serão realizadas, **no dia 31 de julho de 2016**, em dois períodos a saber:

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

- **1º período** para os cargos de Professor I, Nível Superior e Nível Fundamental Incompleto, com **abertura dos portões às 8h00 e fechamento às 9h00**, para início das mesmas, a partir da autorização da Coordenação Geral do Concurso, sendo de 3 (três) horas a duração da prova.

- **2º período** para os cargos de Professor II, Nível Médio, Nível Médio Especializado e Nível Fundamental Completo, com **abertura dos portões às 14h00 e fechamento às 15h00**, para início das mesmas, a partir da autorização da Coordenação Geral do Concurso, sendo de 3 (três) horas a duração da prova.

5.2.1.1. O candidato poderá se inscrever para mais de um cargo, desde que as provas ocorram em horários diferentes (manhã e tarde).

5.2.1.2. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados, existentes e reservados para cada período, o IBAM e a Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, reservam-se o direito de remanejar os horários de prova.

5.2.2. O local da realização das provas, além de ser divulgado nos sites do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) e da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí (www.pmbp.rj.gov.br), constará do cartão de confirmação de inscrição disponível no site de concursos do IBAM na opção Área do candidato e também será disponibilizada lista nominal nos sites do IBAM e da Prefeitura e no Mural Oficial de Atos da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí.

5.2.2.1. Ao gerar o cartão de confirmação de inscrição o candidato deverá verificar se a data e o horário da prova estão em conformidade com o item 5.2.1 do Edital. Caso haja alguma divergência o candidato deverá entrar em contato com o IBAM.

5.2.2.2. O cartão de confirmação de inscrição não será enviado via postal.

5.2.3. As provas serão realizadas na cidade de **Barra do Piraí e caso necessário em Municípios vizinhos**, nos locais especificados pela organização do Concurso Público.

5.2.3.1. O IBAM e a Prefeitura Municipal de Barra do Piraí não assumirá qualquer responsabilidade quanto ao transporte e ao alojamento dos candidatos.

5.2.4. O candidato que chegar após o horário estabelecido no item 5.2.1. não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do Concurso Público.

5.2.5. Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de prova com antecedência de uma hora do horário previsto para o fechamento dos portões.

5.2.6. O candidato deverá comparecer aos locais de prova munido do cartão de confirmação de inscrição e de documento original de identidade, sempre oficial e com fotografia, e de 2 (duas) canetas esferográficas transparentes de tinta azul ou preta.

5.2.6.1. O cartão de confirmação de inscrição é um documento de caráter informativo, motivo pelo qual a sua apresentação não é obrigatória, no dia de realização das provas.

5.2.7. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRA e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Carteira de Motorista com foto ou Passaporte.

5.2.7.1. Os documentos especificados no item anterior deverão estar dentro do prazo de validade.

5.2.7.2. Não serão aceitos como documento de identidade: Certidões de Nascimento e de Casamento; Títulos eleitorais; Carteiras de Motorista (modelo sem foto); Carteiras de Estudante; Carteiras Funcionais sem valor de identidade; Documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados; Cópias autenticadas de documentos de identidade.

5.2.7.3. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato (foto e assinatura).

5.2.8. Caso o candidato não possa apresentar **nenhum dos documentos** de identidade relacionados no item 5.2.7, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo **de todos eles**, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da prova, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinatura e de impressão digital em formulário próprio.

5.2.8.1. A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

5.2.9. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, **deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico** que esteja sob sua posse, **incluindo os sinais de alarme e os modos vibração e silencioso**. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, *palm-top*, relógio digital com receptor, *Ipod*, *MP3*, entre outros, incorrerá na **exclusão** do candidato do certame, **mesmo que o aparelho esteja dentro do envelope de segurança**, com recolhimento da prova e posterior retirada do candidato do local de prova, mediante registro da ocorrência em ata própria.

5.2.9.1. É aconselhável que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador caso seja ativado.

5.2.9.2. Recomenda-se ao **candidato não levar nenhum dos aparelhos indicados acima**. Caso ocorra alguma irregularidade será de responsabilidade do candidato.

5.2.10. Será proibido ao candidato entrar ou permanecer no local de prova portando arma(s) de fogo, mesmo que possua o respectivo porte.

5.2.11. Será vedado ao candidato o uso de óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro entre outros. O candidato que necessitar usar um dos itens citados deverá ter justificativa médica e o(s) objeto(s) será(ão) verificado(s) pela coordenação do local.

5.2.12. Nos locais de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

5.2.13. Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marcapasso, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverão comunicar previamente à Organização do Concurso Público - durante o período de inscrição - através de comunicação formal via postal. Estes candidatos deverão ainda comparecer ao local de provas munidos dos exames e laudos que comprovem o uso de equipamentos.

5.2.14. Os candidatos só poderão sair do local de realização da prova após 1 (uma) hora do início da mesma, podendo levar o caderno de provas.

5.2.15. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local juntos.

5.2.16. A organização do Concurso Público não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.

5.2.17. O candidato ao terminar sua prova deverá retirar-se imediatamente do local, não podendo permanecer em suas dependências, tampouco utilizar os banheiros.

5.2.18. A Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí poderá, justificadamente, alterar, antes da realização do presente certame, as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

5.3. Títulos

5.3.1. Serão atribuídos pontos aos títulos, que serão adicionados ao total de pontos obtidos pelos candidatos nas demais provas.

5.3.1.1. A contagem dos pontos referida no item anterior obedecerá aos critérios a seguir:

a) para o cargo de Professor II:

- Cursos de aperfeiçoamento, com mínimo de 120 (cento e vinte) horas/aula por curso, que guardem ligação direta com as atribuições do cargo ao qual o candidato está concorrendo, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório de certificado de conclusão e/ou histórico escolar: 01 (um) ponto, podendo apresentar até 03 (três) certificados;
- Curso de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), com no mínimo 80 (oitenta) horas/aula por curso/ciclo, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório de certificado de conclusão e/ou histórico escolar: 02 (dois) pontos, podendo apresentar até 03 (três) certificados;
- Certificado de conclusão de Formação Docente de Nível Superior, em Curso de Pedagogia ou Normal Superior ou Licenciatura Plena na área de educação, mediante

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

apresentação de cópia autenticada em cartório de certificado de conclusão e/ou histórico escolar: 03 (três) pontos;

- Curso de Especialização em Pós-Graduação com o mínimo de 360 (trezentas e sessenta) horas/aula, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório do certificado ou diploma de conclusão e/ou histórico escolar: 04 (quatro) pontos, podendo apresentar até 02 (dois) certificados.

b) Para os cargos de Nível Superior e Professor I:

- Cursos de aperfeiçoamento, com mínimo de 120 (cento e vinte) horas/aula por curso, que guardem ligação direta com as atribuições do cargo ao qual o candidato está concorrendo, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório de certificado de conclusão e/ou histórico escolar: 01 (um) ponto, podendo apresentar até 03 (três) certificados;
- Curso de Especialização em Pós-Graduação com o mínimo de 360 (trezentas e sessenta) horas/aula, desde que não seja requisito exigido para provimento e guarde relação direta com as atribuições do cargo para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório do certificado ou diploma de conclusão e/ou histórico escolar: 04 (quatro) pontos, podendo apresentar até 02 (dois) certificados;
- Mestrado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que guarde relação direta com o cargo para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório do certificado ou diploma de conclusão e Título de Mestre: 08 (oito) pontos;
- Doutorado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada em cartório do certificado ou diploma de conclusão e Título de Doutor: 12 (doze) pontos.
- **A carga horária dos títulos não é cumulativa.**

No caso dos títulos de Especialização em Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, serão aceitos também Certidões de Conclusão de Curso e/ou Declarações de Conclusão de Curso, expedidas por instituição oficial e reconhecida pelo MEC, atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ou do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou está de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE). Caso seja identificada a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, a certidão/declaração não será válida.

5.3.2. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas.

5.3.3. A pontuação máxima na prova de títulos é de 20 (vinte) pontos para o cargo de Professor II e 31 (trinta e um) pontos para os cargos de Nível Superior e Professor I.

5.3.4. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.

5.3.5. Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não autenticadas em cartório.

5.3.6. As notas atribuídas aos títulos serão adicionadas à nota final, exclusivamente para efeitos de classificação, não como critério de desempate.

5.3.7. Se comprovada, em qualquer tempo, a irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e, comprovada a culpa do mesmo, será excluído do Concurso Público.

5.3.8. Apresentação dos títulos:

5.3.8.1. Os candidatos aprovados nas provas objetivas para os cargos Professor I, Professor II e Nível Superior deverão entregar **seus títulos autenticados, no período de 29 a 31 de agosto de 2016**, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, situado na Travessa Assumpção, nº 69 - Centro - Barra do Piraí, no horário de 11h00 às 16h00.

5.3.8.2. Os títulos autenticados deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo na sua parte externa o número da inscrição, o nome do candidato e o cargo para o qual esta concorrendo, sob responsabilidade pessoal do candidato.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

5.3.8.3. O candidato deverá também preencher o modelo de formulário para entrega dos títulos, constante do Anexo V deste Edital, que estará disponível em doc no site www.ibam-concursos.org.br na Área Documentação do concurso. O canhoto do formulário será destacado e entregue ao candidato como protocolo de recebimento.

5.3.8.4. Será admitida a entrega de títulos por intermédio de Procurador, desde que seja apresentado instrumento público ou particular, que lhe confira os poderes específicos necessários, acompanhado de cópias autenticadas dos documentos de identidade do candidato e do Procurador.

5.3.8.5. No caso de instrumento público, não há necessidade de reconhecimento de firma.

5.3.8.6. O candidato que utilizar Procurador assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu Procurador, arcando com as consequências de eventuais erros.

5.3.8.7. A análise das provas de títulos é de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM.

5.4. Provas Práticas

5.4.1. Serão aplicadas provas práticas, com caráter eliminatório e classificatório, aos candidatos aos cargos de Motorista D, Cozinheira e Merendeiro.

5.4.2. Serão convocados para as provas práticas os candidatos que tenham sido aprovados nas provas objetivas e classificados nas proporções abaixo:

- até a 32ª colocação para o cargo de Motorista D;
- até a 6ª colocação para o cargo de Cozinheira;
- até a 30ª colocação para o cargo de Merendeiro.

5.4.3. Os candidatos convocados para realização das provas práticas deverão portar o documento original de identidade, dentro do prazo de validade.

5.4.3.1. Os convocados do cargo de Motorista D deverão portar o original da **Carteira de Habilitação Profissional Categorias D ou E**, dentro do prazo de validade.

5.4.4. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem no mínimo 50 (cinquenta) pontos na prova prática.

5.4.5. A elaboração, aplicação e correção das provas práticas serão de responsabilidade do IBAM, cabendo o fornecimento da infraestrutura, inclusive máquinas, equipamentos e materiais, à Prefeitura Municipal.

5.4.6. A convocação dos candidatos para realização das provas práticas, **previstas para os dias 17 e 18 de setembro de 2016**, será feita através de Edital de Convocação que será divulgado nos sites www.ibam-concursos.org.br e www.pmbp.rj.gov.br, assim como no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Barra do Piraí e nos demais meios de comunicação julgados convenientes pela Comissão de Concurso Público da Prefeitura.

5.4.7. O Edital de Convocação conterá os procedimentos, os conteúdos programáticos, os horários e os locais de realização destas provas.

5.4.8. A critério da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, os candidatos aos cargos de Motorista Categoria D, Cozinheira e Merendeiro que tenham sido aprovados nas provas objetivas e classificados após o critério definido no item 5.4.2 poderão ser convocados no prazo de validade deste concurso para as provas práticas, obedecida a ordem rigorosa de classificação.

5.4.9. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada desta prova.

5.5. Prova de Aptidão Física

5.5.1. Será aplicada prova de aptidão física aos candidatos aos cargos de Guarda Municipal - Feminino e Guarda Municipal - Masculino.

5.5.2. Serão convocados para a prova de aptidão física os candidatos que tenham sido aprovados nas provas objetivas e classificados nas proporções abaixo:

- até a 10ª colocação para o cargo de Guarda Municipal - Feminino;
- até a 60ª colocação para o cargo de Guarda Municipal - Masculino.

5.5.3. A prova de aptidão física terá **caráter exclusivamente eliminatório**, excluindo o candidato que não atingir os índices mínimos exigidos no item 5.5.15 do Edital.

5.5.4. A elaboração, aplicação e correção da prova de aptidão física serão de responsabilidade

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

do IBAM, cabendo à Prefeitura Municipal de Barra do Piraí o fornecimento da infraestrutura, equipamentos e materiais necessários para realização da referida prova.

5.5.5. A convocação dos candidatos para realização da prova de aptidão física, **prevista para os dias 17 e 18 de setembro de 2016**, será feita através de Edital de Convocação que será divulgado nos sites www.ibam-concursos.org.br e www.pmbp.rj.gov.br, assim como no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Barra do Piraí.

5.5.6. O Edital de Convocação conterá o horário e o local de realização desta prova, devendo o candidato acompanhar através dos sites www.ibam-concursos.org.br e www.pmbp.rj.gov.br e no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Barra do Piraí a divulgação do ato.

5.5.7. A prova de aptidão física constitui-se na realização de um conjunto de testes, compostos de exercícios físicos que avaliam valências físicas, permitindo classificar o estado físico no momento da execução dos testes, devendo o candidato cumprir rigorosamente o que lhe é proposto.

5.5.7.1. O candidato que não alcançar o índice mínimo exigido em qualquer um dos testes de acordo com as especificações contidas no item 5.5.15 ou deixar de realizar qualquer etapa, no prazo determinado ou modo previsto neste Edital será considerado inapto e consequentemente eliminado do certame.

5.5.8. Os candidatos deverão portar o **documento original de identidade e atestado médico** de, no máximo, 30 (trinta) dias de antecedência à data da prova de aptidão física e que certifique estar **APTO PARA ESFORÇO FÍSICO**, mais especificamente, realizar testes de corrida, abdominal e flexão de braços.

5.5.9. Nenhum candidato fará a prova de aptidão física sem os originais dos documentos exigidos.

5.5.10. Caberá ao candidato conhecer e executar todos os testes relacionados neste Edital, não sendo aceitas quaisquer alegações de desconhecimento dos aspectos exigidos.

5.5.11. Em caso de mau tempo ou qualquer outro imprevisto que impossibilite a realização da prova, caberá à Comissão de Concurso Público da Prefeitura de Barra do Piraí marcar nova data e horário, cientificando os candidatos.

5.5.12. A sequência de realização da prova de aptidão física obedecerá a ordem decrescente de classificação, obtida pelos candidatos nas respectivas provas objetivas.

5.5.13. A critério da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, os candidatos aos cargos de Guarda Municipal - Feminino e Guarda Municipal - Masculino que tenham sido aprovados nas provas objetivas e classificados após os critérios definidos no item 5.5.2 poderão ser convocados no prazo de validade deste concurso para a prova de aptidão física, obedecida a ordem rigorosa de classificação.

5.5.14. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada desta prova, exceto na situação prevista no item 5.5.11.

5.5.15. A prova de aptidão física constará dos seguintes itens:

a) Resistência muscular de abdômen – Flexão abdominal
--

Masculino: 28 repetições em até 1 minuto;

Feminino: 18 repetições em até 1 minuto.

A metodologia para a preparação e a execução do teste de flexão abdominal para os candidatos dos sexos masculino e feminino obedecerão aos seguintes critérios:

a) a posição inicial será tomada com o candidato deitado em decúbito dorsal, na posição completamente horizontal de todo o corpo em relação ao solo, com as costas e a cabeça em contato pleno com o solo, joelhos estendidos, os braços atrás da cabeça, cotovelos estendidos e dorso das mãos tocando o solo;

b) após o comando de voz “VAI” do avaliador, o candidato deverá realizar um movimento simultâneo, no qual os joelhos deverão ser flexionados, as plantas dos pés deverão tocar o solo, o quadril deverá ser flexionado (posição sentado) e os cotovelos deverão alcançar ou ultrapassar a linha dos joelhos lateralmente. Em seguida e sem interrupção, o candidato deverá voltar à posição inicial realizando o movimento inverso. Essa sequência completa de movimentos, finalizada com o retorno à posição inicial, corresponderá a uma unidade de execução.

A contagem das execuções corretas levará em consideração as seguintes observações:

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

- a) o teste terá a duração de um minuto e será iniciado e terminado pelo comando de voz do avaliador;
- b) o avaliador irá contar em voz alta o número de repetições realizadas. Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o avaliador repetirá o número do último movimento realizado de maneira correta;
- c) ao final de cada repetição, o dorso das mãos, estando os cotovelos completamente estendidos e os calcanhares, estando os joelhos completamente estendidos, também devem tocar o solo;
- d) só será considerada a execução realizada completa e corretamente, começando e terminando sempre na posição inicial;
- e) se ao comando de voz “PÁRA” do avaliador para o encerramento do teste, o candidato estiver em meio à execução, essa repetição não será considerada.

b) Teste de Flexão de Braços

Masculino: 15 repetições em até 1 minuto;

Feminino: 10 repetições em até 1 minuto.

A execução do teste de flexão de braços obedecerá os seguintes critérios:

- *Flexão e extensão dos cotovelos em apoio de frente no solo.*

Posição inicial / Feminino: decúbito ventral perpendicularmente ao solo com os joelhos e mãos apoiados ao solo, mãos na largura dos ombros e cotovelos estendidos.

Posição inicial / Masculino: decúbito ventral perpendicularmente ao solo com os joelhos estendidos e mãos apoiadas ao solo, mãos na largura dos ombros e cotovelos estendidos.

Execução: flexão dos cotovelos até tocar o peito no solo, retornando à posição inicial.

A contagem das execuções corretas levará em consideração as seguintes observações:

- a) o teste terá a duração de um minuto e será iniciado e terminado pelo comando de voz do avaliador;
- b) o avaliador irá contar em voz alta o número de repetições realizadas. Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o avaliador repetirá o número do último movimento realizado de maneira correta;
- c) só será considerada a execução realizada completa e corretamente, começando e terminando sempre na posição inicial;
- d) se ao comando de voz “PÁRA” do avaliador para o encerramento do teste, o candidato estiver em meio à execução, essa repetição não será considerada.

c) Resistência aeróbica – Corrida de 2.400 metros

Masculino: máximo de 15 minutos;

Feminino: máximo de 20 minutos.

Para a realização do teste de corrida, o candidato poderá deslocar-se em qualquer ritmo, correndo ou caminhando, podendo inclusive, parar e depois prosseguir.

Durante a realização do teste, o candidato não poderá abandonar a pista antes da liberação do fiscal, dar ou receber qualquer tipo de ajuda física (como puxar, empurrar, carregar, segurar na mão etc.), bem como não poderá deslocar-se, no sentido progressivo ou regressivo da pista, depois do aviso sonoro (apito) de término do teste, por parte do avaliador, sem a respectiva liberação do mesmo, sob pena de ser considerado inapto e consequentemente, eliminado do certame.

Para a execução desta prova serão levadas em consideração as seguintes observações:

- a) a distância percorrida pelo candidato, a ser considerada oficialmente, será somente a mensurada pela banca examinadora;
- b) o candidato poderá caminhar, parar e se quiser, recomeçar a correr;
- c) o candidato não poderá abandonar o local de corrida;
- d) os comandos para iniciar e terminar a prova serão dados por um silvo de apito;
- e) o cronômetro do examinador da prova controlará o tempo oficial da prova, sendo o único que servirá de referência para o início e término da mesma;
- f) ao passar pelo local de início da prova, cada candidato deverá dizer o seu nome ou

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

número em voz alta para o avaliador de banca que estiver marcando o seu percurso e será informado de quantas voltas completou naquele momento;

g) após o apito que indica o término da prova, o candidato deve evitar parar bruscamente a corrida, evitando um mal súbito. A orientação é que o candidato continue a correr ou caminhar no sentido transversal da pista, no ponto em que se encontrava quando soou o apito de término do tempo da prova;

h) ao soar o apito encerrando a prova, o candidato deve permanecer no local onde estava naquele momento e aguardar a presença do fiscal que irá aferir mais precisamente a metragem percorrida.

A contagem oficial de tempo, de distância percorrida e do número de repetições efetuadas pelos candidatos em cada teste, será feita exclusivamente por componente da banca examinadora.

Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporárias (estados menstruais, gravidez, indisposições, câibras, contusões, luxações, fraturas e situações semelhantes) que impossibilitem a realização dos testes ou que diminuam a capacidade física dos candidatos não serão levados em consideração, não sendo dispensado nenhum tratamento privilegiado.

5.5.16. A Prefeitura de Barra do Piraí convocará, através de Edital, que será publicado no site www.pmbp.rj.gov.br, no Mural de Atos da Prefeitura e na Imprensa Oficial do Município, os candidatos aprovados nas provas objetivas e de aptidão física para os cargos de Guarda Municipal Feminino e Guarda Municipal Masculino para realização de Avaliação Psicológica, de caráter eliminatório, que consistirá na execução de um conjunto de testes, visando identificar os candidatos que apresentam características adequadas à função.

5.5.17. O candidato será considerado **INDICADO** ou **NÃO INDICADO**.

5.5.18. Nenhum candidato **NÃO INDICADO** será submetido a novo teste.

6. CONTAGEM DE PONTOS

6.1. A contagem de pontos obedecerá aos critérios a seguir:

a) Para os cargos de Nível Superior, Professor I e Professor II:

O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada uma das provas objetivas, sendo adicionada a esse total a nota obtida com títulos.

b) Para os cargos de Motorista D, Cozinheira e Merendeiro:

O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada uma das provas objetivas, sendo adicionada a esse total as notas obtidas nas provas práticas.

c) Para os demais cargos:

O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada uma das provas objetivas.

7. RECURSOS E REVISÕES

7.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Concurso Público.

7.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas do Concurso poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, conforme as orientações a seguir:

a) seja feito via Internet, através do site www.ibam-concursos.org.br, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após a publicação do ato que motivou a reclamação.

b) o candidato deverá acessar o site www.ibam-concursos.org.br, preencher o formulário próprio de recurso disponibilizado na Área do candidato e clicar no botão enviar. Logo em seguida aparecerá na tela o número do protocolo de atendimento.

c) constem obrigatoriamente do recurso fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada.

d) quando o recurso for julgado pela Banca, a resposta estará disponível para vista do candidato na opção Área do candidato.

e) o IBAM não se responsabilizará por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados, salvo quando o motivo da falha for comprovadamente de responsabilidade das entidades organizadoras do Concurso Público.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

f) o candidato tem a obrigação de acompanhar a comunicação feita pelo IBAM através da Área do candidato e através do email cadastrado no Formulário de inscrição, não cabendo ao IBAM qualquer responsabilidade pelo não acompanhamento ou pela demora na resposta por parte do candidato.

7.3. O candidato que tiver dificuldade em utilizar a Internet deverá preencher o Formulário de recurso, constante do Anexo IV deste Edital e entregar para registro no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, situado na Travessa Assumpção, nº 69 - Centro - Barra do Piraí, no horário de 11h00 às 16h00.

7.3.1. O recurso deverá ser datilografado ou digitado e constar o nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente assinado pelo candidato em todas as folhas.

7.3.2. O candidato que recorrer de forma presencial terá acesso à resposta do seu recurso no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, em data a ser divulgada no site de concursos do IBAM.

7.4. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não estiver fundamentado ou for apresentado fora do prazo estabelecido na letra **a** do item 7.2.

7.5. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, procuração, fax, via postal ou outro meio que não seja o especificado no item 7 do Edital.

7.6. Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou item de questão, a pontuação correspondente será atribuída aos candidatos que não marcaram a alternativa inicialmente dada como certa no gabarito oficial, independentemente de terem recorrido.

7.7. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

7.8. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:

- a)** em desacordo com as especificações contidas no item 7;
- b)** fora do prazo estabelecido;
- c)** fora da fase estabelecida;
- d)** sem fundamentação lógica, coerente e consistente;
- e)** com argumentação idêntica a outros recursos;
- f)** contra terceiros;
- g)** em coletivo;
- h)** cujo teor desrespeite a Banca Examinadora.

7.9. Será dada publicidade às sínteses das respostas aos recursos, nos sites do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) e da Prefeitura (www.pmbp.rj.gov.br) e no Mural Oficial de Atos da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí.

7.10. Não haverá 2ª (segunda) instância de recurso administrativo.

8. RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

8.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao Processo Seletivo, conforme descrito no item 5 do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

8.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

a) para os cargos de Professor I e Nível Superior Completo.

- 1º)** maior número de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;
- 2º)** maior número de pontos na prova de Legislação do SUS **ou** Legislação Municipal **ou** Aspectos Legais da Política Educacional, de acordo com a estruturação das provas constantes no Anexo II deste Edital;
- 3º)** maior número de pontos na prova de Português;
- 4º)** maior idade.

b) para os cargos de Professor II, Nível Médio Completo e Nível Médio Especializado.

- 1º)** maior número de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;
- 2º)** maior número de pontos na prova de Noções de Informática **ou** Aspectos Legais da Política Educacional, de acordo com a estruturação das provas constantes no Anexo II deste Edital;

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

3º) maior número de pontos na prova de Português;

4º) maior idade.

c) para os cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto.

1º) maior número de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2º) maior número de pontos na prova de Português;

3º) maior número de pontos na prova de Matemática;

4º) maior idade.

8.2.1. Quando a igualdade de pontos na classificação envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, após o qual serão aplicados os critérios estabelecidos no item 8.2.

8.3. Apurada a classificação, esta será publicada como resultado final do Concurso Público, em ordem decrescente dos pontos, em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos aprovados, inclusive a dos candidatos com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

8.3.1. O resultado final do Concurso Público será divulgado nos sites www.ibam-concursos.org.br e www.pmbp.rj.gov.br, no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Barra do Piraí e posteriormente nos meios de comunicação julgados convenientes pela Comissão de Concurso Público da Prefeitura.

8.4. Os candidatos aprovados passarão a constituir um cadastro de reserva pelo período de validade do Concurso Público, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizado seu endereço para fins de convocação, sob pena de serem considerados desistentes.

8.5. Os gabaritos serão divulgados no primeiro dia útil após a aplicação das provas – **01/08/16**, nos sites do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) e da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí (www.pmbp.rj.gov.br) e no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Barra do Piraí.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente dos pontos obtidos.

9.2. A homologação do Concurso Público será feita por ato do Prefeito Municipal de Barra do Piraí, mediante a apresentação das listagens finais dos resultados do certame.

9.3. O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período, por ato do Prefeito de Barra do Piraí.

9.4. Os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público serão convocados pela Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, de acordo com a ordem de classificação por cargo, através de Edital de Convocação que será publicado no site www.pmbp.rj.gov.br e na Imprensa Oficial do Município.

9.4.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação do Edital de Convocação através do site da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí (www.pmbp.rj.gov.br) e da Imprensa Oficial do Município.

9.4.2. Os candidatos convocados deverão observar o prazo fixado na convocação para apresentação da documentação solicitada, comprovando os requisitos exigidos nos itens 2.1 a 2.9 deste Edital e o Atestado Médico Admissional (original), caso contrário estarão automaticamente excluídos do certame.

9.4.3. A convocação também será feita por meio de notificação pessoal ou telegrama ou pelos correios, com aviso de recebimento – AR, sendo considerado desistente no caso de não comparecimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação.

9.4.4. Os candidatos convocados deverão apresentar os seguintes documentos:

- Título de Eleitor (cópia e original);
- Carteira de Identidade (cópia e original);
- CPF (cópia e original);
- Cartão PIS/PASEP para os já inscritos (cópia e original);
- Certidão de nascimento e casamento (cópia e original);

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

- Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos (cópia e original);
- Quitação com as obrigações militares, somente para homens (cópia e original);
- Quitação com as obrigações eleitorais (cópia e original);
- Comprovante de residência (cópia e original);
- Declaração de bens e/ou Declaração de IRPF (cópia e original);
- 1 foto 3x4 recente;
- Diploma comprobatório da escolaridade exigida para o cargo (cópia e original);
- Registro no Conselho Profissional conforme o caso (cópia e original);
- Atestado Médico Admissional (original);
- Laudo Médico no caso de candidato com deficiência.

9.4.5. Os exames médicos são eliminatórios, sendo excluídos do Concurso Público os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público para o qual se inscreveram.

9.4.6. Os ônus para realização dos exames médicos serão de responsabilidade do candidato.

9.5. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Concurso Público em qualquer de suas fases.

9.6. Sem prejuízo das demais hipóteses de eliminação previstas neste Edital, também será excluído do certame, o candidato que:

- a) faltar a qualquer uma das fases do Concurso Público;
- b) portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Concurso Público;
- c) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- d) for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- e) prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- f) desatender ao disposto nos itens 5.2.9, 5.2.10, 5.2.11, 5.2.14 e 5.2.15;
- g) não devolver o cartão de respostas ao término da prova, antes de sair da sala;
- h) deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

9.7. A inscrição do candidato implicará conhecimento do presente Edital, bem como o compromisso tácito de aceitar as condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas.

9.8. Não poderão inscrever-se pessoas que possuam qualquer vínculo com o IBAM, instituição organizadora deste Concurso, bem como seus ascendentes, descendentes ou colaterais até o terceiro grau.

9.9. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pelos sites www.ibam-concursos.org.br e www.pmbp.rj.gov.br, ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, a publicação de todos os atos e editais relativos ao Concurso Público, inclusive alterações que porventura ocorram durante sua realização.

9.10. O candidato deverá manter atualizado seu endereço junto ao IBAM, enquanto estiver participando do Concurso Público e à Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, após a homologação do Concurso Público, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização desta informação.

9.11. A Prefeitura Municipal de Barra do Piraí e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

- a) Endereço não atualizado;
- b) Endereço de difícil acesso;
- c) Correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d) Correspondência recebida por terceiros.

9.12. O fornecimento de vale transporte ao servidor público municipal de Barra do Piraí é restrito aos residentes dentro do perímetro do Município, em toda sua extensão territorial.

9.13. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**

9.14. A guarda de toda a documentação relativa ao Concurso Público seguirá a legislação específica.

9.15. São partes integrantes e inseparáveis deste Edital os Anexos I, II, III, IV e V que o acompanham.

9.16. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de Concurso Público, perante a Prefeitura Municipal, o candidato que não o fizer até o segundo dia útil, após a publicação do mesmo.

9.17. O presente Edital estará disponibilizado no Mural Oficial de Atos da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, bem como nos sites do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) e da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí (www.pmbp.rj.gov.br) e posteriormente na imprensa oficial do Município.

9.17.1. Será publicado também Extrato do Edital, contendo as principais informações do concurso, em jornal de grande circulação regional.

9.18. A publicidade de todos os atos relativos ao Concurso Público será feita através dos sites www.ibam-concursos.org.br e www.pmbp.rj.gov.br e do Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Barra do Piraí.

9.19. O cronograma de atividades do Concurso Público é o disposto abaixo:

ETAPAS	DATA PREVISTA
Publicação do Edital nos sites do IBAM e da Prefeitura, no Mural de Atos da Prefeitura de Barra do Piraí e nos demais meios de Comunicação definidos pela Comissão de Concurso Público	30/05/16
Período de inscrição	06/06 a 24/06/16
Data limite para pagamento do boleto bancário do valor da inscrição	27/06/16
Data para verificar se a inscrição foi homologada	28/06/16
Prazo para inscrição dos isentos	06 a 08/06/16
Divulgação dos pedidos de isenção	15/06/16
Recursos contra pedidos de isenção negados	16 e 17/06/16
Aplicação das provas objetivas	31/07/16
Publicação Oficial dos Gabaritos nos sites e no Mural da Prefeitura	01/08/16
Recursos contra gabaritos das provas objetivas	02 e 03/08/16
Disponibilização do cartão-resposta para consulta, através do site www.ibam-concursos.org.br na opção Área do candidato	09/08/16
Publicação dos primeiros resultados (notas nas provas objetivas) e da síntese dos recursos contra gabaritos nos sites	26/08/16
Entrega dos títulos no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, situado na Travessa Assumpção, nº 69 - Centro - Barra do Piraí/ RJ, no horário de 11h00 às 16h00 (aprovados nas provas objetivas para os cargos de Professor I, Professor II e Nível Superior)	29 a 31/08/16
Aplicação das Provas Práticas para os cargos de Motorista Categoria D, Cozinheira e Merendeiro e de Aptidão Física para os cargos de Guarda Municipal - Feminino e Guarda Municipal - Masculino	17 e 18/09/16
Divulgação dos resultados das provas práticas, de aptidão física e de títulos	20/09/16
Recursos contra os resultados das provas práticas, de aptidão física e de títulos	21 e 22/09/16
Publicação da síntese dos recursos contra pontuação nas provas práticas, de aptidão física e de títulos	29/09/16
Divulgação dos resultados finais do Concurso Público	30/09/16

Barra do Piraí, 30 de maio de 2016.

Maércio Fernando Oliveira de Almeida
Prefeito Municipal

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 3 e 4.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I



CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO BASE R\$
NÍVEL SUPERIOR COMPLETO						
001	PROCURADOR MUNICIPAL	Curso de Nível Superior em Direito e registro no respectivo Conselho de Classe.	04	-	20h	2.244,96
002	ANALISTA EM GESTÃO PÚBLICA	Curso de Nível Superior em Administração Pública ou de Empresas e/ou Curso Superior sequencial de formação específica em Gestão Pública, acrescido de registro no respectivo Conselho de Classe, quando couber.	01	-	40h	2.244,96
003	ARQUITETO	Curso de Nível Superior em Arquitetura e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	3.125,69
004	ASSISTENTE SOCIAL	Curso de Nível Superior em Serviço Social e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	30h	2.244,96
005	CIRURGIÃO-DENTISTA Clínico Geral	Curso de Nível Superior em Odontologia e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	24h	2.244,96
006	CIRURGIÃO-DENTISTA Traumato Bucomaxilofacial	Curso de Nível Superior em Odontologia, acrescido de Especialização em Bucomaxilofacial e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	24h	2.244,96
007	CIRURGIÃO-DENTISTA Endodontia	Curso de Nível Superior em Odontologia, acrescido de Especialização em Endodontia e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	24h	2.244,96



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I



CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO BASE R\$
NÍVEL SUPERIOR COMPLETO						
008	CIRURGIÃO-DENTISTA Periodontia	Curso de Nível Superior em Odontologia, acrescido de Especialização em Periodontia e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	24h	2.244,96
009	CONTADOR	Curso de Nível Superior em Ciências Contábeis e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	2.244,96
010	ENFERMEIRO	Curso de Nível Superior em Enfermagem e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	30h	2.244,96
011	ENGENHEIRO AGRIMENSOR	Curso de Nível Superior em Engenharia de Agrimensura e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	3.125,69
012	CONSULTOR AMBIENTAL	Curso de Nível Superior em Engenharia Ambiental ou Biologia ou Engenharia Agrônoma ou Engenharia Florestal ou Engenharia Química ou Engenharia Sanitária e, para profissionais com outros cursos de Nível Superior, Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente, reconhecido pelo Ministério da Educação, acrescido, para todos os casos, de registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	3.125,69
013	ENGENHEIRO CIVIL	Curso de Nível Superior em Engenharia Civil e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	3.125,69



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I



CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO BASE R\$
NÍVEL SUPERIOR COMPLETO						
014	FARMACÊUTICO	Curso de Nível Superior em Farmácia e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	2.244,96
015	FISCAL DE TRIBUTOS	Curso de Nível Superior em Administração, Ciências Contábeis, Direito e/ou Economia e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	2.312,30
016	MÉDICO ANGIOLOGISTA	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização em Angiologia ou Certificado de residência médica em Angiologia, expedido por instituição médico-hospitalar, devidamente credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	2.244,96
017	MÉDICO CARDIOLOGISTA	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização em Cardiologia ou Certificado de residência médica em Cardiologia, expedido por instituição médico-hospitalar, devidamente credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	2.244,96
018	MÉDICO CLÍNICO GERAL	Curso de Nível Superior em Medicina e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	2.244,96



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I



CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO BASE R\$
NÍVEL SUPERIOR COMPLETO						
019	MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização em Endocrinologia ou Certificado de residência médica em Endocrinologia, expedido por instituição médico-hospitalar, devidamente credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	2.244,96
020	MÉDICO GINECOLOGISTA	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização em Ginecologia ou Certificado de residência médica em Ginecologia, expedido por instituição médico-hospitalar, devidamente credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	2.244,96
021	MÉDICO OBSTETRA	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização em Obstetrícia ou Certificado de residência médica em Obstetrícia, expedido por instituição médico-hospitalar, devidamente credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	2.244,96



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I



CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO BASE R\$
NÍVEL SUPERIOR COMPLETO						
022	MÉDICO PEDIATRA	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização em Pediatra ou Certificado de residência médica em Pediatra, expedido por instituição médico-hospitalar, devidamente credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	2.244,96
023	MÉDICO PSIQUIATRA	Curso de Nível Superior em Medicina, acrescido de Especialização em Psiquiatria ou Certificado de residência médica em Psiquiatria, expedido por instituição médico-hospitalar, devidamente credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	2.244,96
024	MÉDICO VETERINÁRIO	Curso de Nível Superior em Medicina Veterinária e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	20h	2.244,96
025	PSICÓLOGO	Curso de Nível Superior em Psicologia e registro no respectivo Conselho de Classe	04	-	24h	2.244,96
026	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Curso de Nível Superior em Terapia Ocupacional e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	30h	2.244,96



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I



CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO BASE R\$
NÍVEL SUPERIOR COMPLETO						
027	PEDAGOGO	Curso de Nível Superior em Pedagogia ou Licenciatura Plena em Pedagogia, ou em nível de pós-graduação, acrescido de, no mínimo 02 (dois) anos de experiência em atividade docente.	01	-	40h	2.244,96
028	PROFESSOR I - ARTES	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação e registro no MEC.	04	-	16h	1.541,72
029	PROFESSOR I - CIÊNCIAS	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação e registro no MEC.	04	-	16h	1.541,72
030	PROFESSOR I - EDUCAÇÃO FÍSICA	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação e registros no MEC e CREF.	04	-	16h	1.541,72
031	PROFESSOR I - GEOGRAFIA	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação e registro no MEC.	04	-	16h	1.541,72
032	PROFESSOR I - HISTÓRIA	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação e registro no MEC.	04	-	16h	1.541,72
033	PROFESSOR I - INGLÊS	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação e registro no MEC.	04	-	16h	1.541,72



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I



CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO BASE R\$
NÍVEL SUPERIOR COMPLETO						
034	PROFESSOR I - LIBRAS	Curso de Licenciatura Plena em Letras – Libras, Licenciatura Plena em qualquer área com Certificado PROLIBRAS de nível superior para ensino de LIBRAS, ou Graduação em Educação Especial na área da surdez (ou similar) com certificado PROLIBRAS de nível superior para Ensino de LIBRAS.	01	-	16h	1.541,72
035	PROFESSOR I - MATEMÁTICA	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação e registro no MEC.	04	-	16h	1.541,72
036	PROFESSOR I - PORTUGUÊS	Curso de Nível Superior com Licenciatura Plena na área de atuação e registro no MEC.	04	-	16h	1.541,72
FORMAÇÃO DOCENTE DE NÍVEL MÉDIO						
037	PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL E 1º SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Formação Docente de Nível Médio, para o exercício nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil ou Formação Docente de Nível Superior, em Curso de Pedagogia ou Normal Superior. Registro no órgão competente quando for o caso.	18	02	22,5h	1.376,54
NÍVEL MÉDIO COMPLETO						
038	AGENTE ADMINISTRATIVO	Curso de Nível Médio Completo.	04	-	40h	880,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I



CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO BASE R\$
NÍVEL MÉDIO COMPLETO						
039	AGENTE DE DEFESA CIVIL	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de Carteira de Habilitação Profissional Categoria C.	02	-	40h	880,00
040	ASSISTENTE DE CRECHE	Curso de Nível Médio Completo.	01	-	40h	880,00
041	CUIDADOR/ EDUCADOR	Curso de Nível Médio Completo.	03	-	12X36	880,00
042	BOMBEIRO HIDRÁULICO	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de curso de formação específica na área.	01	-	40h	880,00
043	ENTREVISTADOR EM PROGRAMAS SOCIAIS	Curso de Nível Médio Completo.	04	-	40h	880,00
044	GUARDA MUNICIPAL FEMININO	Curso de Nível Médio Completo.	01	-	40h	880,00
045	GUARDA MUNICIPAL MASCULINO	Curso de Nível Médio Completo.	03	-	40h	880,00
046	INTÉRPRETE DE LIBRAS	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de Curso de Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS + Certificado de proficiência em LIBRAS – PROLIBRAS: Interpretação / tradução – Lei Federal nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005 e/ou Certificado emitido pelo CAS.	03	-	22,5h	1.376,54



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I



CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO BASE R\$
NÍVEL MÉDIO COMPLETO						
047	LEITURISTA	Curso de Nível Médio Completo.	01	-	40h	880,00
048	MECÂNICO DE HIDRÔMETRO	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de Curso de Bombeiro Hidráulico.	01	-	40h	880,00
049	OPERADOR DE BOMBAS	Curso de Nível Médio Completo.	01	-	40h	880,00
050	ORIENTADOR SOCIAL	Curso de Nível Médio Completo.	01	-	40h	1.063,45
051	OFICINEIROS	Curso de Nível Médio Completo.	02	-	40h	1.200,00
052	TELEFONISTA	Curso de Nível Médio Completo.	01	-	30h	880,00
053	SECRETARIO DE ESCOLA	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de Registro de Secretário, devidamente inscrito, no órgão competente.	02	-	40h	880,00
NÍVEL MÉDIO ESPECIALIZADO						
054	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	880,00
055	FISCAL DE OBRAS	Curso Técnico de Nível Médio em Edificações e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	880,00
056	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	895,26



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I



CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO BASE R\$
NÍVEL MÉDIO ESPECIALIZADO						
057	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	Curso Técnico de Nível Médio em Contabilidade e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	895,26
058	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	Curso Técnico de Nível Médio em Edificações e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	895,26
059	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	30h	895,26
060	TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE	Curso Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação e registro no respectivo Conselho de Classe, quando se tratar de profissão regulamentada.	01	-	40h	895,26
061	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	Curso Técnico de Nível Médio em Informática.	01	-	40h	895,26
062	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	Curso Técnico de Nível Médio em Higiene Dental ou Saúde Bucal e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	895,26
063	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Curso Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação e registro no respectivo Conselho de Classe, quando se tratar de profissão regulamentada.	01	-	40h	895,26



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I



CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO BASE R\$
NÍVEL MÉDIO ESPECIALIZADO						
064	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	Curso de Nível Médio Completo, acrescido de habilitação específica para o exercício da profissão e registro no Ministério do Trabalho e Emprego.	01	-	40h	895,26
NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO						
065	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	Nível Fundamental Completo, acrescido de curso de formação específica na área e registro no respectivo Conselho de Classe.	01	-	40h	880,00
NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO						
066	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Nível Fundamental Incompleto.	08	01	40h	880,00
067	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	Nível Fundamental Incompleto.	01	-	40h	880,00
068	COVEIRO	Nível Fundamental Incompleto.	01	-	40h	880,00
069	COZINHEIRA	Nível Fundamental Incompleto.	01	-	40h	880,00
070	ELETRICISTA	Nível Fundamental Incompleto.	01	-	40h	880,00
071	GARI	Nível Fundamental Incompleto.	05	01	40h	880,00
072	GUARDIÃO DO RIO	Nível Fundamental Incompleto.	01	-	40h	880,00
073	MECÂNICO DE AUTOS	Nível Fundamental Incompleto.	01	-	40h	880,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I



CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	Vagas, em relação ao total de cada cargo, reservadas aos deficientes.	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO BASE R\$
NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO						
074	MERENDEIRO	Nível Fundamental Incompleto.	04	-	40h	880,00
075	MOTORISTA D	Nível Fundamental Incompleto, acrescido de Carteira de Habilitação Profissional Categorias D ou E.	01	-	40h	880,00
076	PEDREIRO	Nível Fundamental Incompleto.	01	-	40h	880,00
077	SERVENTE DE OBRAS	Nível Fundamental Incompleto.	03	-	40h	880,00
078	SOLDADOR	Nível Fundamental Incompleto.	01	-	40h	880,00
079	VIGIA	Nível Fundamental Incompleto.	04	-	40h	880,00

* Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 1 e 2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I (continuação) - DESCRIÇÃO SINTÉTICA



CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Nível Superior Completo	
Procurador Municipal	Executar atividades de assessoramento aos diversos Órgãos da Administração Municipal, no estudo, interpretação e solução de questões jurídico-administrativas, de defesa dos direitos e interesses do Município em juízo ou fora deles e outras atividades correlatas.
Analista em Gestão Pública	<p>Executar e gerenciar programas, planos e projetos de políticas públicas. Participar do estabelecimento e do controle das metas de comprometimento do governo municipal expressas no PPA, LDO, LOA e outros instrumentos de planejamento adotados. Dar suporte técnico aos processos que se referem à qualificação dos recursos humanos, materiais, patrimônio, aos serviços, aos sistemas de informações, aos tributos, às finanças e a contabilidade.</p> <p>Utilizar e propor modelos inovadores de gestão; selecionar estratégias adequadas de ação visando atender interesses interpessoais e institucionais; ordenar atividades e programas; decidir entre alternativas e dimensionar riscos.</p>
Arquiteto	Elaboração de projetos, à fiscalização e complementação de obras e arquitetura legal, obedecida a legislação urbanística vigente, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Assistente Social	Planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar estudos e pesquisas, planos, programas e projetos de assistência social à população do Município e aos servidores municipais, identificando, analisando e contribuindo para a solução de problemas de natureza social, bem como para a garantia dos direitos sociais, civis e políticos da população.
Cirurgião Dentista – Clínico Geral	Executar e coordenar os trabalhos relativos a diagnóstico, prognóstico e tratamento de afecções de tecidos moles e duros da boca e região maxilofacial, utilizando processos laboratoriais, radiográficos, citológicos e instrumentos adequados, para manter ou recuperar a saúde bucal.
Cirurgião Dentista – Traumatismo Bucal	Tratar cirurgicamente as doenças da cavidade bucal, face e pescoço, tais como: traumatismos e deformidades faciais (congenitos ou adquiridos), traumas e deformidades dos maxilares e da mandíbula, envolvendo a região compreendida entre o osso hióide e o supercílio de baixo para cima, e do tragus a pirâmide nasal, de trás para diante, realizar cirurgias odontológicas de pequeno, médio e grande porte, orientar os pacientes, e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Cirurgião Dentista – Endodontia	Desenvolver atividades que se destinam a preservação do dente por meio de prevenção, diagnóstico, prognóstico, tratamento e controle das alterações da polpa e dos tecidos peri-radiculares, executar procedimentos conservadores da vitalidade pulpar, procedimentos cirúrgicos no tecido e na cavidade pulpares, procedimentos cirúrgicos para-endodônticos e tratamento dos traumatismos dentários, e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Cirurgião Dentista – Periodontia	Desenvolver atividades que se destinam ao estudo, diagnóstico, prevenção e tratamento das doenças gengivais e periodontais, visando à promoção e ao restabelecimento da saúde periodontal, e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Contador	Planejar, gerenciar e executar os trabalhos de análise, registro e perícias contábeis, estabelecendo princípios, normas e procedimentos, obedecendo às determinações de controle externo, para permitir a administração dos recursos patrimoniais e financeiros.
Enfermeiro	Planejar, organizar, supervisionar e executar os serviços de enfermagem na rede municipal de saúde bem como participar da elaboração e execução de programas de saúde pública. Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada.
Engenheiro Agrimensor	Executar e orientar projetos referentes à agrimensura, consultando levantamentos topográficos, balimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos, para possibilitar a locação de loteamentos, sistemas de saneamento, irrigação e drenagem, traçado de cidades, estradas e outros projetos, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 1 e 2.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I (continuação) - DESCRIÇÃO SINTÉTICA



CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Nível Superior Completo	
Consultor Ambiental	Gerenciar e avaliar dados sobre o meio ambiente, fiscalizar e elaborar estudos sobre áreas no que tange a ameaças ambientais, zelar pelo patrimônio florestal, planejar e executar programas na defesa do meio ambiente. Elaborar e gerenciar projetos.
Engenheiro Civil	Supervisionar rotinas de elaboração, recuperação e conserto de prédios municipais, vias públicas, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Farmacêutico	Executar serviços de coordenação e gerência da farmácia municipal, dispensação de medicamentos e correlatos de acordo com as normas de assistência e atenção farmacêutica. Administrar o SIFAB – sistema informatizado de monitoramento e avaliação dos recursos destinados ao Financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica. Implantar e gerenciar os protocolos clínicos municipais, estaduais e federais.
Fiscal de Tributos	Exercer a fiscalização pertinente à aplicação e cumprimento das disposições legais e de competência Municipal.
Médico Angiologista	Realiza atendimento de pacientes portadores de patologia de origem arterial, venosa e linfática, incluindo assistência clínica e executa qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Médico Cardiologista	Realiza atendimento na área de cardiologia, desempenha funções da medicina preventiva e curativa, realiza atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica e acompanhamentos dos pacientes, incluindo assistência clínica e tratamento cirúrgico, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Médico Clínico Geral	Prestar assistência médica às munícipes na rede municipal de saúde, bem como elaborar, executar e avaliar planos, programas e subprogramas de saúde pública.
Médico Endocrinologista	Efetuar exames e evolução médica, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar tratamentos, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica. Realizar intervenções cirúrgicas, utilizando os recursos técnicos e materiais apropriados, e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Médico Ginecologista	Realiza atendimento nas afecções do aparelho reprodutor feminino e órgãos anexos, empregando tratamento clínico-cirúrgico, desempenha funções da medicina preventiva e curativa, realiza atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica e acompanhamentos dos pacientes, incluindo assistência clínica, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Médico Obstetra	Realiza atendimento na área de ginecologia e obstetrícia, desempenha funções da medicina preventiva e curativa, realiza atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica e acompanhamentos dos pacientes, incluindo assistência clínica, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Médico Pediatra	Realiza atendimento na área de pediatria, desempenha funções da medicina preventiva e curativa, realiza atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica e acompanhamentos dos pacientes, incluindo assistência clínica, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Médico Psiquiatra	Prestar assistência médica psiquiátrica à criança, adolescente, adulto e idoso em unidade ambulatorial, em especial no CAPS e/ou Unidade Similar. Efetuar atendimento integral à saúde mental. Elaborar, executar e avaliar programas de saúde mental, saúde individual e coletiva. Participar de atividades educativas de promoção e prevenção de saúde mental e saúde pública. Aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva, e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 1 e 2.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I (continuação) - DESCRIÇÃO SINTÉTICA



CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Nível Superior Completo	
Médico Veterinário	Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria Municipal de Saúde e/ou Secretaria Municipal de Agricultura. Sob a supervisão e orientação do Secretário Municipal da Saúde e do Chefe da Vigilância Sanitária e Secretário Municipal de Agricultura, é o responsável pela fiscalização na Área da Vigilância Sanitária e/ou SIM/POA, sendo de sua responsabilidade, a fiscalização em todos os estabelecimentos Comerciais, principalmente aqueles que comercializam produtos farmacêuticos e alimentícios, com enfoque especial para aqueles que comercializam tais produtos "in natura", principalmente, quanto ao armazenamento e aos equipamentos de conservação, procedendo, primeiramente, a orientação, conforme determina a lei que rege a matéria, determinando providências, fiscalizando o seu cumprimento, e em caso de não cumprimento e conforme a gravidade dos fatos, aplicar as sanções cabíveis. É responsável também, pela fiscalização dos abatedouros públicos ou particulares, verificando a saúde dos animais abatidos para consumo humano, bem com a qualidade do produto, emitindo o competente laudo liberatório para a comercialização. Deve ainda, elaborar os relatórios que lhe forem determinados pela Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Agricultura ou aqueles devidos aos órgãos Estaduais e Federais. Pode, ainda, o Médico Veterinário ser convocado para a realização de palestras e/ou orientações coletivas sobre determinado aspecto, principalmente relativos ao tratamento preventivos de doenças causadas, armazenamento inadequado ou pelo uso de equipamentos de conservação de alimentos "in natura" também inadequados ou no cumprimento de campanhas de saúde pública. É, ainda, função e obrigação do Médico Veterinário, sob pena de responsabilidade, a comunicação de todo evento que envolva os servidores ou os usuários do sistema, sobre eventuais irregularidades que possam ser detectadas.
Psicólogo	Aplicar conhecimentos no campo da psicologia para o planejamento e execução de atividades nas áreas clínica, educacional, social e do trabalho.
Terapeuta Ocupacional	Preparar e executar programas terapêuticos ocupacionais. Atender pacientes da rede municipal de saúde.
Pedagogo	<p>Participar da realização de grupos socioeducativos, com vista à diminuição da evasão escolar; resgate do valor da educação e erradicação do trabalho infantil; acompanhar familiar; trabalho em equipe multiprofissional, com os demais profissionais da SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social; defender os direitos humanos e sociais; promover a garantia dos direitos reservados às crianças e aos adolescentes.</p> <p>Na área educacional: realizar atividades de suporte pedagógico direto à docência na educação básica, nas áreas de planejamento, administração, supervisão, orientação e inspeção escolar, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.</p>
Professor I (Ciências, Educação Artística, Educação Física, Geografia, História, Inglês, Matemática, Português)	Executar atividades docentes nos anos finais do Ensino Fundamental, bem como à execução de trabalhos relativos à implementação das grades curriculares e à coordenação de disciplinas. Executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Professor I - Libras	Planejar aulas de LIBRAS e atividades escolares com alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, contribuindo através do aprendizado dos alunos e desenvolver atividades de estudo e formação de LIBRAS para profissionais da Rede Municipal de Ensino, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Formação Docente de Nível Médio	
Professor II - Educação Infantil e 1º Segmento do Ensino Fundamental	Executar atividades docentes na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, bem como à execução de trabalhos relativos à implementação das grades curriculares e à coordenação de disciplinas. Executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Nível Médio Completo	
Agente Administrativo	Executar tarefas de apoio administrativo aos trabalhos e projetos das unidades organizacionais do Poder Executivo. Prestar atendimento ao público em geral.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 1 e 2.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I (continuação) - DESCRIÇÃO SINTÉTICA



CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Nível Médio Completo	
Agente de Defesa Civil	Atender ao público no seu local de trabalho e nas atividades operacionais em campo; registrar ocorrências verificadas em seu horário de trabalho preenchendo formulário interno de acordo com o sinistro ocorrido; dirigir viaturas e botes da Defesa Civil, ou sob responsabilidade expressa desta; operar rádios portáteis e/ou estações fixas e móveis, recebendo e transmitindo mensagens de interesse da Defesa Civil; participar de vistorias em imóveis, encostas, árvores, bem como outros locais que poderão colocar em risco a segurança da comunidade redigindo formulário interno de acordo com cada sinistro; identificar e cadastrar locais públicos ou privados para utilização de abrigo em caso de situação emergencial; notificar, embargar e interditar obras e imóveis em risco, assim como solicitar demolição após vistoria, quando se fizer necessário; atuar em caso de emergência ou incidentes de pequeno, médio e grandes proporções, calamidade pública, incêndio, acidentes em instalações industriais, desabamentos, enchentes, deslizamentos, vendavais, acidentes químicos, nuclear e radiológico, acidentes em via pública, entre outros, apresentando-se prontamente, mesmo não havendo comunicação formal; recepcionar e cadastrar famílias em abrigos organizando o espaço físico de acordo com o sexo e faixa etária, solicitando alimentação, atendimento médico, social e outras necessidades afins; ministrar palestras para a comunidade em geral, a fim de informar à sociedade as ações da Defesa Civil e medidas de proteção civil; zelar pela manutenção de máquinas, equipamentos e seus implementos, limpando-os lubrificando-os de acordo com as instruções de manutenção do fabricante, comunicando ao chefe qualquer irregularidade ou avaria.
Assistente de Creche	Executar, sob orientação, atividades auxiliares e de apoio à educação, nas creches municipais, promovendo atividades recreativas e zelando pela higiene, segurança e saúde das crianças.
Cuidador/ Educador	Cuidar e zelar pelo bem estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida e sob os seus cuidados, também organizar fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de vida de cada pessoa sob seus cuidados, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Bombeiro Hidráulico	Executar, sob supervisão, trabalhos de montagem e manutenção de encanamentos, tubulação e demais condutos, entre outras tarefas correlatas. Operacionalizar projetos de instalações de tubulações; definir traçados e dimensionar tubulações; especificar, quantificar e inspecionar materiais; preparar locais para instalações; realizar pré-montagem e instalar tubulações. Realizar testes operacionais de pressão de fluídos e testes de estanqueidade. Proteger instalações e fazer manutenções em equipamentos e acessórios, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Entrevistador em Programas Sociais	Operação no tratamento das informações para cadastramento, classificação, elaboração de relatórios, organização e arquivamento dos documentos utilizadas no Sistema específico de Cadastro Único, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Intérprete de Libras	Traduzir mensagens / informações da Língua Portuguesa Oral para Libras e vice-versa sem perder seu sentido original, em reuniões e eventos, com os professores, colegas e família, contribuindo através do aprendizado dos alunos, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Guarda Municipal Feminino e Masculino	Executar, sob supervisão, a organização do trânsito que lhes forem conferidas (nas vias e logradouros municipais), proteção dos bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.
Leiturista	Efetuar a leitura dos hidrômetros; inspecionar as instalações hidrométricas e a área no entorno do imóvel; entregar contas, notificações e outros comunicados aos usuários dos serviços de água e esgotos, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Mecânico de Hidrômetro	Realizar manutenção geral dos hidrômetros, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 1 e 2.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I (continuação) - DESCRIÇÃO SINTÉTICA



CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Nível Médio Completo	
Operador de Bombas	Operar todo o processo de captação de água, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Orientador Social	Receber e ofertar informações e elaborar cadastros das famílias e usuários dos serviços públicos municipais desenvolvidos pelas Secretarias; mediar processos grupais próprios dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo, ofertados pelos programas assistenciais desenvolvidos pelo Município; participar das atividades de capacitação e formação continuada e das reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho; mediar e facilitar os processos de socialização dos usuários dos serviços públicos municipais assistenciais sob sua responsabilidade; atuar como interlocutor junto às escolas, na troca de informações, encarregando-se da articulação interinstitucional e atividades correlatas, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Oficineiros	Executar a Oficina Livre, que é uma modalidade de iniciação artística ou sócio-educativa, vinculada à educação formal e ampliada, de duração variada, com atividades práticas ou teóricas para socialização das pessoas, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Telefonista	Manejar mesas telefônicas, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Secretário de Escola	Desempenhar procedimentos de cunho administrativo nos estabelecimentos de ensino.
Nível Médio Especializado	
Auxiliar de Enfermagem	Preparar pacientes para consultas, exames e tratamentos; observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação, e executar tratamentos especialmente prescritos, ou de rotina, além de outras atividades auxiliares de enfermagem, sendo supervisionados por profissional de nível superior.
Fiscal de Obras	Orientar e fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos e normas concernentes às obras públicas e particulares.
Técnico em Agropecuária	Prestar assistência e consultoria técnicas, orientando diretamente produtores sobre atividades de produção agropecuária, entre outras, e a comercialização e procedimentos de biossegurança. Executar projetos de desenvolvimento nas diversas etapas da agricultura e da pecuária. Planejar o assessoramento das atividades agrícola e de pecuária, verificando viabilidade econômica, condições edafoclimáticas e infraestrutura. Promover organização, extensão e capacitação rural visando o desenvolvimento agropecuário. Fiscaliza a produção agropecuária. Orientar e Fiscalizar o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Desenvolver tecnologias adaptadas à produção agropecuária. Incentivar a disseminação da produção orgânica. Planejar, preparar e executar atividades de desenvolvimento, de agricultura, pecuária, entre outras, supervisionados por profissional de nível superior.
Técnico em Contabilidade	Efetuar tarefas de caráter técnico-administrativo relativas à área contábil. Coordenar, orientar, supervisionar e executar a contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura.
Técnico em Edificações	Auxiliar na preparação de programas de trabalho, acompanhamento na fiscalização de obras da Prefeitura; preparar estimativas de quantidades de matérias e mão-de-obra, bem como calcula os respectivos custos à elaboração de propostas de execução de obras; participar de projeto de engenharia, de elaboração de desenhos técnicos, baseando-se em plantas e especificações, a fim de orientar os trabalhos de execução e manutenção de obras; coordenar e instruir as equipes de trabalho na execução de projetos de campo; proceder ao acompanhamento e à fiscalização de obras executadas por terceiros; realizar estudos em obras, efetuar medições, cálculos e análises de solo; acompanhar a medição dos serviços e materiais com os cronogramas das obras; acompanhar a execução de ensaios de laboratório relativos à análise de solo e à composição de massa asfáltica para os trabalhos de pavimentação, entre outras, supervisionados por profissional de nível superior.

* Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 1 e 2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I (continuação) - DESCRIÇÃO SINTÉTICA



CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Nível Médio Especializado	
Técnico em Enfermagem	Orientar o pessoal auxiliar quanto às tarefas simples de enfermagem e atendimento ao público, executar as de maior complexidade, auxiliando Médicos e Enfermeiros em suas atividades específicas.
Técnico em Meio Ambiente	Participar da execução de programas relacionados ao desenvolvimento sustentável, prevenção da poluição, educação para o meio ambiente; avaliação e controle de riscos ambientais; planejamento, preservação e gestão ambiental, entre outras, supervisionados por profissional de nível superior.
Técnico em Informática	Oferecer suporte técnico ao usuário de microcomputadores. Acompanhar, orientar e supervisionar as atividades nos laboratórios de informática.
Técnico em Higiene Dental (Técnico em Saúde Bucal)	Organizar o agendamento de consultas e o fichário do paciente, recepciona e prepara os clientes para atendimentos, instrumentando o Cirurgião-Dentista e manipulando materiais de uso odontológico; participar de projetos educativos e de orientação de higiene bucal; colaboração nos levantamentos e nos estudos epidemiológicos; demonstração técnica de escovação; fazer a tomada e revelação de radiografias intrabuciais; remoção de indultos, placas e cálculos supragengivais; aplicação de substância para prevenção de cárie; inserir e condensar materiais restauradores; polir restaurações e remover suturas; proceder à limpeza e assepsia do campo operatório; confeccionar modelos e preparar moldeiras, entre outras, supervisionados por profissional de nível superior.
Técnico em Vigilância Sanitária	Realizar inspeções sanitárias e vistorias sanitárias em estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios; apoiar a Vigilância Sanitária na fiscalização de bens de consumo que direta ou indiretamente se relacionam com a saúde; investigar a ocorrência de surtos de toxinfecções alimentares em conjunto com os profissionais da área de vigilância epidemiológica; coletar amostras de água, alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos para análise laboratorial; desenvolver ações educativas nas áreas de competência da Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador e orientar as condições físico-higiênicas dos estabelecimentos relacionados direta ou indiretamente com a saúde para concessão do alvará sanitário, etc., bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Técnico em Segurança do Trabalho	Elaborar, participar da elaboração e implementar política de saúde e segurança no trabalho (SST); realizar auditoria; acompanhamento e avaliação na área; identificar variáveis de controle de doenças, acidentes, qualidade de vida e meio ambiente. Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança no trabalho; participar de perícias e fiscalizações que integrem processos de negociação. Participar da adoção de tecnologias e processos de trabalho; gerenciar documentação de SST; investigar, analisar acidentes e recomendar medidas de prevenção e controle, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Nível Fundamental Completo	
Auxiliar em Saúde Bucal	Auxiliar o Cirurgião-Dentista no atendimento a pacientes em consultórios odontológicos da rede municipal que possuam o serviço de odontologia.
Nível Fundamental Incompleto	
Auxiliar de Serviços Gerais	Executar serviços de limpeza predial, de arrumação e de zeladoria nos prédios públicos do Município. Entregar documentos, processos e outros entre órgãos internos e externos. Realizar a limpeza dos logradouros públicos. Apoiar e executar transporte de móveis, equipamentos e ferramentas.
Auxiliar de Manutenção	Auxiliar o mecânico no conserto e manutenção de veículos, máquinas, máquinas pesadas, bombas e aparelhos eletromecânicos de acordo com a orientação recebida, e outras funções afins ao serviço.
Coveiro	Executar serviços de sepultamento, manutenção, limpeza e fiscalização de cemitérios.
Cozinheira	Possuir conhecimento de culinária em geral, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 1 e 2.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO I (continuação) - DESCRIÇÃO SINTÉTICA



CARGO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Nível Fundamental Incompleto	
Eletricista	Executar trabalhos de montagem, reparo e manutenção preventiva e corretiva de sistemas elétricos.
Gari	Limpar ruas, logradouros, parques e jardins, varrendo, coletando lixo e retirando detritos acumulados nas sarjetas e caixas de ralos.
Guardião do Rio	Efetuar guarda, vigilância, limpeza e proteção das margens e leitos dos rios que cortam o Município.
Mecânico de Autos	Executar tarefas relativas à manutenção preventiva e corretiva da frota municipal. Realizar a regulagem, conserto, substituição de peças ou partes de veículos leves e pesados, máquinas pesadas e demais equipamentos eletromecânicos.
Merendeiro	Preparar e distribuir refeições para atender aos programas alimentares conduzidos pela rede municipal de ensino. Realizar serviços de limpeza e higienização dos equipamentos e ambientes das cozinhas e refeitórios escolares.
Motorista D	Dirigir ambulâncias, transportes de passageiros e conservá-los em perfeitas condições de higiene e segurança.
Pedreiro	Realizar trabalhos de alvenaria, concreto e revestimentos em geral.
Servente de Obras	Executar, sob supervisão, tarefas braçais simples, que não exijam conhecimentos ou habilidades especiais, tais como varrição de ruas, parques e jardins, limpeza de ralos, caixas de passagem e bocas-de-lobo, capina e roçada de terrenos, transporte de materiais de construção, móveis, equipamentos e ferramentas, carga e descarga de veículos.
Soldador	Executar serviços de solda em máquinas, equipamentos, veículos, caçambas, roçadeiras, tanques de óleo, etc. de propriedade do Município; recuperação de ferramentas, peças e equipamentos em geral e selecionar materiais adequados a fusão por aquecimento, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
Vigia	Exercer a vigilância de edifícios e logradouros públicos municipais, para evitar invasões, roubos e outras anormalidades.

*** Esse documento já contempla as alterações realizadas pelas Erratas 1 e 2.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO II - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROVAS



Escolaridade: Nível Superior Completo

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Assistente Social; Cirurgião-Dentista (Clínico Geral, Traumato Bucomaxilofacial, Periodontia, Endodontia); Enfermeiro; Farmacêutico; Médico (Angiologista, Cardiologista, Clínico Geral, Endocrinologista, Ginecologista, Obstetra, Pediatria, Psiquiatra, Veterinário); Psicólogo; Terapeuta Ocupacional.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	200	100
	Legislação do SUS	10	05	50	25
	Português	10	05	50	25

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Procurador Municipal; Analista em Gestão Pública; Arquiteto; Contador; Engenheiro Agrimensor; Consultor Ambiental; Engenheiro Civil; Fiscal de Tributos.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	200	100
	Legislação Municipal	10	05	50	25
	Português	10	05	50	25

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Professor I (Ciências, Educação Artística, Educação Física, Geografia, História, Inglês, Matemática, Português); Professor I – Libras; Pedagogo.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	200	100
	Aspectos Legais da Política Educacional	10	05	50	25
	Português	10	05	50	25

* Esse documento já contempla as alterações realizadas pela Errata 2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO II - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROVAS



Escolaridade: Nível Médio Completo/ Curso Técnico de Nível Médio Completo e Formação Docente de Nível Médio

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Agente Administrativo; Agente de Defesa Civil; Auxiliar de Enfermagem; Secretário de Escola; Guarda Municipal (Feminino e Masculino); Cuidador/ Educador; Assistente de Creche; Fiscal de Obras; Mecânico de Hidrômetro; Leiturista; Telefonista; Operador de Bombas; Bombeiro Hidráulico; Orientador Social; Entrevistador em Programas Sociais; Intérprete de Libras; Oficineiros; Técnico em Agropecuária; Técnico em Contabilidade; Técnico em Enfermagem; Técnico em Higiene Dental; Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Informática; Técnico em Edificações; Técnico em Vigilância Sanitária; Técnico em Segurança do Trabalho.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	200	100
	Noções de Informática	10	05	50	25
	Português	10	05	50	25

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Professor II – Educação Infantil e 1º Segmento do Ensino Fundamental.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	200	100
	Aspectos Legais da Política Educacional	10	05	50	25
	Português	10	05	50	25

* Esse documento já contempla as alterações realizadas pela Errata 2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ANEXO II - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PROVAS



Escolaridade: Nível Fundamental Completo e Incompleto

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Máximo de Pontos em cada Disciplina	Mínimo de Pontos em cada Disciplina
Auxiliar em Saúde Bucal; Auxiliar de Serviços Gerais; Vigia; Auxiliar de Manutenção; Guardião do Rio; Cozinheira; Pedreiro; Merendeiro; Coveiro; Servente de Obras; Gari; Mecânico de Autos; Soldador; Eletricista; Motorista D.	Conhecimentos Técnico-profissionais	10	10	100	50
	Matemática	10	05	50	25
	Português	10	05	50	25

* Esse documento já contempla as alterações realizadas pela Errata 2.

➤ NÍVEL SUPERIOR

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS PARA AS PROVAS OBJETIVAS

Português para todos os cargos de Nível Superior.

1. Organização textual: interpretação dos sentidos construídos nos textos verbais e não verbais; características de textos descritivos, narrativos e dissertativos; argumentação; discursos direto e indireto; intertextualidade; elaboração de parágrafos; elementos de coesão e coerência. 2. Aspectos semânticos e estilísticos: sentido e emprego dos vocábulos; tempos, modos e aspectos do verbo; uso dos pronomes; metáfora, metonímia, antítese, eufemismo, ironia. 3. Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; processos de formação de palavras; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos. 4. Processos de constituição dos enunciados: coordenação, subordinação; concordâncias verbal e nominal; regências verbal e nominal; colocação e ordem de palavras na frase. 5. Sistema gráfico: ortografia; regras de acentuação; uso dos sinais de pontuação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suárez. *Curso de redação*. São Paulo: Ática.
AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. Petrópolis: Vozes.
CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática.

Legislação do SUS para os cargos de Assistente Social; Cirurgião-Dentista (Clínico Geral, Traumatológico, Bucomaxilofacial, Periodontia, Endodontia); Enfermeiro; Farmacêutico; Médico (Angiologista, Cardiologista, Clínico Geral, Endocrinologista, Ginecologista, Obstetra, Pediatra, Psiquiatra, Veterinário); Psicólogo e Terapeuta Ocupacional.

1. Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes e regulamentação. Diretrizes do Pacto pela Saúde em 2006 - Consolidação do Sistema Único de Saúde, publicado na Portaria/GM nº 399, de 22 de fevereiro de 2006; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização; Regionalização; Financiamento; Regulação; Participação e Controle Social; Responsabilidade sanitária das instâncias gestoras do SUS; Planejamento e Programação; Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria; Participação e Controle Social; Níveis de atenção à saúde; Promoção de Saúde; Vigilância em Saúde. Constituição Federal de 1988 e suas alterações (Seção II Da Saúde). Lei Federal nº 8.080 de 19/09/90 e Lei Federal nº 8.142 de 28/12/90. 2. Política Nacional de Atenção Básica. 2.1. Fundamentos 2.2. Das responsabilidades. 2.3. Do processo de trabalho das equipes de atenção básica. 2.4. Das especificidades da Estratégia da Saúde da Família. 2.5. Do processo de trabalho das Equipes da Saúde da Família. 2.6. Vigilância em saúde. 3. Da avaliação da qualidade do trabalho das equipes de saúde da família.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Legislação Estruturante do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde* – Brasília: CONASS, 2011.

Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao_sus_v13.pdf

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *SUS 20 anos / Conselho Nacional de Secretários de Saúde* – Brasília: CONASS, 2009.

Disponível:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_20_anos_conass_2009.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Passo a passo das Ações do Departamento de Atenção Básica*. Brasília, DF. 2013.

Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/passo_a_passo_dab.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, DF. 2012.

Disponível em: 189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf

Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento de saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências. Brasília, MS, 2011.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm

Lei 8080/90. *Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.*

Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8080.pdf>

Lei 8142/90. *Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e outras providências.*

Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Diretrizes Nacionais de Vigilância em Saúde*. Brasília, DF. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS - PNPI-C-SUS: atitude de ampliação de acesso. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_saude_volumel3.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. *Vigilância em Saúde, Anotações*. Brasília, DF. 2014.

Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/secretaria_vigilancia_annotacoes.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Programa de melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica (PMAQ). Brasília, DF. 2013.

Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/manual_instrutivo_PMAQ_AB2013.pdf

Pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão. *Diretrizes Operacionais*. Brasília, M.S. 2006.

Disponível em: www.abennacional.org.br/download/pacto_pela_saude_2006.pdf

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. *O SUS de A a Z* 3ª ed. Brasília, 2009

Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_az_garantindo_saude_municipios_3ed_p1.pdf

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_az_garantindo_saude_municipios_3ed_p2.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. *ABC do SUS – doutrinas e princípios*. Brasília, DF, 1990

Disponível em:
http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc_do_sus_doutrinas_e_principios.pdf
BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, DF, 2012
Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf

Legislação Municipal para os cargos de Procurador Municipal; Analista em Gestão Pública; Arquiteto; Contador; Engenheiro Agrimensor; Consultor Ambiental; Engenheiro Civil e Fiscal de Tributos.

1. Competências e autonomia municipal. Princípios. 2. Os Poderes municipais. Legislativo e Executivo. 3. As atribuições da Câmara Municipal. Composição, estrutura e funcionamento. Processo e técnica legislativa. 4. O Poder Executivo e suas atribuições. A organização da Prefeitura. Órgãos da sua estrutura. 5. Políticas municipais. Política urbana. Política do meio ambiente. Política de saúde. Política cultural e educacional. Política de assistência social. Política econômica. 6. Servidores públicos. Regime jurídico. Direitos e deveres. Provimento dos cargos públicos. Posse e exercício. Processo disciplinar. 7. O Sistema Tributário Municipal. Normas gerais. Administração tributária municipal. 8. A prestação de serviços públicos. Prestação direta e indireta. 9. Atos municipais. Processo administrativo.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Joaquim Castro. Competência e autonomia dos municípios na nova Constituição. Rio de Janeiro: Forense.
AGUIAR, Joaquim Castro e GONÇALVES, Marcos Flávio R. O Município e o processo legislativo. Rio de Janeiro: IBAM.
BARRA DO PIRAI. Lei Orgânica Municipal atualizada.
BARRA DO PIRAI. Lei de Estrutura da Prefeitura Municipal atualizada.
BARRA DO PIRAI. Código Tributário Municipal atualizado.
BARRA DO PIRAI. Lei do Regime Jurídico dos Servidores atualizada.
BRASIL. Constituição da República de 1988 (atualizada com as Emendas Constitucionais e Emendas de Revisão).
CASTRO, José Nilo de. Direito municipal positivo. Belo Horizonte: Del Rey.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. São Paulo: Malheiros.

Aspectos Legais da Política Educacional para os cargos de Professor I (Ciências, Educação Artística, Educação Física, Geografia, História, Inglês, Matemática, Português); Professor I – Libras e Pedagogo.

1. Filosofia e educação. 2. Educação e sociedade. 3. Tendências pedagógicas na prática escolar. 4. Postura política. 5. Escola como instância mediadora da pedagogia. 6. Filosofia do cotidiano escolar. 7. Sujeito da práxis pedagógica: Educador e educando. 8. Elucidações conceituais e procedimentos metodológicos. 9. Didática: elemento articulador entre pedagogia e prática docente. 10. Escola nova. 11. A lei de Diretrizes e Bases da Educação. 12. Parâmetros Curriculares Nacionais. 13. Ideologia x Educação. 14. ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. 15. Educação Especial. 16. Inclusão Escolar.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *Filosofia da educação*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2002.

ARRUDA, Maria Lucia Aranha. - História da Educação e da Pedagogia Geral e Brasil. - 3ª edição – Editora Moderna, SP. 2006.
BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: 1990.
BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/ SEEP; 2008.
BRASIL Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.pr5.ufrj.br/images/stories/Anexos/PNE_2014.pdf
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.
CHIRALDELLI, Paulo. “O que é filosofia da educação”. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP e A Editora, 2002.
DEMO, Pedro – A nova LDB – Rarões e Avanços – São Paulo – Editora Papirus – 17ª edição – 2004
HAIDT, Regina Célia Cazaux Haidt. *Curso de Didática Geral*. 7ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2001. LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
_____, Cipriano. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. 12ª ed. São Paulo. Editora Nacional, 1980.
MATUI, Jiron. *Construtivismo – teoria construtiva sócio-histórica aplicada do ensino*. São Paulo: Editora Moderna. 1998. .
REILY, L. Escola inclusiva - linguagem e Mediação. 4ª. ed. São Paulo: Papirus, 2011.
SAVIANE, Dermeval. *Escola e democracia*. 34ª ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2001. .
SILVA, Aline Maira da – Educação especial e inclusão escolar história e fundamentos – Curitiba – Ibpex 2010 – Série Inclusão Escolar.
WERNECK, Vera Rudge. *A ideologia na Educação*. Petrópolis, 1982.

PROCURADOR MUNICIPAL

DIREITO CONSTITUCIONAL. Princípios constitucionais. O princípio federativo. O princípio da separação dos Poderes. Direitos e garantias fundamentais. Autonomia e soberania. Repartição de competências. O Município e a Federação. O conceito de interesse local. A organização do Município. Princípios aplicáveis à Administração Pública. Autonomia municipal: limitações constitucionais. O Poder Legislativo e sua competência. A Câmara Municipal. As proibições e incompatibilidades aplicáveis aos Vereadores. O processo legislativo. O Poder Executivo. A responsabilidade do Poder Executivo. Os servidores públicos: normas constitucionais. Ordem econômica e ordem social. Intervenção do Estado no domínio econômico. A prestação de serviços públicos e as normas constitucionais.

DIREITO ADMINISTRATIVO. Agentes públicos. Classificação. Agentes políticos. A Constituição e os servidores públicos. Regime jurídico. Provimento de cargos. Estabilidade. Aposentadoria. Direitos e vantagens. Atos administrativos. Conceito. Requisitos. Pressupostos dos atos. Classificação.

Vinculação e discricionariedade. Revogação e anulação. Processo administrativo. Poder de polícia. Conceito. Essência. Fundamentos. Discricionariedade. Limitações administrativas. Servidão. O poder de polícia municipal. Desapropriação. Conceito. Fundamentos. Requisitos. Competência legislativa. Objeto da desapropriação. Desapropriação por utilidade pública, por necessidade pública e por interesse social. Desapropriação por zona. Desapropriação indireta. Imissão de posse. Retrocessão. Indenização. Licitação. Conceito. Princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Fases da licitação. Edital. Habilitação. Classificação. Adjudicação. Anulação e revogação. Recursos administrativos. Contratos administrativos. Conceito. Características. Cláusulas essenciais. Alteração do contrato. Extinção do contrato. Teoria da imprevisão. Equilíbrio econômico-financeiro. Sanções administrativas. Recursos. Serviços públicos. Concessão, permissão e autorização. Privatização e terceirização. Parcerias. Bens públicos. Conceito. Afetação e desafetação. Regime jurídico dos bens públicos. Formas de aquisição e alienação dos bens públicos. Controle da Administração. Controle interno. Controle externo. Controle legislativo, judicial e popular. Lei de Responsabilidade Fiscal. **DIREITO TRIBUTÁRIO.** Sistema tributário constitucional. Princípios. Limitações ao poder de tributar. Imunidade. Repartição das receitas tributárias. Espécies de tributos. Impostos, taxas e contribuições. Características. Fato gerador, base de cálculo, sujeito ativo e sujeito passivo. Alíquotas. Crédito tributário. Constituição. O lançamento e suas modalidades. Obrigações principal e acessória. Direitos e deveres dos contribuintes. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios. Ação fiscalizatória. Processo administrativo tributário. Dívida ativa. Renúncia fiscal. Tributos municipais. Impostos, taxas e contribuições. Características. Sistema tributário municipal. Extrafiscalidade. Função social da propriedade. Progressividade dos impostos.

DIREITO CIVIL. (Lei 10.406/2002 e alterações posteriores): Vigência, validade, eficácia, interpretação e aplicação das normas civis (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, Decreto-lei 4.657/1942 alterado pela Lei 12.376/2010); Parte geral: Pessoa natural; Pessoa jurídica; Direitos da personalidade; Personalidade, capacidade, representação, assistência, emancipação, estados (individual, familiar e político), nome e registro (Lei de Registros Públicos, Lei 6.015/1973), ausência, curadoria dos bens do ausente, morte e sucessão provisória e sucessão definitiva da pessoa natural; Associações, fundações, entes despersonalizados, sociedades de fato e sociedades irregulares; Domicílio civil; Bens jurídicos: Bens considerados em si mesmos: Bens corpóreos e incorpóreos; Bens imóveis e móveis; Bens fungíveis e consumíveis, bens divisíveis e indivisíveis, bens simples e compostos, bens singulares e coletivos; Bens reciprocamente considerados: Bens principais e acessórios; Benfeitorias, acessões e pertencimentos; Frutos e produtos; Bens considerados em relação ao sujeito: Bens públicos e particulares; Bem de família: Convencional e legal (Lei 8.009/1990); Fato jurídico: fato, ato e negócio jurídicos; Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico; Elementos constitutivos do negócio jurídico (Pressupostos de existência); Validade, invalidade (nulidade a anulabilidade) do negócio jurídico, representação e simulação; Eficácia do negócio jurídico: condição, termo e encargo; Defeitos do negócio jurídico: Erro, dolo, coação, lesão, estado de perigo e fraude contra credores; Atos jurídicos lícito e ilícito; Abuso de direito; Prova. Prescrição e decadência. Direito das obrigações;

Obrigações: Obrigações de dar coisa certa e incerta, obrigações de fazer e não fazer, obrigações alternativas, obrigações divisíveis e indivisíveis e obrigações solidárias; Cessão de crédito e Assunção de Dívida; Pagamento, Pagamento em consignação, pagamento com sub-rogação, imputação do pagamento, dação em pagamento, novação, compensação, confusão e remissão das dívidas, Mora, perdas e danos, juros legais e convencionais, cláusula penal, arras, sinal. Direito dos contratos; Contratos civis: Estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar; Extinção do contrato: Distrato, cláusula resolutiva, resolução por onerosidade excessiva; Espécies de Contrato: Compra e venda, retrovenda, venda a contento e venda sujeita a prova, preempção ou preferência, venda com reserva de domínio, venda sobre documentos; Troca ou permuta; Contrato estimatório; Doação; Locação de coisas; Empréstimo: Comodato e mútuo; Prestação de serviço; Empreitada; Depósito: Depósitos voluntário e necessário; Mandato, mandatos voluntário e judicial; Comissão; Agência e distribuição; Corretagem; Transporte: transporte de pessoas e de coisas; Seguro: seguro de dano e de pessoa; Constituição de renda; Jogo e da aposta; Fiança; Transação; Compromisso; Atos Unilaterais: Promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido, enriquecimento sem causa; Locação imobiliária (Lei 8.245/1991). Responsabilidade civil: responsabilidade contratual e extracontratual, subjetiva e objetiva, direta e indireta; Obrigação de indenizar e fixação da indenização. Direitos reais: Posse; Propriedade: descoberta, usucapião: ordinário, extraordinário, especial (Constituição Federal/1988 e Lei 6.969/1981): rural, urbana, por abandono do lar e administrativa (Lei 11.977/2009 e Lei 12.424/2011), pela dissolução da união estável (Lei nº 9.278/1996), coletiva (Lei 10.257/2001), indígena (Lei 6.001/1973), registro do título, acessão, ocupação, achado do tesouro, tradição, especificação, confusão, comissão e adjunção; Direitos de vizinhança: uso anormal da propriedade, árvores limítrofes, passagem forçada, passagem de cabos e tubulações, águas, limites entre prédios e direito de tapagem e direito de construir; Condomínio geral, voluntário, necessário e edilício; Propriedade resolúvel; Propriedade fiduciária: móveis e imóveis (Lei 4.591/1964 e Lei 9.514/1997); Servidões; Usufruto; Uso; Habitação; Direito do promitente comprador; Penhor; Hipoteca; Anticrese. Direito de Família: Direito pessoal: casamento e relações de parentesco; Direito Patrimonial: regime de bens entre os cônjuges, usufruto e da administração dos bens de filhos menores, alimentos (Lei 5.478/1968, Lei 8.971/1994 e Lei 11.804/2008) e bem de família; Separação e Divórcio: judicial e extrajudicial (Constituição Federal/1988, Lei 6.515/1977), Investigação de paternidade (Lei 8.560/1992); União estável; Tutela e curatela (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, e Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015). Direito das sucessões: Sucessão em geral: herança, vocação hereditária, herança jacente e petição de herança; Sucessão legítima; Sucessão testamentária; Inventário e partilha.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. (Lei 13.105/2015 e alterações posteriores): Aplicação da norma processual no tempo e no espaço; Normas fundamentais. Jurisdição e ação, limites da jurisdição nacional, Cooperação internacional; Organização e divisão do Poder Judiciário (Constituição Federal/1988); Competência: critérios, fixação, modificação da competência e declaração de incompetência, cooperação nacional; Legitimação: ordinária e extraordinária; Capacidade processual:

capacidade de ser parte, capacidade de estar em juízo e capacidade postulatória; Partes: Deveres, responsabilidade, despesas, honorários, multas, gratuidade de justiça e sucessão das partes; Procuradores: Representação processual, sucessão dos procuradores, deveres e responsabilidade (Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei 8.906/1994 e Código de Ética e Disciplina da OAB); Litisconsórcio e Intervenção de terceiros; Juiz: Poderes, deveres, responsabilidade, impedimentos e suspeição do juiz; Auxiliares da justiça; Funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Advocacia (Constituição Federal/1988); Atos processuais: Forma dos atos processuais, atos em geral, atos da parte, atos do juiz e atos do escrivão ou chefe de secretaria; Tempo dos atos processuais: Prazos processuais: contagem e verificação dos prazos e penalidades; Lugar dos atos processuais; Comunicações dos atos processuais: Cartas, citações e intimações; Nulidades dos atos processuais; Distribuição e do registro; Valor da causa; Tutela provisória; Formação do processo; Suspensão do processo; Extinção do processo; Processo de conhecimento e cumprimento de sentença: Procedimento sumário (Lei 5.869/1973); Procedimento comum: Petição inicial: requisitos e pedido; Indeferimento da petição inicial; Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação; Resposta do réu: Contestação e reconvenção; Revelia; Providências preliminares e saneamento: não incidência dos efeitos da revelia, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor e alegações do réu; Julgamento conforme o estado do processo: extinção do processo, julgamento antecipado do mérito e saneamento e organização do processo; Audiência de instrução e julgamento; Provas em geral e em espécie: produção antecipada da prova, ata notarial, depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa, prova documental, força probante dos documentos, arguição de falsidade, produção da prova documental, documentos eletrônicos, prova testemunhal, admissibilidade, valor e produção da prova testemunhal, prova pericial e inspeção judicial; Sentença: elementos e efeitos; Coisa julgada; Remessa necessária; julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa; Liquidação de sentença; Cumprimento de sentença. Procedimentos especiais: Teoria geral dos procedimentos especiais; Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária: Consignação em pagamento, Depósito; Ação de exigir contas; Procedimentos possessórios; Procedimentos de usucapião de terras particulares (usucapião ordinário, extraordinário, especial urbana, rural, pela dissolução da união estável e por abandono do lar, administrativo, coletivo e indígena (Constituição Federal/1988, Código Civil/2002, Lei 6.001/1973, Lei 6.969/1981, Lei nº 9.278/1996, Lei 10.257/2001, Lei 11.977/2009, Lei 12.424/2011); Outras ações para defesa da propriedade e da posse: ação vindicatória, ação reivindicatória, ação de imissão na posse, ação negatória, ação confessória, ação de dano infecto, ação publiciana, ação declaratória e ação de indenização. Procedimentos decorrentes da locações imobiliárias (Lei 8.245/1991); Divisão e da demarcação de terras particulares; Ação de dissolução parcial de sociedade; Inventário, partilha, arrolamento, inventário extrajudicial e requerimento de alvará judicial (Lei 6.858/1980); Embargos de terceiros; Oposição; Habilitação; Ações de família e procedimentos decorrentes das relações familiares (Constituição Federal/1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 5.478/1968, Lei 6.515/1977, Lei 8.971/1994 e

Lei 11.804/2008) e bem de família; Separação e Divórcio: judicial e extrajudicial (Constituição Federal/1988, Lei 6.515/1977), Investigação de paternidade (Lei 8.560/1992); Monitório; Homologação do penhor legal; Regulação de avaria grossa; Restauração de autos; Notificação e da interpelação; Alienação judicial; Divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio; Testamentos e dos codicilos; Herança jacente; Bens dos ausentes; Coisas vagas; Interdição; Tutela e curatela (Código Civil. Lei Estatuto da Pessoa com Deficiência); Organização e da fiscalização das fundações; Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo; Juizados especiais cíveis estaduais, federais e Fazendários (Lei 9.099/1995, Lei 10.259/2001 e Lei 12.153/2009); Processo coletivo: ação civil pública e ação popular (Lei 4.717/1965, Lei 7.347/1985 e Lei 8.078/1990), Mandado de segurança individual e coletivo (Lei 12.016/2009); Busca e apreensão e de depósito de coisa vendida a crédito com reserva de domínio e de coisa gravada com alienação fiduciária em garantia (Decreto-Lei 911/1969); Juízo arbitral (Lei 9.307/1996 alterada pela Lei 13.129/2015); Processo de execução: Execução em geral: Partes, competência, requisitos necessários para realizar qualquer execução, inadimplemento do devedor e título executivo, responsabilidade patrimonial; Execuções em espécie: Execução para a entrega de coisa certa e incerta; Execução das obrigações de fazer e de não fazer; Execução por quantia certa contra devedor solvente; Penhora: objeto, documentação, registro, depósito, lugar, modificações, modalidades, avaliação, expropriação de bens, adjudicação, alienação e satisfação do crédito; Execução contra a fazenda pública; Execução de alimentos; Embargos do devedor, embargos à execução contra a fazenda pública, embargos à execução fundada em título extrajudicial, embargos à execução e embargos na execução por carta; Exceção ou objeção de pré-executividade; Suspensão e da extinção do processo de execução; Execução fiscal (Lei 6.830/1980). Processo nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais: Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais; Incidentes de assunção de competência e de arguição de inconstitucionalidade; Conflito de competência; Homologação de decisão estrangeira e da concessão do exequatur à carta rogatória; Ação rescisória; Incidente de resolução de demandas repetitivas; Reclamação; Teoria geral dos recursos; Recursos em espécie; Ações autônomas de impugnação e sucedâneos recursais: Ação anulatória; Embargos de terceiro; Mandado de segurança.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Joaquim Castro e GONÇALVES, Marcos Flávio R. O Município e o processo legislativo. Rio de Janeiro: IBAM.
AGUIAR, Joaquim Castro. Competência e autonomia dos municípios na nova Constituição. Rio de Janeiro: Forense.
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros Ed.
BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro (atualizado por Misabel Abreu Machado Derzi). Rio de Janeiro: Forense.
BARBON, Sandra A. Lopez. Do IPTU. Belo Horizonte: Del Rey.
BARRA DO PIRAI. Lei municipal do regime jurídico dos servidores atualizada.
BARRA DO PIRAI. Lei municipal sobre estrutura administrativa da Prefeitura atualizada.
BARRA DO PIRAI. Lei Orgânica do Município atualizada.

BARRA DO PIRAI. Código Tributário do Município e legislação complementar.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. Constituição da República de 1988, atualizada.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25/10/66 (Código Tributário Nacional) e legislação complementar.

Barra do Piraí. Código Tributário do Município e legislação complementar.

CASTRO, José Nilo de. Direito municipal positivo. Belo Horizonte: Del Rey.

CASTRO, José Nilo de. Responsabilidade fiscal nos municípios. Belo Horizonte: Del Rey.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988 - sistema tributário. Rio de Janeiro: Forense.

DALLARI, Adilson Abreu. Regime constitucional dos servidores públicos. São Paulo: Ed. RT.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública. São Paulo: Atlas.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Controle da constitucionalidade das leis municipais. São Paulo: Ed. RT.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Comentários à Constituição brasileira de 1988. São Paulo: Saraiva.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo. São Paulo: Saraiva.

ICHIHARA, Yoshiaki. Imunidades tributárias. São Paulo: Atlas.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética.

MACHADO, Hugo de Brito. Os princípios jurídicos da tributação na Constituição de 1988. São Paulo: Ed. RT.

MARTINS, Ives Gandra. Sistema tributário na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva.

MASCARENHAS, Paulo. Improbidade administrativa e crime de responsabilidade de prefeito. São Paulo: Ed. de Direito.

MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: Ed. RT.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros Ed.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. São Paulo: Malheiros Ed.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho et alli. Responsabilidade fiscal. Belo Horizonte: Del Rey.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA, Fernando Andrade. Limitações administrativas à propriedade privada imobiliária. Rio de Janeiro: Forense.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública. Rio de Janeiro: Renovar.

PINASSI, Ayrton. Direito municipalista constitucional. Campinas (SP): Ed. Conan.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Regime único dos servidores civis. São Paulo: Saraiva.

RIGOLIN, Ivan Barbosa & BOTTINO, Marco Tullio. Manual prático das licitações. São Paulo: Saraiva.

RODRIGUES, Flavio Martins. Fundos de pensão de servidores públicos. Rio de Janeiro: Renovar.

ROSA JR., Luiz Emygdio F. da. Manual de direito financeiro e de direito tributário. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar. 1991.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros Ed.

SILVA, José Afonso da. Manual do vereador. São Paulo: Malheiros Ed.

SOUTO, Marcos Jurueña Villela. Desestatização, privatização, concessões e terceirizações. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. São Paulo: Ed. RT.

AMARAL NETO, Francisco. Direito civil: Introdução. Rio de Janeiro: Renovar.

CAVALIERE FILHO. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas.

FRANCO, Vera Helena de Mello. Contratos: Direito civil e empresarial. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NERY, Rosa Maria de Andrade. Manual de direito civil: família. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NORONHA, Fernando. Direito das obrigações. São Paulo: Saraiva.

PENTEADO, Luciano Camargo. Manual de direito civil: coisas. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PENTEADO, Luciano Camargo. Manual de direito civil: sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC - Lei n. 13.105 de 16-3-2015. São Paulo: Saraiva.

THEODORO JÚNIOR. Humberto. Curso de Direito Processual Civil. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense.

THEODORO JÚNIOR. Humberto. Curso de Direito Processual Civil. vol. 2. Rio de Janeiro: Forense.

THEODORO JÚNIOR. Humberto. Curso de Direito Processual Civil. vol. 3. Rio de Janeiro: Forense.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. et. al. (coord.). Breves comentários novo código de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais.

ANALISTA EM GESTÃO PÚBLICA

1. Administração: 1.1. Teorias, escolas e modelos. 1.2. Ambiente nas organizações, mudança, inovação e cultura organizacional. 1.3. Funções de Planejamento, Organização, Direção e Controle; 1.4. Planejamento Estratégico: conceitos, etapas, níveis da organização envolvidos. 1.5. Estruturas organizacionais: tipos, natureza, finalidades e critérios de departamentalização. 1.6. Responsabilidade Social na organização. 1.7. Motivação e Liderança. 2. Administração Pública: 2.1. Governo e administração, atividades, poderes. 2.3. Entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos. 2.4. Princípios básicos da administração, poderes e deveres do administrador público. 2.5. Atos administrativos: conceito e requisitos, atributos, classificação, espécies, invalidação. 2.6. Processo Administrativo. 3. Finanças públicas. 3.1. As funções econômicas do setor público – alocativa, distributiva e estabilizadora. 3.2. Bens públicos e bens privados; teoria dos bens sociais; bens sociais e as falhas de mercado. 3.3. Gastos públicos: conceito, classificação; gastos governamentais no Brasil; financiamento dos gastos públicos. 3.4. Plano Plurianual – PPA: conceito, conteúdo, prazos. 3.5. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO: conceito, conteúdo, estrutura, prazos. 3.6. Lei Orçamentária Anual – LOA: conceito; princípios; conteúdo; estrutura; prazos; processo de elaboração, aprovação, execução e controle; classificações orçamentárias. 3.7. Ciclo orçamentário. 3.8. Receitas e despesas públicas: conceitos, classificações e etapas de execução. 4. Tributos: competências tributárias dos entes federativos. 4.2. Impostos e taxas: conceitos e classificações. 5. Transferências de recursos financeiros entre União, Estados e Municípios (constitucionais, legais e voluntárias). 6. Lei de Responsabilidade Fiscal: Normas

de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal: do planejamento; da receita pública, da despesa pública; da dívida e do endividamento; da gestão patrimonial, da transparência; controle e fiscalização. 7. Controle e contabilidade: 7.1. Sistema de controle interno: definição, abrangência e finalidades. 7.2. Tipos de controle interno: prévio, concomitante e subsequente. 7.3. Diferenças entre controle interno e controle externo. 7.4. Contabilidade Pública: conceito, objetivo e metodologia. 7.5. Tipos de contabilidade: orçamentária, financeira e patrimonial. 7.6. Demonstrações contábeis: balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. 8. Monitoramento e avaliação de políticas públicas: Indicadores - conceitos, propriedades e elementos; aspectos a serem considerados em sua formulação e seleção; classificação e focos, de acordo com políticas, planos e programas; limitações.

9. Ética no trabalho: 9.1. Conceitos, princípios; ética e moral, democracia e exercício de cidadania. 9.2. Ética empresarial e profissional, função pública e serviço público. 9.3. Código de Ética do Servidor Público Federal e seu sistema de gestão, conforme a legislação em vigor

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Legislação:

Constituição Federal.

Lei nº101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portaria Ministério do Orçamento e Gestão nº42, de 14/04/99. Disponível em

ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/leis/P42_MPOG_14-04-1999.pdf

Portaria Interministerial nº163 de 04/05/2001. Disponível em

http://www.tce.m.gov.br/2009/download/resolucoes_str/PORT-INTERMINISTERIAL_1632001.pdf

Decreto nº 1171, de 22.06.1994 e suas alterações posteriores.

Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Decreto nº 6.029, de 01.02.2007 - Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

PEREIRA, Anna Maris. *Introdução à Administração*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004.

REZENDE, F. *Finanças Públicas*, 2ª Ed., Ed. Atlas.

“O orçamento público a seu alcance”. Instituto de Estudos Socioeconômicos – Brasília: INESC, 2006. Disponível em

<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos/cartilh-as-e-manuais-1/o-orcamento-publico-ao-seu-alcance>

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1997

KOHAMA, Helio *Contabilidade pública: teoria e prática*. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.

REIS, Heraldo da Costa. *A Lei 4.320 comentada*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris.. 34ª edição

Boudoux, Gustavo. “*Ética no Serviço Público*” (texto). Disponível em

<http://www.espacohebertveira.com.br/documentos/inss/GustavoBoudoux-Apostila%20EticaDoINSS.pdf>

“Indicadores - Orientações básicas aplicadas à gestão pública”.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Brasília, DF. 1ª edição. 2012. Disponível em

<http://www.gespublica.gov.br/atores/secretaria-de-planejamento-e-investimentos-estrat%C3%A9gicosmp>

ARQUITETO

1. As competências do Poder Executivo Municipal no controle do uso e ocupação de seu território; Políticas Urbanas, Estatuto da Cidade e Plano Diretor. 2. A gestão do ambiente municipal diante do conceito de sustentabilidade e sua relação com os recursos naturais e culturais de Barra do Piraí. 3. O desempenho das atribuições do arquiteto nas funções públicas municipais, no que tange à elaboração de políticas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável e à elaboração e análise

de projetos urbanos e edifícios. 4. O Direito de Construir e seu enquadramento jurídico-administrativo para o exercício do Poder de Polícia, em especial na elaboração de normas para o controle do parcelamento, uso e ocupação do solo e sua fiscalização. 5. Legislação federal, estadual e municipal concernentes aos projetos urbanos e prediais. 6. Urbanismo: conceitos e princípios.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

_____. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (Título III, Capítulos I a IV; Título VII, Capítulo II e Título VIII, Capítulo VI).

_____. Lei Federal no 10.257 de 10 de julho de 2001: que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade.

_____. Lei Federal no 6.766 de 19 de dezembro de 1979, modificada pela Lei Federal no 9.785/1999 – Parcelamento do Solo..

_____. Lei Federal no 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: MINISTÉRIO DO MEIO-AMBIENTE.

Cidades Sustentáveis. Subsídios à Elaboração da AGENDA 21 Brasileira. Brasília, 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI /RJ. Lei Orgânica do Município de BARRA DO PIRAI/RJ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI/RJ. Plano Diretor do Município de BARRA DO PIRAI/RJ, atualizada

_____. Código de Obras e Edificações do Município de BARRA DO PIRAI/RJ atualizada.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15220 - Parte 3: Zoneamento Bioclimático Brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social.

GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). Manual do Prefeito. 14a edição. Rio de Janeiro: IBAM, 2013.

GONÇALVES, Marcos Flávio R. www.lam.ibam.org.br – Estatuto da Cidade e as Normas Gerais do Direito Tributário, 2001

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de (coord.). Estatuto da cidade: para compreender... Rio de Janeiro: IBAM, 2001

<http://polis.org.br/>

BENÉVOLO, Leonardo. História da Cidade. 4ª Edição, Ed. Perspectiva, 2009.

CHOAY, Françoise. O Urbanismo, Ed. Perspectiva, 7ª Edição, 2011.

LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade, Ed. Martins Fontes, 3ª Edição, 2011

LYNCH, Kevin. A Boa Forma da Cidade, Ed. Edições 70, 1999.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia Lamas. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. 7ª Edição, Ed. Blume, 2014.

CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. Ed. Edições 70, 1961.

Indicações de fontes de consulta:

www.planalto.gov.br- para obtenção da legislação federal.

www.mma.gov.br- para obtenção de publicações.

www.ibam.org.br/estudos- para obtenção de publicações citadas na bibliografia.

<http://www.barradopirai.rj.gov.br>: informações sobre o Município.

<http://app.cidades.gov.br/> - legislação

www.fna.org.br

<http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/plano-diretor/>

ASSISTENTE SOCIAL

1. Estado, Política Social e Direitos Sociais: a atual conjuntura de contrarreforma do Estado. 2. A questão social na

contemporaneidade: o contexto da globalização e da reestruturação produtiva. 3. Seguridade Social no Brasil: ênfase na gestão, controle social e financiamento das políticas públicas. 4. Serviço social e realidade brasileira: fundamentos históricos, teórico-metodológicos ético-políticos e técnico-operativos. 5. Projeto ético-político do Serviço Social: ética profissional e regulamentação da profissão. 6. Planejamento e trabalho profissional nas políticas públicas: intervenção, investigação, sistematização; avaliação; trabalho social com famílias; práticas educativas e de mobilização social; trabalho em equipe.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ARCOVERDE, A.C.B. Avaliação de políticas, programas e projetos. In: CRESS-MG | Revista Conexão Geraes | 2º semestre de 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social, alterada pela [Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011](#).
- BRASIL. Lei Orgânica da Saúde (alterada). Lei nº 8080, 19 de setembro de 1990 e Lei nº 8142, 28 de dezembro 1990.
- BEHRING, E. R. Sobre o financiamento das políticas sociais no Brasil página. In: CRESS-MG | Revista Conexão Geraes | 2º semestre de 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>
- BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.) *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: http://www.prof.ioadodantas.nom.br/materialdidatico/material/3_-_As_novas_configuracoes_do_Estado_e_da_Sociedade_Civil_no_contexto_da_crise_do_capital.pdf
- BOSCHETTI, I. A política de seguridade social no Brasil. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.) *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.328-338.
- BRASIL. *Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm
- BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. de. A política de saúde na atual conjuntura: algumas reflexões sobre os governos Lula e Dilma. In: SILVA, L. B. et. al. (Orgs.) *Serviço Social, saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional*. Campinas: Papel Social, 2013, P. 19-64.
- CFESS. *Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social*. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLACAO_E_RESOLUCOES_AS.pdf
- CFESS. O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Cortez, 2006. Capítulos 1 e 2.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social em Tempos de Capital Fêtil*: capital financeiro, trabalho e questão social. Cap. 2 e 3. São Paulo: Cortez Editora, 2007, p. 105-233.
- MIOTO, R.C.T. Política social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional Rev. Katálisis., Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/05.pdf>
- PEREIRA, P. A. P. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, G. L. et al. (Orgs.) *A intersetorialidade na agenda das políticas sociais*. Campinas, SP: Papel Social, 2014, p. 23-39.
- RAICHELI, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. *Serviço Social & Sociedade*, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

- SANTOS, C. M dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. In: CRESS-MG | Revista Conexão Geraes | 2º semestre de 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>
- SARMENTO, H.B de M. instrumental técnico e o Serviço Social, é preciso continuar o debate! In: CRESS-MG | Revista Conexão Geraes | 2º semestre de 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>
- TEIXEIRA, S. M. Política social contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, R. C. T. et al. (Orgs.) *Familismo, direito e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015, p. 211-239.
- VELOSO, R. dos S. Condições de trabalho e dimensão técnico-operativa do Serviço Social. In: DUARTE, M. J. de O. et al. (Orgs.) *Política de saúde hoje: interface & desafios no trabalho de assistentes sociais*. 1.ed. Campinas, SP: papel Social, 2014, p. 115-133.

CIRURGIÃO-DENTISTA (CLÍNICO GERAL)

- Promoção de saúde na dentística – isolamento do campo operatório, preparos cavitários, tratamento restaurador atraumático, restaurações dentárias por amálgama e por resina, aplicações clínicas dos materiais ionoméricos.
- Aplicações Clínicas dos materiais dentários.
- Prevenção da doença periodontal.
- Princípios da exodontia.
- Fundamentos em Endodontia.
- Princípios Gerais em prótese dentária.
- Desenvolvimento, morfologia dos dentes decíduos, cárie em crianças e adolescentes.
- Cuidados com pacientes portadores de necessidade especiais.
- Medicamentos de uso odontológico, anestesia local, manejo do paciente.
- Controle das patologias bucais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, E. D. *Terapêutica Medicamentosa em Odontologia*. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.
- ARTMED, 2001. *ANUSAVICE*, K. J. Phillips, Materiais Dentários 11.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- BARATIERI, L. N. et al. *Odontologia Restauradora Fundamentos e Possibilidades*. 1.ed. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 2001.
- COHEN, S.; HARGREAVES, K. M. *Caminhos da Polpa* 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CONCEIÇÃO, E. N. et al. *Dentística - Saúde e Estética*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DEAN, J. A.; McDONALD, R.E.; AVERY, D. R. McDONALD e AVERY - *Odontopediatria para Crianças e Adolescentes*. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LEONARDO, M. R.; LEAL, J. M. *Endodontia - Tratamento de Canais Radiculares vol.1 e 2*. 4.ed. [S.1.] :Artes Médicas, 2005.
- LINDHE, J. et al *Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- LOPES, H. P.; SIQUEIRA JR., J. F. *Endodontia - Biologia e Técnica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- MALAMED, S. F. *Manual de Anestesia Local*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- NEVILLE, B. W.; et al *Patologia Oral e Maxilofacial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- PETERSON, Larry J. e colaboradores. *Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea*. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1996. 702p.
- SHILLINGBURG, H. T. et al *Fundamentos de Prótese Fixa*. 4. ed. São Paulo: Quintessence Ltda, 2007.

CIRURGIÃO-DENTISTA (TRAUMATO BUCOMAXILOFACIAL)

- Promoção de saúde na dentística – isolamento do campo operatório, preparos cavitários, tratamento restaurador atraumático, restaurações dentárias por amálgama e por resina, aplicações clínicas dos materiais ionoméricos.
- Aplicações

Clínicas dos materiais dentários, 3. Prevenção da doença periodontal. 4. Princípios da exodontia. 5. Fundamentos em Endodontia. 6. Princípios Gerais em prótese dentária. 7. Desenvolvimento, morfologia dos dentes decíduos, cárie em crianças e adolescentes. 8. Cuidados com pacientes portadores de necessidade especiais. 9. Medicamentos de uso odontológico, anestesia local, manejo do paciente. 10. Controle das patologias bucais.

TRAUMATO BUCOMAXILOFACIAL: 1. Patologia Oral e Maxilofacial. 2. Radiologia Oral e Maxilofacial. 3. Cirurgia Oral Menor. 4. Farmacologia. 5. Traumatologia Bucomaxilofacial. 6. Cistos e Tumores Odontogênicos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, E. D. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia . 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.
- ARTMED, 2001. ANUSAVICE, K. J. Phillips, Materiais Dentários 11.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- BARATIERI, L. N. et al. Odontologia Restauradora Fundamentos e Possibilidades. 1.ed. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 2001.
- COHEN, S.; HARGREAVES, K. M. Caminhos da Polpa 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CONCEIÇÃO, E. N. et al. Dentística - Saúde e Estética . 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DEAN, J. A.; McDONALD, R.E.; AVERY, D. R. McDONALD e AVERY -Odontopediatria para Crianças e Adolescentes. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LEONARDO, M. R.; LEAL, J. M. Endodontia - Tratamento de Canais Radiculares vol.1 e 2. 4.ed. [S.l.] :Artes Médicas, 2005.
- LINDHE, J. et al Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- LOPES, H. P.; SIQUEIRA JR., J. F. Endodontia - Biologia e Técnica . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- MALAMED, S. F. Manual de Anestesia Local . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- NEVILLE, B. W.; et al Patologia Oral e Maxilofacial . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- PETERSON, Larry J. e colaboradores. Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1996. 702p.
- SHILLINGBURG, H. T. et al Fundamentos de Prótese Fixa . 4. ed. São Paulo: Quintessence Ltda, 2007.
- ABUBAKER AO; Benson K. Segredos em cirurgia bucomaxilofacial. Tradução de André Alberto Camara Puppin. Porto Alegre: Artmed. 2007. 424p.
- ANDRADE ED. Terapêutica medicamentosa em odontologia. 2ª.ed., Rio de Janeiro: Artes Médicas. 2006.
- ARNETT GW; MCLAUGHLIN RP. Planejamento facial e dentário para ortodontista e cirurgias bucomaxilofaciais. Porto Alegre: Artmed. 2004. 320p. Título original: *Facial and dental planning for orthodontist and oral surgeons*.
- BRASILEIRO Filho G. Patologia Bolognoli. 3ª. Ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
- DINGMAN RO; NATVIG P. Surgery of facial fractures. Philadelphia: Saunders, 1964. 380p.
- FREITAS A. Radiologia odontologia. Rio de Janeiro: Artes Médicas. 2004.
- HAUSER AR. Antibióticos na prática clínica. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- HUPP JR; ELIS III E; TUCKER MR. Cirurgia oral e maxilofacial contemporânea. 5ªed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- MAFEE MF; VALVASSORI GE; Becker M. Imagens da cabeça e pescoço. 2ª. ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- MALAMED SF. Manual de Anestesia Local. Tradução de Andre Luis de Souza Melgaço e Claudia Lucia Caetano de Araujo. 4ª. Ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 279p.

NEVILLE BW; DAMM DD; ALLEN CM; BOUQUOT JE. Oral & Maxillofacial Pathology. 1995. 705p.

PROFFIT WR; WHITE Jr RP; SARVER DM. Tratamento contemporâneo de deformidades dentofaciais contemporary treatment of dentofacial deformity. Porto Alegre: Artmed. 2003. 784p.

CIRURGIÃO-DENTISTA (ENDODONTIA)

1. Promoção de saúde na dentística – isolamento do campo operatório, preparos cavitários, tratamento restaurador atraumático, restaurações dentárias por amálgama e por resina, aplicações clínicas dos materiais ionoméricos. 2. Aplicações Clínicas dos materiais dentários, 3. Prevenção da doença periodontal. 4. Princípios da exodontia. 5. Fundamentos em Endodontia. 6. Princípios Gerais em prótese dentária. 7. Desenvolvimento, morfologia dos dentes decíduos, cárie em crianças e adolescentes. 8. Cuidados com pacientes portadores de necessidade especiais. 9. Medicamentos de uso odontológico, anestesia local, manejo do paciente. 10. Controle das patologias bucais.

ENDODONTIA: 1. Complexo Dentino-Pulpal. 2. Patologias Pulpal e Perirradicular. 3. Alterações Patológicas. 4. Microbiologia em Endodontia. 5. Diagnóstico em Endodontia. 6. Radiologia em Endodontia. 7. Anestesia. 8. Acesso aos canais radiculares. 9. Anatomia dos canais radiculares. 10. Instrumentos Endodônticos. 11. Preparo Químico-Mecânico dos canais radiculares. 12. Irrigação. 13. Medicação intra canal. 14. Materiais Obturadores. 15. Obturação dos canais radiculares. 16. Retratamento Endodôntico. 17. Emergências e Urgências em Endodontia. 18. Analgésicos e antibióticos em Endodontia. 19. Reabsorções

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, E. D. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia . 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.
- ARTMED, 2001. ANUSAVICE, K. J. Phillips, Materiais Dentários 11.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- BARATIERI, L. N. et al. Odontologia Restauradora Fundamentos e Possibilidades. 1.ed. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 2001.
- COHEN, S.; HARGREAVES, K. M. Caminhos da Polpa 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CONCEIÇÃO, E. N. et al. Dentística - Saúde e Estética . 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DEAN, J. A.; McDONALD, R.E.; AVERY, D. R. McDONALD e AVERY -Odontopediatria para Crianças e Adolescentes. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LEONARDO, M. R.; LEAL, J. M. Endodontia - Tratamento de Canais Radiculares vol.1 e 2. 4.ed. [S.l.] :Artes Médicas, 2005.
- LINDHE, J. et al Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- LOPES, H. P.; SIQUEIRA JR., J. F. Endodontia - Biologia e Técnica . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- MALAMED, S. F. Manual de Anestesia Local . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- NEVILLE, B. W.; et al Patologia Oral e Maxilofacial . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- PETERSON, Larry J. e colaboradores. Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1996. 702p.
- SHILLINGBURG, H. T. et al Fundamentos de Prótese Fixa . 4. ed. São Paulo: Quintessence Ltda, 2007.
- LOPES, Siqueira Jr. Endodontia-Biologia e Técnica. 2010 3ªedição.
- Endodontia De Deus 5 edição 1992.
- Cohen-Hargreaves. Caminhos da polpa. 10 edição 2011.

CIRURGIÃO-DENTISTA (PERIODONTIA)

1. Promoção de saúde na dentística – isolamento do campo operatório, preparos cavitários, tratamento restaurador

atraumático, restaurações dentárias por amálgama e por resina, aplicações clínicas dos materiais ionoméricos. 2. Aplicações Clínicas dos materiais dentários. 3. Prevenção da doença periodontal. 4. Princípios da exodontia. 5. Fundamentos em Endodontia. 6. Princípios Gerais em prótese dentária. 7. Desenvolvimento, morfologia dos dentes decíduos, cárie em crianças e adolescentes. 8. Cuidados com pacientes portadores de necessidade especiais. 9. Medicamentos de uso odontológico, anestesia local, manejo do paciente. 10. Controle das patologias bucais.

PERIODONTISTA: 1. Anatomia do Periodonto. 2. Epidemiologia das Doenças Periodontais. 3. Placa e Cálculo Dentais. 4. Microbiologia da Doença Periodontal. 5. Pantogênese da doença periodontal. 6. Controle Mecânico da placa supragengival. 7. Cirurgia periodontal: acesso cirúrgico, reparo e cicatrização. 8. Diagnóstico e tratamento da doença periodontal. 9. Terapia Periodontal Regenerativa. 10. Tratamento de Dentes com Envolvimento de Furca. 11. Terapia periodontal de suporte. 12. Trauma de Oclusão. 13. Interação : Endodontia – Periodontia; Periodontia – Prótese; Ortodontia e Periodontia. 14. O Uso de Anti-sépticos na Terapia Periodontal. 15. A utilização de Antibióticos na Terapia Periodontal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, E. D. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia . 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.
- ARTMED, 2001. ANUSAVICE, K. J. Phillips, Materiais Dentários 11.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- BARATIERI, L. N. et al. Odontologia Restauradora Fundamentos e Possibilidades. 1.ed. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 2001.
- COHEN, S.; HARGREAVES, K. M. Caminhos da Polpa 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CONCEIÇÃO, E. N. et al. Dentística - Saúde e Estética . 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DEAN, J. A.; McDONALD, R.E.; AVERY, D. R. McDONALD e AVERY -Odontopediatria para Crianças e Adolescentes.9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LEONARDO, M. R.; LEAL, J. M. Endodontia - Tratamento de Canais Radiculares vol.1 e 2. 4.ed. [S.1.] :Artes Médicas,2005.
- LINDHE, J. et al Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- LOPES, H. P.; SIQUEIRA JR., J. F. Endodontia - Biologia e Técnica . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- MALAMED, S. F. Manual de Anestesia Local . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- NEVILLE, B. W.; et al Patologia Oral e Maxilofacial . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- PETERSON, Larry J. e colaboradores. Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1996. 702p.
- SHILLINGBURG, H. T. et al Fundamentos de Prótese Fixa . 4. ed. São Paulo: Quintessence Ltda, 2007.
- GENCO. Periodontia Contemporânea. 3ª edição. Santos Livraria e Editora, 1999.
- LINDHE. Tratado de Periodontia Clínica e Implantodontia Oral. 4ª edição, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

CONTADOR

1. **Contabilidade Geral:** Conceito, objetivos, campo de atuação, princípios de contabilidade. Patrimônio: Conceito, Formação, composição, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Equações e Variações Patrimoniais. Escrituração e Lançamentos Contábeis: métodos e elementos básicos. Receitas, Despesas. Principais aspectos Contábeis das Contas Patrimoniais. Valorização e avaliação dos estoques: sistemas de controle contábil dos estoques, valorização dos estoques, inventário físico e controle. Procedimentos contábeis específicos: disponibilidades, provisão para devedores duvidosos, duplicatas descontadas, provisão para

desvalorização dos estoques, ativo imobilizado, depreciação de bens, amortizações, patrimônio líquido, despesas pagas antecipadamente, Investimentos Permanentes – métodos de avaliação, Operações com mercadorias, fatos que modificam compra e vendas de mercadorias. Estrutura e Elaboração das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado - conceitos, objetivos e forma de apresentação. 2. **Contabilidade de Custos:** Terminologias utilizadas em Custos: Custos, Custo, Despesa e Perda. Classificações de Custos e de Despesas. Custos Primários, de Transformação e de Produtos Fabricados. Custeios por Absorção e Variável. Matérias-primas, Mão-de-obra, Custos Indiretos de Fabricação. Departamentalização. Ordem de produção e produção contínua. Margem de Contribuição. Relação Custo-Volume-Lucro. Ponto de Equilíbrio. 3. **Administração Financeira e Orçamento:** Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extra-orçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extra-orçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercício Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório da Gestão Fiscal. 4. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público:** Sistema Contábil, Subsistemas de Contas: Orçamentário, Patrimonial, Custos e Compensado. Variações Patrimoniais. Escrituração dos principais fatos da administração pública: arrecadação das receitas correntes e de capital, arrecadação da receita de dívida ativa, realização das despesas correntes e de capital, restos a pagar, operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, inscrição de dívida ativa tributária e não tributária, incorporação de bens por doações recebidas, reconhecimento da valorização de bens, baixa por cancelamento de dívidas passivas de créditos fiscais inscritos, diminuição de dívidas por baixa da taxa cambial, registro da depreciação acumulada de bens móveis e imóveis, registro da correção monetária cambial, restituições a pagar; caucões recebidas e devolvidas, fianças recebidas e devolvidas e consignações em folha de pagamento e lançamentos de encerramento do exercício financeiro. Procedimentos contábeis orçamentários (PCO): reconhecimento da receita e da despesa orçamentária, procedimentos contábeis referentes à receita e à despesa orçamentária, Controle da execução da despesa orçamentária, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, suprimentos de fundos. Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP). Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): conceito e estrutura. Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público (de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da STN e estrutura atualizada Lei nº 4.320/64): Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa: conceitos, estrutura, análise e técnica de elaboração. Bens Públicos: conceito, classificações e inventário. NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – NBC SP T16

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Abordagem Simples e objetiva. São Paulo. Atlas: 2014

BEZERRA FILHO, João Eudes. *Orçamento Aplicado ao Setor Público*. Editora Atlas. 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Curso Básico de Contabilidade*. 7ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FIPECAFI. Manual de Contabilidade Societária – Aplicável a todas as Sociedades. Atlas: 2010.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. Editora Atlas. 14 ed. 2007

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12^a. ed. São Paulo: Atlas. 2012.

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de Custos*. 9 ed. São Paulo. Atlas. 2003

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP) – (Parte I,II,III,IV e V) – 6ª edição. www.tesouro.gov.br.

MANUAL DOS DEMONSTRATIVOS FISCAIS (MDF) – 6ª edição. www.tesouro.gov.br.

NEVES, Silvério. VICECONTI, Paulo E. Contabilidade Básica. 15ª ed. Saraiva, 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de Contabilidade Básica. 8ª ed. Atlas, 2012

ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público. São Paulo. Atlas. 2011.

SILVA, Valmir Leôncio. *A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 1ª ed. São Paulo. Atlas. 2012.

Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169).

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (com atualizações posteriores).

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí

Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.

PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 163, de 4 de maio de 2001(e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Resolução do Senado Federal nº 40, de 20/12/2001.

Resolução do Senado Federal nº 43, de 21/12/2001.

ENFERMEIRO

1. Enfermagem Fundamental: Administração em enfermagem; Ética em enfermagem; Sistematização da Assistência de Enfermagem. 2. Enfermagem em Saúde Coletiva: Prevenção e Controle das doenças infecto-parasitárias, imunopreveníveis e sexualmente transmissíveis; epidemiologia e imunização. Saúde do trabalhador em enfermagem. 3. Enfermagem em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente: Cuidados de enfermagem ao recém-nato normal e de risco, à mulher, à criança e ao adolescente sadios e portadores de patologias diversas. Parto, puerpério, aborto, agravos por violência sexual. 4. Enfermagem em Saúde do Adulto e do Idoso: Cuidados de enfermagem ao indivíduo com distúrbios clínico e cirúrgicos (pré, trans e pós operatório); Manutenção da integridade corporal: feridas e curativos. Enfermagem nos eventos emergenciais e cuidado ao paciente crítico; Ações de enfermagem na prevenção e controle de infecção hospitalar; processo de esterilização. 5. Administração de medicamentos: vias, cálculos de dosagem de medicamentos e cuidados gerais 6. Farmacologia: noções gerais farmacológicas: classificação dos fármacos; indicação clínica; reação adversa; efeitos colaterais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Brunner & Suddarth, Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica, Guanabara Koogan, 2009, volume 1,2 ,3 e 4.

MS, Cadernos de Atenção Básica nº 37 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Hipertensão Arterial Sistêmica. Brasília, DF, 2013.

MS,Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2007.

MS, Cadernos de Atenção Básica nº 36 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Diabetes Mellitus. Brasília, DF, 2013.

COREN, SP;10 passos para a segurança do paciente.São Paulo, 2010.

MS,Doenças Infecciosas e Parasitárias. Ed 8ª, Brasília, 2010.

MS,Dez passos para uma alimentação saudável-Guia alimentar para crianças menores de dois anos -Um guia para o profissional da saúde na atenção básica, Brasília, 2010.

MS, Cadernos de Atenção Básica nº 32 –Atenção ao Pré-natal de Baixo Risco. Brasília, 2013.

COREN, SP;Boas práticas : cálculo seguro. Vol 2.São Paulo, 2011

COREN, MG;Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução COFEN 311/ 2007. Belo Horizonte, 2007.

MS, Cadernos de Atenção Básica nº 13– Controle dos cânceres de colo de útero e da mama. Ed:2, Brasília, 2013

SBIm,Calendário de vacinação da criança. Recomendações da Sociedade Brasileira de Imunizações – 2014/2015.

MS.Caderno de Atenção Básica nº 35. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília, DF, 2014.

M.B.S.P.Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. Atheneu, São Paulo, 2006..

MS,Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3ª ed, Brasília, 2014

A.M.M.G.Cálculo e Administração de Medicamentos. 13ªed. Ed Rideel, São Paulo, 2011.

R.M.G.Diagnósticos de Enfermagem da NANDA – 2009 -2011. Ed Artmed, Porto Alegre, 2010.

MS.Cadernos de Atenção Básica - Saúde da Criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília, 2012.

M.S. Dengue Manual de Enfermagem. 2ª ed. Brasília, 2013.

M.S.Manual de Controle Doenças Sexualmente Transmissíveis-DST.4ª ed. Brasília- DF. 2006.

MS. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, DF, 2014.

MS. Caderno de Atenção Básica n 29. Rastreamento. Brasília, DF, 2010.

MS. Cadernos de Atenção Básica n 34. Saúde Mental. Brasília, DF, 2013.

MS. Cadernos de Atenção Básica – Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Brasília, DF, 2010.

ENGENHEIRO AGRIMENSOR

1. **Topografia:** Definições fundamentais: Norte Magnético, Norte Verdadeiro, Rumos, Azimutes e Deflexões; Planimetria: medidas lineares e angulares; Levantamento topográfico: Levantamento planimétrico, planialtimétrico e taqueométrico; Poligonação, tipos de poligonais: aberta, fechada e enquadrada, poligonais por deflexão e ângulo interno, Intersecção a ré e a vante, fundamentos da irradiação; Cálculo de coordenadas e de áreas; Levantamentos híbridos: Integração de posicionamento espacial e terrestre: fundamentos e aplicações; Posicionamento terrestre utilizando Estação Total: Poligonais eletrônicas,

irradiamento; Processamentos, cálculo de coordenadas e de áreas; Operação de equipamentos para levantamentos topográficos cadastrais; Cadastro Rural e Urbano: Definições; Cadastro técnico e mapeamento; Planta Cadastral; Cadastro Urbano e Cadastro Rural, Escalas: principais escalas e suas Aplicações; NBR 13.133 Execução de levantamento topográfico; NBR 14.166 Rede de Referência Cadastral Municipal – Procedimento. **2. Nivelamento:** Nivelamento geométrico, Nivelamento altimétrico. **3. Fotogrametria:** Definição, objetivo e princípio fundamental da aerofotogrametria; Levantamento Aerofotogramétrico: Projetos, vôo, trabalhos de campo; reambulação: material que deve ser obtido em campo, elementos duvidosos, materiais utilizados, Foto interpretação: Conceitos básicos (definições, tipos de foto- interpretação - visual e automática). **4. Geodesia:** Conceitos Introdutórios: Objetivo, geodesia celeste, geodesia tridimensional, geodésia física e geodésia geométrica; conceitos de geóide, elipsóide coordenadas geodésicas; transporte de coordenadas, sistemas de referências: Realizações e transformações de sistemas de referências em uso no Brasil; Referenciais utilizados no Brasil; Referenciais associados ao GPS; Transformação entre referenciais; O Sistema Geodésico Brasileiro (RBMC, Redes Estaduais e demais); Teoria e prática de posicionamento por GNSS: Introdução ao Posicionamento por satélite; As observáveis GNSS: Características e erros sistemáticos; Descrição dos métodos de posicionamento GNSS e introdução por ponto; Posicionamento relativo: Posicionamento relativo estático e estático rápido; Posicionamento relativo semi-cinemático; Posicionamento relativo cinemático; Posicionamento relativo cinemático em tempo real (RTK); Posicionamento por ponto preciso; Coleta de dados a campo; Processamento de dados e análise dos resultados.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

http://www.cartografica.ufpr.br/docs/topo2/apos_topo.pdf
ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/cartografia/nocoas_basicas_cartografia.pdf
<http://www.carto.eng.uerj.br/cdecart/download/NBR13133.pdf>
<http://www.carto.eng.uerj.br/cdecart/download/NBR14166.pdf>
http://www.cartografica.ufpr.br/docs/topo2/apos_topo.pdf
ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/cartografia/nocoas_basicas_cartografia.pdf
ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/cartografia/nocoas_basicas_cartografia.pdf
GEMAEL, Camil. Introdução à Geodésia Física. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.304p.
MONICO GALERA, João Francisco. Posicionamento pelo GNSS: Descrição, fundamento e aplicações. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2008 – 500p.
ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/geodesia/recom_p_levant_r_elat_est_gps.pdf

CONSULTOR AMBIENTAL

1. Legislação. Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal; Política Nacional de Recursos Hídricos; Legislação federal sobre contratações públicas; Lei 11.445/2007 - Política Nacional de Saneamento Básico; Lei 12305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei 11107/2005 - Lei dos Consórcios Públicos; ~~Código Florestal - Lei n. 4.771/1965~~ **REVOGADO**; Política Nacional do Meio Ambiente - Lei n. 6.938/1981; Mata Atlântica - Lei n. 11.428/2006; Crimes Ambientais Lei n. 9.605/1998; Política Nacional Recursos Hídricos – Lei n. 9.433/1997; Parcelamento do Solo Urbano –

Lei n. 6.766/1979; Resoluções CONAMA n. 1/1986, n. 237/1997, n. 289/2001, n. 302/2002 e n. 303/2002 e 369/2006. Lei Federal n. 7.802/1989; Decreto Federal n. 4.074/2002; Código Sanitário Municipal; Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí; Código Tributário Municipal de Barra do Piraí. **2. Meio Ambiente – Preservação Ambiental e Controle da Poluição.** A importância da água, do solo e do ar como componentes dos ecossistemas na natureza; As poluições de origem pontual e difusa; A importância do saneamento no controle da poluição, proteção da saúde das populações e preservação ambiental; A importância da vigilância sanitária, da educação e do monitoramento ambientais na gestão do saneamento; Atuações da Engenharia Sanitária vinculadas ao controle de enchentes urbanas; Doenças de veiculação hídrica; modos de transmissão; medidas de controle; Doenças de origem fecal; modos de transmissão e medidas de controle; Características físicas, químicas e biológicas dos esgotos sanitários; Emissão de gases provenientes da decomposição da matéria orgânica; Protocolo de Kioto; Classificação e conservação dos solos, ecologia aplicada à agronomia; Fotointerpretação: noções básicas. Programa Zoneamento Ecológico-Econômico: concepção geral. Propriedades Químicas, Físicas e Biológicas do solo. Correção da acidez do solo, adubos e corretivos. Nutrição vegetal e recomendações de nutrientes; Classificação dos solos do Estado do Rio de Janeiro; Conservação do solo e da água; da fauna e flora nativas; Práticas de controle da erosão. Aptidão e uso agrícola dos solos. Prevenção e controle da poluição na agricultura. Recuperação de matas ciliares, revegetação, arborizações urbana e rural. Paisagismo, parques e jardins. Métodos alternativos ao uso de agrotóxicos; Licenciamento Ambiental: noções básicas, licenciamento ambiental para atividades agrícolas, Agrotóxicos: noções básicas, princípios, culturas, Impactos ambientais/Poluição e conservação dos recursos naturais, tratamento e destinação final dos efluentes agropecuários. **3. Recursos Hídricos.** Ciclo hidrológico; bacias hidrográficas; regime dos cursos d'água; hidrografia; águas superficiais; águas subterrâneas; Conceituação de macro e micro drenagem; Critérios de dimensionamento para sistemas de drenagem pluvial. **4. Sistemas de Abastecimento de Água.** Consumo de água; partes constituintes dos sistemas de abastecimento de água; critérios gerais de dimensionamento; Adução de água; adutoras por gravidade em condutos livres e forçados; adutoras por recalque; órgãos acessórios; dimensionamento; bombas e estações elevatórias; Tratamento de água; características físicas, químicas e biológicas da água; padrões de potabilidade; principais processos de tratamento; estação de tratamento de água convencional; Reservatórios de distribuição de água; importância; dimensionamento econômico; Redes de distribuição de água; redes ramificadas e malhadas; aplicação do método de Hardy-Cross; dimensionamento; Sistemas de abastecimento de água não convencionais; torneiras, chafarizes, lavanderias e banheiros públicos. **5. Sistemas de Esgotamento Sanitário.** Soluções individuais para destinação e tratamento dos esgotos sanitários; privadas higiênicas; fossas sépticas; sumidouros; valas de infiltração; valas de filtração; filtros anaeróbios; Redes coletoras de esgotos; classificação; partes constituintes; dimensionamento; Tratamento de esgotos; processos de tratamento; estações de tratamento de esgotos; lodos ativados; lagoas de estabilização; reatores anaeróbios; valos de oxidação; filtração biológica; Autodepuração de cursos d'água; carga orgânica; demanda bioquímica de oxigênio; redução da concentração bacteriana. **6. Gestão dos Resíduos Sólidos.** Características físicas, químicas e biológicas do lixo; Acondicionamento, coleta, transporte e destinação final adequado; Limpeza pública; Aterro Sanitário; Coleta seletiva e reciclagem.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO NETTO, José M. *Manual de Hidráulica*. 7. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1982.

BATALHA, Bem-Hur Luttembarck. *Controle da qualidade da água para consumo humano*. São Paulo, CETESB, 1977.

CHERNICHARO, Carlos Augusto de Lemos. *Reatores anaeróbios*. UFMG. Belo Horizonte, 1997.

COMASTRI, José Aníbal; TULER, José Cláudio – **Topografia - Altimetria** - 200 p. 3ª edição – Editora UFV – Viçosa – MG, 1999.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988.

DACACH, Nelson Gandur. *Saneamento Básico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. NASCIMENTO NETO, Fênelon [et al.]. **Recomendações Básicas para a Aplicação de Boas Práticas Agropecuárias e de Fabricação na Agricultura Familiar**. 243p. Brasília – DF, 2006.

EMBRAPA Florestas - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. GALVÃO, Antônio Paulo Mendes [et al.]. **Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais – um guia para ações municipais e regionais**. 351p. Brasília – DF, 2000.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. *Manual de Saneamento*. 3ª. ed. – Brasília, 1999.

IBAM. *Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos*. 1ª. ed.. Rio de Janeiro, 2001.

IPT/CEMPRE LIXO MUNICIPAL: *Manual de Gerenciamento Integrado*. 1ª. ed.. São Paulo, 1995.

JORDÃO, Eduardo Pacheco & PESSOA, Constantino Arruda. *Tratamento de Esgotos Domésticos*. 3. ed. Rio de Janeiro; Editora da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), 1995.

MARTINS, Sebastião Venâncio. **Recuperação de Matas Ciliares** – 143p. Editora Aprenda Fácil, Viçosa – MG, 2001.

NEVES, Eurico Trindade. *Curso de Hidráulica*. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1979

PRIMAVERSI, Ana. **Manejo ecológico do solo – A agricultura em regiões tropicais**. Editora Nobel. São Paulo – SP, 1999, 549p.

VALENTE, Osvaldo Ferreira; GOMES, Marco Antônio - **Conservação de Nascentes - Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas de Cabeceiras** – 210p. Editora Aprenda Fácil, Viçosa – MG, 2005.

PÁGINAS DA INTERNET

- www.abes-dn.org.br
 - www.aesbe.org.br
 - www.ambiente.rj.gov.br
 - www.ana.gov.br
 - www.ambiente.rj.gov.br
 - www.barradopirai.rj.gov.br/portal/
 - www.ibam.org.br
 - www.ibama.gov.br
 - www.jornaldomeioambiente.com.br
 - www.mma.gov.br
 - www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/
 - www.pmbp.rj.gov.br
 - www.resol.com.br

ENGENHEIRO CIVIL

1. Etapas preliminares e obras infraestrutura: aspectos legais; estudo do terreno; sondagens; topografia; demarcação da obra; fundações diretas; fundações indiretas. Obras de superestrutura: formas; armaduras; tecnologia do concreto; concreto; alvenaria. Instalações prediais: Instalações hidráulicas: Instalações prediais de água fria: sistemas de alimentação predial e distribuição de água fria; dimensionamento do sistema de alimentação; dimensionamento da estação elevatória; dimensionamento do sistema de distribuição de água fria. Instalações prediais de esgoto sanitário: partes constituintes e funcionamento das instalações prediais de esgoto sanitários; dimensionamento das

canalizações de esgoto e ventilação. Instalações Prediais de esgotos pluviais: dimensionamento das instalações prediais de esgotos pluviais. Instalações hidráulico-prediais contra incêndio: sistemas de proteção contra incêndio por extintores manuais. Instalações elétricas: Alimentação predial. PC; Quadros corta-circuitos; Tubulações; condutores; dimensionamento; pontos de utilização; dimensionamento. Instalações de gás: medidores. PI; reguladores de pressão; tubulação, dimensionamento; pontos de utilização; aquecimento e exaustão. Instalações de telefone: quadros de distribuição; tubulação interna e rede interna; cabeamento. Rede Lógica: quadros de distribuição; tubulação interna e rede interna; cabeamento. Esquadrias: madeira; metálica; PVC. Serviços de acabamento: revestimento; pavimentação. Coberturas e tratamento: impermeabilização; telhados – madeiramento e telhas. Louças e metais. Equipamentos eletromecânicos. Vidros: lisos; temperados. Pavimentação: projetos de vias urbanas; obras de arte; pavimentação; ensaios tecnológicos. 2. Arquitetura e Urbanismo: Infraestrutura Urbana: Obras de Arte; Paisagismo; Sinalização e Controle de Tráfego Urbano

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (Título III, Capítulos I a IV; Título VII, Capítulo II e Capítulo VI).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, MINISTÉRIO DO Meio Ambiente. *Cidades Sustentáveis - Subsídios à Elaboração da AGENDA 21 Brasileira*. Brasília, 2000.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Mudanças Climáticas - Caderno de Debate/III Conferência Nacional do Meio Ambiente*. Brasília, 2008.

MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI Lei Orgânica Municipal e suas alterações.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito de Construir*. 9ª edição, São Paulo: Malheiros, 2005. (Capítulo IV, p. 87-150; Capítulo VI, p. 205-227)

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 32ª edição, São Paulo: Malheiros, 2006. (Capítulo II - Administração Pública)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, modificada pela Lei Federal nº 9.785/99., que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000*, que Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004., que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e

critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil* - PNPDEC.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de (coord.). *Estatuto da cidade: para compreender...* Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

BAHIA, Sérgio Rodrigues. *Modelo para elaboração de Código de Obras e Edificações*. Rio de Janeiro: convênio IBAM/PROCEL, 1997. (Introdução, p. 9-11).

GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). *Manual do Prefeito*. 14ª edição. Rio de Janeiro: IBAM, 2013. (Cap. 2).

Código de Obras do Município de Barra do Piraí - RJ.

Código de Posturas do Município de Barra do Piraí - RJ.

Indicações de sítios eletrônicos (*sites*) para consulta e obtenção de bibliografia:

www.planalto.gov.br - para obtenção da legislação federal.

www.mma.gov.br - para obtenção das publicações.

www.ibam.org.br/estudos - para obtenção de estudos e publicações do IBAM citados na bibliografia (em .pdf).

ALVES, José Dafino - *Materiais de Construção* - São Paulo, Ed. Nobel, 1974, 2 vol.

AZEVEDO, H.A. - *O Edifício até sua cobertura*, Ed. Edgar Blücher, 1993.

BAESSO, Dalcio Pickler - *Estradas Rurais Técnicas Adequadas de Manutenção* - Florianópolis, DER, 2003.

BARATA, Fernando Emmanuel - *Propriedades mecânicas dos solos*, Ed. LTC, 1984

BAUD, G. - *Manual de pequenas construções*, Ed. Hemus, 1978.

BORGES, A.C. - *Prática das pequenas construções*, vol. 1, Ed. Edgar Blücher, 1987.

CAPUTO, H.P. - *Mecânica dos Solos*, Ed. LTC, 1978

CARDÃO, C. - *Técnica da construção*, Ed. LTC, 1983, 6.ª Ed., Belo Horizonte.

Código de Obras do Município.

CREDER, Hélio - *Instalações elétricas*, Ed. LTC, 1984.

_____- *Instalações hidráulicas e sanitárias*, Ed. LTC, 1978.

Evolução Urbana do Brasil 1500/1720 - Ref.: 1274 Ed. PINI.

FRITZ, Gehbauer e ENGENSPERGER, Marisa - *Planejamento e Gestão de Obras*, Curitiba: CEFET-PR, 2002.

Informações básicas sobre materiais asfálticos - IBP, 2.ª Ed., 1978/24.

Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento - Ref.: 1162 Ed. PINI.

MACINTYRE, A.J. - *Manual das instalações hidráulicas e sanitárias*, Ed. Guanabara, 1990.

Manual de Contratação dos Serviços de Arquitetura e Urbanismo - Ref.: 1273 Ed. PINI.

Manual de pavimentação - DNER.

NETTO, Antônio Vieira - *Como gerenciar construções*, Ed. PINI, 1988.

Normas da ABNT.

PETRUCCI, Eládio G.R. - *Materiais de construção* - Porto Alegre, Ed. Globo, 1975.

POLLILLO, Adolpho - *Dimensionamento de concreto armado vol. 1*, Ed. Científica, 1976.

Dimensionamento de concreto armado vol. 2, Ed. Científica, 1977.

Regulamento do Código de Trânsito - Editora Auriverde.

RIPPER, Ernesto - *Tarefas do Engenheiro na obra*, Ed. PINI, 1986.

STABILLE, Miguel - *Composição de custos*, Ed. Boletim de custos, 1993.

SUSSEKIND, Jose Carlos - *Curso de Análise Estrutural*, Ed. Globo, 1980.

FARMACÊUTICO

1. Farmacocinética - Absorção, distribuição e Eliminação das Drogas; Farmacodinâmica Mecanismo de Ação das Drogas que atuam em diversos Órgãos e Sistemas; Classificação dos medicamentos; Toxicologia; Interações medicamentosas. 2. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica: Conceitos Gerais; uso Racional de Medicamentos; Intervenção Farmacêutica e otimização da farmacoterapia; Aspectos de biossegurança em farmácias; Farmacoepidemiologia e Farmacovigilância; Estudos de utilização de medicamentos; Farmacoterapia baseada em evidências. 3. Seleção de Medicamentos: Conceitos Gerais; Farmacoeconomia; Padronização de Medicamentos; Guias farmacoterapêuticos, Serviços e Centros de Informações de Medicamentos; Comissões de Farmácia e Terapêutica. Medicamentos Sujeitos a Controle Especial: Controle de Psicotrópicos, entorpecentes e antirretrovirais (Legislação e Dispensação); Portaria 344/98 e suas atualizações; Medicamentos de referência, similares e genéricos. 4. Farmacotécnica e Tecnologia Farmacêutica: Manipulação de Fórmulas Magistrais e Oficiniais; Boas Práticas de Fabricação de Produtos Farmacêuticos; Farmacotécnica de Produtos Estéreis: Reconstituição, Diluição, Fracionamento e Estabilidade de Produtos Injetáveis; Preparo de Soluções Parenterais e Outras Formulações de Grande volume; Cálculos em farmácia; Noções Básicas de Filtração, Destilação e Esterilização. 5. Controle de Qualidade: Controle de Qualidade de Matérias-primas e Produtos Farmacêuticos - Métodos físicos, químicos, físico-químicos, biológicos e microbiológicos; garantia de Qualidade em Farmácia Hospitalar. 6. Ética Profissional: Legislação Sanitária aplicada à Farmácia Conceitos básicos em Ciências Farmacêuticas. Política de Medicamentos. 7. História da Saúde Pública no Brasil. O SUS. 8. Epidemiologia: Determinações Sociais do Processo Saúde/Doença e Aspectos Epidemiológicos. Indicadores de Saúde Gerais e Específicos. Doenças de Notificação Compulsória. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Noções de controle de infecção hospitalar. 9. Licitação e Aquisição de Produtos Farmacêuticos: Administração de Farmácia dispensação, aviamento de receitas, controle de estoque de medicamentos, normas, rotinas e recursos humanos; Boas práticas de armazenamento e estocagem de medicamentos; Organização de Almoxarifados e Condições adequadas de Armazenamento; Controle e planejamento de Estoque de Medicamentos e Materiais de Consumo; Consumo Médio Mensal, Ponto de Requisição, Estoque Mínimo e Estoque Máximo Curvas ABC/XYZ; Sistemas de Distribuição e Dispensação de Medicamentos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Serviços farmacêuticos na atenção básica à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/servicos_farmacuticos_atencao_basica_saude.pdf

Farmacologia clínica

Fuchs FD, Wannmacher L (eds.). Farmacologia Clínica: Fundamentos da Terapêutica Racional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

KATZUNG, B.G. Farmacologia Básica e Clínica. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Marin, Nelly. (org.) Assistência farmacêutica para gerentes municipais. Organizado por Nelly Marin et al. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003. 373p. Podese acessado online: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Assistencia_Farmacutica_para_Gerentes_Municipais.Pdf

COSTA, Karen Sarmento and NASCIMENTO JR., José Miguel do. HÓRUS: inovação tecnológica na assistência farmacêutica no sistema único de saúde. Rev. Saúde Pública [online]. 2012, vol.46, suppl.1, pp. 91-99. Epub Dec 18, 2012. ISSN0034-910. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102012005000063>.

CORRER, C.J. & OTUKI, M.F.(org.). A Prática Farmacêutica na Farmácia Comunitária, Editora Artmed, 2013.

Lei Orgânica da Saúde: Lei Federal nº 8.080/1990 e suas alterações posteriores.

Portaria GM/MS nº 1.555, de 30 de julho de 2013. Dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria GM/MS nº 1554, de 30 de julho de 2013. Dispõe sobre as regras de financiamento e execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria GM/MS nº 3.429/ 2010, de 17 de novembro de 2010 Dispõe sobre o Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica.

Portaria 344/98 - Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. (e demais atos relacionados) RDC 44/09. Boas Práticas Farmacêuticas. (e demais atos relacionados).

PORTARIA nº 3.916/MS/GM, de 30 de outubro de 1998. Política Nacional de Medicamentos.

RESOLUÇÃO nº 338, de 06 de maio de 2004 - Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

Lei nº 5991 de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências.

Lei nº 9787 de 10 de fevereiro de 1999 - Lei dos Genéricos. Resolução nº 328 de 22 de julho de 1999 - Boas Práticas de Dispensação.

Ministério da Saúde. Diretrizes para Estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2009. Pode ser acessado online: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/diretrizes_para_estruturacao_farmacias_ambito_sus.pdf Assistência Farmacêutica na Atenção Básica - Ministério da Saúde, 2006. Pode ser acessado online: www.ensp.fiocruz.br/portalemsp/judicializacao/pdfs/283.pdf

OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S.[org.]; Assistência farmacêutica: gestão e prática para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

STORPIRTS, S.[org.]; Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica, Guanabara Koogan, 2008.

TEIXEIRA, CF., and SOLLA, JP. Modelo de atenção à saúde: vigilância e saúde da família [online]. Salvador: Editora EDUFBA, 2006. 237 p. Sala de aula séries, nº3. ISBN 85-232-0400-8.

FISCAL DE TRIBUTOS

1. O Sistema Tributário Brasileiro. Os princípios constitucionais tributários. Limitações ao poder de tributar. A repartição das receitas tributárias. 2. O Código Tributário Nacional. Tributos e suas espécies. Características. 3. Normas gerais de Direito Tributário. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. 4. Obrigação tributária. Fato gerador, sujeito ativo e sujeito passivo. Solidariedade e capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. 5. Crédito tributário. Lançamento. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Renúncia fiscal. Garantias e privilégios. 6. Administração tributária. Fiscalização, dívida ativa e penalidades tributárias. 7. Código Tributário Municipal. Normas gerais. Características dos tributos municipais. Administração tributária municipal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Joaquim Castro. *Regime jurídico das taxas municipais*. Rio de Janeiro: IBAM/Livros Técnicos e Científicos.

BALEIRO, Aliomar. *Direito tributário brasileiro* (atualizado por Misabel Abreu Machado Derzi). Rio de Janeiro: Forense.

BARBON, Sandra A. Lopez. *Do IPTU*. Belo Horizonte: Del Rey.

BARRA DO PIRAI. Lei Orgânica do Município atualizada.

BARRA DO PIRAI. Código Tributário do Município e legislação complementar.

BRASIL. *Constituição da República de 1988* atualizada.

_____. Lei nº 5.172, de 25/10/66 (Código Tributário Nacional) e legislação complementar.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Comentários à Constituição de 1988 - sistema tributário*. Rio de Janeiro: Forense.

FANUCCHI, Fábio. *Curso de direito tributário brasileiro*. São Paulo: Resenha Tributária.

ICHIHARA, Yoshiaki. *Imunidades tributárias*. São Paulo: Atlas. Barra do Piraí. Código Tributário Municipal e legislação complementar.

MACHADO, Hugo de Brito. *Os princípios jurídicos da tributação na Constituição de 1988*. São Paulo: Ed. RT.

MARTINS, Ives Gandra. *Sistema tributário na Constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. *Curso de direito tributário*. São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. *Taxas de polícia*. São Paulo: Ed. RT.

_____. HORVATH, Estevão & TAMBASCO, Teresa Cristina Castrucci. *Manual de direito financeiro*. São Paulo: Ed. RT.

ROSA JR., Luiz Emygdio F. da. *Manual de direito financeiro e de direito tributário*. Rio de Janeiro: Renovar

MÉDICO ANGIOLOGISTA

1. Hipertensão Arterial 2. Insuficiência Cardíaca Congestiva 3. Cardiopatia Isquêmica. 4. Dislipidemias 5. Diabetes Mellitus. 6. Doenças da Tireóide. 7. Pneumonias 8. Derrame Pleural. 9. Tuberculose. 10. Asma. 11. DPOC. 12. Neoplasias do Pulmão. 13. Hepatites. 14. Doença Péptica. 15. Doença do Refluxo. 16. Colelitíase 17. Cirrose. 18. Hemorragia Digestiva.

19. Neoplasias do Tubo Digestivo. 20. Doenças Sexualmente Transmissíveis. 21. AIDS. 22. Parasitoses. 23. Insuficiência Renal. 24. Infecção do Trato Urinário. 25. Nefropatias. 26. Acidente Vascular Cerebral 27. Meningites 28. Anemias 29. Zika, Dengue e Febre Chikungunya 30. Influenza H1N1 31. Diarreias. 32. Acidentes com animais peçonhentos. 33. Doenças Autoimunes. 34. Doenças Reumáticas.

Angiologia: 1. Semiologia e Anatomia Vascular. 2. Escleroterapia de Microvarizes: técnicas, indicações, substâncias esclerosantes. 3. Aterosclerose Humana: Fatores de risco, placas de carótidas, femorais, aterosclerose aórtica e formação de aneurismas. 4. Métodos Diagnósticos Não Invasivos para o Sistema Vascular Periférico: noções de análise espectral por EcoDoppler, indicações, elementos indicativos de isquemia e de trombose venosa. 5. Arteriografias e Meios de Contraste: indicações, técnicas, tipos de contrastes vasculares. 6. Anticoagulantes, Trombolíticos, Antiagregantes Plaquetários, Drogas Hemorreológicas Mais Prescritas. 7. Oclusão Arterial Aguda: etiologia, diagnóstico, tratamento. 8. Doença Arterial Oclusiva Periférica (DAOP): sinais, sintomas, tratamento. 9. Aneurismas Arteriais: prevalência, métodos diagnósticos, indicações de tratamento cirúrgico, aneurismas não ateroscleróticos, dissecações aórticas e aneurismas toracoabdominais. 10. Doenças Neurovasculares Envolvendo os Membros Superiores e Arteriopatias Funcionais: diagnóstico e tratamento. 11. Fístulas Arteriovenosas: congênitas, traumáticas, para hemodiálise e exame físico. 12. Cirurgia Endovascular: noções de angioplastias, Stents e endopróteses. 13. Isquemia Visceral: isquemia mesentérica aguda e crônica, hipertensão renovascular. 14. Isquemia Cerebral de Origem Extracraniana: tratamento clínico x tratamento cirúrgico das estenoses de carótida, síndrome do "roubo de subclávia". 15. Insuficiência Venosa Crônica e Sistema Linfático: varizes, diagnóstico diferencial das úlceras de perna, tromboflebite superficial, linfangites. 16. TVP, Embolia Pulmonar e Filtros de Cava: profilaxia e tratamento das trombozes e embolia pulmonar, tipos e indicações dos filtros. 17. Arterites e Trombofilias: diagnóstico e tratamento. 18. Pé Diabético: medidas preventivas e condutas terapêuticas. 19. Dislipidemias: diagnóstico e tratamento.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Black Book Clínica Médica 2ª. ed. 2014.
Harrison Medicina Interna - 17ª ed. 2009.
<http://www.diabetes.org.br/sbdonline/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf>
BECKER, R.C. et al. *Terapia Antitrombótica*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora de Publicações Científicas Ltda, 2004.
BELLEN B.V. et al. *Doença Aterosclerótica Periférica*. São Paulo: BBS Editora, 2004.
BONAMIGO, T.P. e cols. *Doenças da Aorta e Seus Ramos- Diagnóstico e Tratamento*. São Paulo: BYK, 1991.
BONAMIGO, T.P. e RISTOW, A. *Aneurismas*. Rio de Janeiro: Di Livros Editora Ltda. 2000.
BRITO C.J. e cols. *Cirurgia Vascular, Cirurgia Endovascular e Angiologia*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2002. Vol. II, p. 1001-1010.
BROWN, W.H. *Issues and Answers in Vascular Surgery*. Califórnia: Mercury Publishing, 1985.
FALANGA, V. e cols. *Úlceras dos Membros Inferiores - Diagnóstico e Tratamento*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
GARDNER, E. e cols. *Anatomia*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1975.

KATZEN, B. T. *Renovascular Interventions. Techniques in Vascular and Interventional Radiology*, Miami, v. 2, nº 2, jun. 1999
KONO D, PAULOS H. *Upper extremity manifestations of systemic vascular disorders*. In: MACHLEDER HI (ed.) *Vascular Disorders of the Upper Extremity*. Futura, 1983, p.217-223.
LÓPEZ, M. *Semiologia Médica - As Bases do Diagnóstico Clínico*. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1986, p. 547-561.
MAFFEI, F.H.A. e cols. *Doenças Vasculares Periféricas*. 2ª edição. São Paulo: Medsi, 1995.
PORTER, J.M. *Year Book of Vascular Surgery*. Oregon: Mosby, 1997.
RUTHERORD, R.B. e cols. *Vascular Surgery*. 3ª edição. Colorado: Saunders, 1989.
SUPLÊNCIA VASCULAR NEWS - Anos 1 e 2 - Vol. I-XIII. São Paulo: Giffe Universal, 2001/2002.
SVENSSON L.G. & CRAWFORD, E.S. *Cardiovascular and Vascular Disease of the Aorta*. Texas: Saunders, 1997.
SZTUTMAN, M. *Suplência Vascular - ano I e II*. São Paulo: Griffe Universal, 2000-2001.
VEITH, F.J. E cols. *Vascular Surgery-Principles and Practice*. 2ª edição. New York: McGraw-Hill, 1994.
YAO, J.S.T. *Aneurysms-New Findings and Treatments*. Chicago: Ed. Appleton & Lange, Vol I. 1994.
ZWIEBEL, W.J. *Introdução à Ultra-Sonografia Vascular*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

MÉDICO CARDIOLOGISTA

1. Hipertensão Arterial 2. Insuficiência Cardíaca Congestiva 3. Cardiopatia Isquêmica. 4. Dislipidemias 5. Diabetes Mellitus. 6. Doenças da Tireóide. 7. Pneumonias 8. Derrame Pleural. 9. Tuberculose. 10. Asma. 11. DPOC. 12. Neoplasias do Pulmão. 13. Hepatites. 14. Doença Péptica. 15. Doença do Refluxo. 16. Colelitíase 17. Cirrose. 18. Hemorragia Digestiva. 19. Neoplasias do Tubo Digestivo. 20. Doenças Sexualmente Transmissíveis. 21. AIDS. 22. Parasitoses. 23. Insuficiência Renal. 24. Infecção do Trato Urinário. 25. Nefropatias. 26. Acidente Vascular Cerebral 27. Meningites 28. Anemias 29. Zika, Dengue e Febre Chikungunya 30. Influenza H1N1 31. Diarreias. 32. Acidentes com animais peçonhentos. 33. Doenças Autoimunes. 34. Doenças Reumáticas.
Cardiologia: 1. Cardiologia preventiva. 2. Insuficiência coronariana aguda e crônica. 3. Hipertensão arterial sistêmica. 4. Insuficiência cardíaca. 5. Lesões orovalvulares. 6. Arritmias cardíacas. 7. Miocardiopatias e pericardiopatias

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Black Book Clínica Médica 2ª. ed. 2014.
Harrison Medicina Interna - 17ª ed. 2009.
<http://www.diabetes.org.br/sbdonline/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf>
GOLDMAN, Lee; AUSIELLO, Dennis; Cecil Medicina, [tradução Adriana Pittella Sudré...et al.], - Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
BRAUNWALD, Eugene; ZIPES, Douglas; LIBBY, Peter. *Tratado de Medicina Cardiovascular*. 7. edição. Rio de Janeiro: ROCA, 2006.
TOPOL, Eric J.; CALLIF, Robert M.; *Tratado de Cardiologia*, 2a edição, Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2005.
PORTO, Celso C.; PORTO, Arnaldo L.; et al; *Doenças do Coração. Prevenção e Tratamento*; 2. edição, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2005.

Grundey SM. Cleeman JI; Merz CNB; Brewer HB; Clark LT; Hunninghake DB; Pasternak RC; Smith SC; Stone NJ. For the Coordinating Committee of the National Cholesterol Education Program. Implications of Recent Clinical Trials for the National Cholesterol Education Program Adult Treatment Panel III Guidelines. Circulation. 2004;110:227-239.

THE SEVENTH REPORT OF THE JOINT NATIONAL COMMITTEE, para o diagnóstico e tratamento da hipertensão arterial. Hypertension. 2003;42:1206-1252.

ACC/AHA 2002 Guideline Update for the Management of patients with chronic stable angina a report of the American College of Cardiology/American Heart Association task force on practice guidelines (committee to update the 1999 guidelines for the management of patients with Chronic Stable Angina). Gibbons RJ et al.. Journal of the American College of Cardiology and the January 2003;14:159-68.

Third report of the National Cholesterol Education Program (NCEP) Expert Panel on Detection, Evaluation, and Treatment of High Blood Cholesterol in Adults (Adult Treatment Panel III): Final Report. US Department of Health and Human Services; Public Health Service; National Institutes of Health; National Heart, Lung, and Blood Institute. [NIH Publication No. 02-5215. September 2002.] Circulation. 2002;106:3143-3420.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

1. Hipertensão Arterial 2. Insuficiência Cardíaca Congestiva 3. Cardiopatia Isquêmica. 4. Dislipidemias 5. Diabetes Mellitus. 6. Doenças da Tireóide. 7. Pneumonias 8. Derrame Pleural. 9. Tuberculose. 10. Asma. 11. DPOC. 12. Neoplasias do Pulmão. 13. Hepatites. 14. Doença Péptica. 15. Doença do Refluxo. 16. Colelitíase 17. Cirrose. 18. Hemorragia Digestiva. 19. Neoplasias do Tubo Digestivo. 20. Doenças Sexualmente Transmissíveis. 21. AIDS. 22. Parasitoses. 23. Insuficiência Renal. 24. Infecção do Trato Urinário. 25. Nefropatias. 26. Acidente Vascular Cerebral 27. Meningites 28. Anemias 29. Zika, Dengue e Febre Chikungunya 30. Influenza H1N1 31. Diarreias. 32. Acidentes com animais peçonhentos. 33. Doenças Autoimunes. 34. Doenças Reumáticas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Black Book Clínica Médica 2ª. ed. 2014.

Harrison Medicina Interna - 17ª ed. 2009.

<http://www.diabetes.org.br/sbdonline/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf>

MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

1. Hipertensão Arterial 2. Insuficiência Cardíaca Congestiva 3. Cardiopatia Isquêmica. 4. Dislipidemias 5. Diabetes Mellitus. 6. Doenças da Tireóide. 7. Pneumonias 8. Derrame Pleural. 9. Tuberculose. 10. Asma. 11. DPOC. 12. Neoplasias do Pulmão. 13. Hepatites. 14. Doença Péptica. 15. Doença do Refluxo. 16. Colelitíase 17. Cirrose. 18. Hemorragia Digestiva. 19. Neoplasias do Tubo Digestivo. 20. Doenças Sexualmente Transmissíveis. 21. AIDS. 22. Parasitoses. 23. Insuficiência Renal. 24. Infecção do Trato Urinário. 25. Nefropatias. 26. Acidente Vascular Cerebral 27. Meningites 28. Anemias 29. Zika, Dengue e Febre Chikungunya 30. Influenza H1N1 31. Diarreias. 32. Acidentes com animais peçonhentos. 33. Doenças Autoimunes. 34. Doenças Reumáticas.

Endocrinologia: 1. Crescimento e Desenvolvimento: Baixa estatura (investigação, testes diagnósticos e tratamento);

puberdade precoce e retardada (avaliação clínico-diagnóstica); anomalias do desenvolvimento sexual (classificação, avaliação diagnóstica, tratamento), anomalias cromossômicas no homem e na mulher. 2. Neuroendocrinologia: Doenças hipotalâmicas; doenças da glândula pineal; hipopituitarismo (etiologia, diagnóstico e tratamento); tumores hipofisários não funcionantes (classificação, diagnóstico e tratamento); acromegalia; prolactinomas; Doença de Cushing; tumores secretores de glicoproteínas; diabetes insipidus; síndrome de secreção inapropriada de hormônio antidiurético, incidentalomas hipofisários; deficiência de GH em adultos. 3. Doenças da Tireóide: Nódulos tireoidianos (classificação, avaliação diagnóstica, avaliação citológica e tratamento); neoplasias diferenciadas e indiferenciadas (classificação, diagnóstico e tratamento); hipotireoidismo; hipertireoidismo, tireoidites agudas, subagudas, linfocítica crônica e Riedel; emergências tireoidianas (crise tireotóxica e coma mixedematoso); disormogênese da tireóide. 4. Doenças da Paratireóide: Hiperparatireoidismo primário, hipercalemias, hipoparatiroidismo; pseudohipoparatiroidismo, osteoporose (diagnóstico, prevenção e tratamento); raquitismo; osteomalácia. 5. Doenças da Supra-Renal: Insuficiência do córtex supra-renal; feocromocitoma; Síndrome de Cushing; hiperaldosteronismo primário; hiperplasia adrenal congênita; carcinoma de córtex supra-renal. 6. Doenças do Sistema Reprodutor: Hipogonadismo masculino; disfunção sexual masculina; infertilidade masculina; criptorquidismo e micropênis; ginecomastia; doença policística dos ovários; infertilidade feminina; amenorréia primária e secundária; hirsutismo e virilismo; tumores ovarianos; climatério (terapia de reposição hormonal). 7. Doenças do Pâncreas Endócrino: Hipoglicemia (classificação, avaliação clínica e diagnóstica); gastrinomas; insulinosmas; Diabetes Mellitus tipo I, tipo II e gestacional (classificação, diagnóstico, complicações agudas, nefropatia, neuropatia periférica, arteriopatia, oftalmopatia e tratamento). 8. Dislipidemias e Obesidade: Síndrome plurimetabólica; dislipidemias (classificação e tratamento); obesidade (etiopatogenia, diagnóstico, tratamento clínico e cirúrgico). 9. Neoplasias Endócrinas Múltiplas Tipo I e Tipo II.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Black Book Clínica Médica 2ª. ed. 2014.

Harrison Medicina Interna - 17ª ed. 2009.

<http://www.diabetes.org.br/sbdonline/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf>

GREENSPAN, Francis J. Basic e Clinical Endocrinology. 9ª ed., Ed. Mc Granhill, 2010, 1 v. <http://thyroidmanager.org> - editor Leslie DeGroot

LARSEN, Williams. TextBook of Endocrinology. 11ª ed., Ed. Saunders, 2009, 1 v.

SAAD, MJA, MACIEL RMB, MENDONÇA BB. Endocrinologia, Ed. Atheneu, 2007, 1v

VILAR, Lucio. Endocrinologia Clínica. 4ª ed., Ed. Guanabara, 2009, 1 v.

MÉDICO GINECOLOGISTA

1. Hipertensão Arterial 2. Insuficiência Cardíaca Congestiva 3. Cardiopatia Isquêmica. 4. Dislipidemias 5. Diabetes Mellitus. 6. Doenças da Tireóide. 7. Pneumonias 8. Derrame Pleural. 9. Tuberculose. 10. Asma. 11. DPOC. 12. Neoplasias do Pulmão. 13. Hepatites. 14. Doença Péptica. 15. Doença do Refluxo. 16. Colelitíase 17. Cirrose. 18. Hemorragia Digestiva. 19. Neoplasias do Tubo Digestivo. 20. Doenças Sexualmente Transmissíveis. 21. AIDS. 22. Parasitoses. 23. Insuficiência

Renal. 24. Infecção do Trato Urinário. 25. Nefropatias. 26. Acidente Vascular Cerebral 27. Meningites 28. Anemias 29. Zika, Dengue e Febre Chikungunya 30. Influenza H1N1 31. Diarreias. 32. Acidentes com animais peçonhentos. 33. Doenças Autoimunes. 34. Doenças Reumáticas.

Ginecologia: 1. Anatomia, fisiologia e embriologia do aparelho genital e da mama. 2. Semiologia ginecológica e exames complementares em Ginecologia. 3. Malformações genitais. Amenorréia. Ginecologia infanto-puberal. 4. Vulvovaginites. Doença sexualmente transmissíveis. Doença inflamatória pélvica aguda. Dismenorréia e tensão pré-menstrual. 5. Sangramento Uterino anormal. Miomatose uterina. Endometriose. 6. Prolapsos genitais. Incontinência urinária feminina. 7. Planejamento familiar. anticoncepção. Sexualidade humana. Violência contra mulher. 8. Infertilidade. Climatério. 9. Doenças benignas e malignas da mama. Lesões precursoras do colo uterino e câncer do colo uterino. Câncer de endométrio. Tumores benignos e malignos dos ovários. 10. Síndrome do ovário policístico. 11. Urgências em Ginecologia. 12. Pré e pós operatório em cirurgia ginecológica. Videolaparoscopia e videohisteroscopia. 13. Bioética e Ginecologia. Informática e Ginecologia.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Black Book Clínica Médica 2ª. ed. 2014.

Harrison Medicina Interna - 17ª ed. 2009.

<http://www.diabetes.org.br/sbdonline/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf>

SILVA FILHO, A.L. ET AL. *Manual de Ginecologia e Obstetrícia SOGIMIG*, edição 5, editora Coopmed, 2012.

BEREK & NOVAK, *Tratado de Ginecologia*, edição 14, editora Guanabara Koogan – RJ, 2008.

MEDICO OBSTETRA

1. Hipertensão Arterial 2. Insuficiência Cardíaca Congestiva 3. Cardiopatia Isquêmica. 4. Dislipidemias 5. Diabetes Mellitus. 6. Doenças da Tireóide. 7. Pneumonias 8. Derrame Pleural. 9. Tuberculose. 10. Asma. 11. DPOC. 12. Neoplasias do Pulmão. 13. Hepatites. 14. Doença Péptica. 15. Doença do Refluxo. 16. Colelitíase 17. Cirrose. 18. Hemorragia Digestiva. 19. Neoplasias do Tubo Digestivo. 20. Doenças Sexualmente Transmissíveis. 21. AIDS. 22. Parasitoses. 23. Insuficiência Renal. 24. Infecção do Trato Urinário. 25. Nefropatias. 26. Acidente Vascular Cerebral 27. Meningites 28. Anemias 29. Zika, Dengue e Febre Chikungunya 30. Influenza H1N1 31. Diarreias. 32. Acidentes com animais peçonhentos. 33. Doenças Autoimunes. 34. Doenças Reumáticas.

Obstetrícia: 1. Diagnóstico da gravidez; Modificações do organismo materno; Alterações psicológicas da gestação e puerpério; Assistência pré-natal; Drogas na gravidez; Vacinação na gravidez. 2. Gestação de alto risco. Toxemia gravídica; Diabetes gestacional; Polidramnia e Oligodramnia; Amniorrexe prematura; Prenhez gemelar; Prematuridade; Doença hemolítica perinatal; Aconselhamento genético pré-natal; Complicações clínicas na gravidez. 3. Hemorragias da 1ª e da 2ª metade da gravidez - Abortamento, Prenhez ectópica, Neoplasia trofoblástica gestacional, Distúrbios da hemocoagulação, Descolamento prematuro de placenta, Placenta prévia. 4. Estática fetal; Mecanismo do parto; Contratilidade uterina; Assistência ao parto. Desproporção céfalo-pélvica. 5. Apresentações cefálicas anômalas. Discinesias uterinas. Assistência ao puerpério normal e anormal; Lactação. 6. Contracepção no puerpério. 7. Sofrimento

fetal agudo. Medicina fetal: Ultra-sonografia; Dopplerfluxometria; Cardiotocografia.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Black Book Clínica Médica 2ª. ed. 2014.

Harrison Medicina Interna - 17ª ed. 2009.

<http://www.diabetes.org.br/sbdonline/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf>

SILVA FILHO, A.L. ET AL. *Manual de Ginecologia e Obstetrícia SOGIMIG*, edição 5, editora Coopmed, 2012.

MONTENEGRO, C. A. B. & Resende Fo, J. – REZENDE Obstetrícia. 12a ed, Ed. Guanabara Koogan. 2013.

MEDICO PEDIATRA

1. Hipertensão Arterial 2. Insuficiência Cardíaca Congestiva 3. Cardiopatia Isquêmica. 4. Dislipidemias 5. Diabetes Mellitus. 6. Doenças da Tireóide. 7. Pneumonias 8. Derrame Pleural. 9. Tuberculose. 10. Asma. 11. DPOC. 12. Neoplasias do Pulmão. 13. Hepatites. 14. Doença Péptica. 15. Doença do Refluxo. 16. Colelitíase 17. Cirrose. 18. Hemorragia Digestiva. 19. Neoplasias do Tubo Digestivo. 20. Doenças Sexualmente Transmissíveis. 21. AIDS. 22. Parasitoses. 23. Insuficiência Renal. 24. Infecção do Trato Urinário. 25. Nefropatias. 26. Acidente Vascular Cerebral 27. Meningites 28. Anemias 29. Zika, Dengue e Febre Chikungunya 30. Influenza H1N1 31. Diarreias. 32. Acidentes com animais peçonhentos. 33. Doenças Autoimunes. 34. Doenças Reumáticas.

Pediatria: 1. Aleitamento materno. 2. Imunizações preventivas. 3. TRO (Terapia da reidratação oral). 4. Infecções respiratórias agudas. 5. Imunodeficiências. 6. Cardiopatias congênitas. 7. Intoxicações agudas. 8. Queimadura. 9. Hiperplasia adrenal congênita. 10. Síndrome de down. 11. Diarréia aguda e crônica. 12. Abdome agudo em pediatria. 13. Refluxo gastroesofágico. 14. Anemias carenciais. 15. Doenças exantemáticas. 16. Doenças comuns da infância. 17. Meningoencefalites. 18. Monucleose. 19. Estafilococcias e estreptococcias. 20. Infecções congênitas. 21. Coxs sakiões. 22. Parasitoses intestinais. 23. Assistência ao RN na sala de parto. 24. RN a termo, prematuro, pós termo. 25. Desvitaminoses. 26. Infecções do trato respiratório. 27. Febre reumática. 28. Doença de Kawasaki.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Black Book Clínica Médica 2ª. ed. 2014.

Harrison Medicina Interna - 17ª ed. 2009.

<http://www.diabetes.org.br/sbdonline/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf>

BEVILACQUA, C. C.; MORAES SYLVIA R. S.; FERNANDES, MARCIA F.; COSTA, ANA LUCIA M. e RODRIGUES MARTA CRISTINE F. *Emergências Pediátricas*, Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira – Editora Atheneu: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, BRASIL, 2000.

KLIEGMAN, ROBERT M.; BEHRMAN, RICHARD E.; JENSON, HALL B. e STANTON, BONITA F. *Nelson Textbook of Pediatric. 18th Edition*, W. B. Saunders Company: Philadelphia, USA, 2007.

SCHETTINO, CARLOS EDUARDO. *Bases da Pediatria*. Editora Rubio: Rio de Janeiro, Brasil, 2013.

PSIQUIATRA

1. Hipertensão Arterial
2. Insuficiência Cardíaca Congestiva
3. Cardiopatia Isquêmica
4. Dislipidemias
5. Diabetes Mellitus
6. Doenças da Tireóide
7. Pneumonias
8. Derrame Pleural
9. Tuberculose
10. Asma
11. DPOC
12. Neoplasias do Pulmão
13. Hepatites
14. Doença Péptica
15. Doença do Refluxo
16. Colelitíase
17. Cirrose
18. Hemorragia Digestiva
19. Neoplasias do Tubo Digestivo
20. Doenças Sexualmente Transmissíveis
21. AIDS
22. Parasitoses
23. Insuficiência Renal
24. Infecção do Trato Urinário
25. Nefropatias
26. Acidente Vascular Cerebral
27. Meningites
28. Anemias
29. Zika, Dengue e Febre Chikungunya
30. Influenza H1N1
31. Diarreias
32. Acidentes com animais peçonhentos
33. Doenças Autoimunes
34. Doenças Reumáticas

Psiquiatria: 1. Diagnóstico e Classificações em psiquiatria. 2. Transtornos mentais orgânicos, inclusive os sintomáticos. 3. Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de substância psicoativa. 4. Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes. 5. Transtornos do humor [afetivos]. 6. Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o "stress" e transtornos somatoformes. 7. Síndromes comportamentais associadas a disfunções fisiológicas e fatores físicos. 8. Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto. 9. Retardo mental. 10. Psicofarmacologia clínica e outras terapias biológicas. 11. Psicoterapias. 12. Medicina Psiquiátrica de emergência. 13. Reabilitação psicossocial.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- Black Book Clínica Médica 2ª. ed. 2014.
Harrison Medicina Interna - 17ª ed. 2009.
<http://www.diabetes.org.br/sbdonline/images/docs/DIRETRIZES-SBD-2015-2016.pdf>
EIZIRIK, AGUIAR, SCHESTATSKY & COLS. Psicoterapia de Orientação Analítica. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
FREUD, Anna. O Ego e os Mecanismos de Defesa. Porto Alegre: Artmed, 2005.
IRVIN D. Yalon; LESZCS, Molyn. Psicoterapia de Grupo: Teoria e Prática. Porto Alegre: Artmed, 2006.
ORGANIZAÇÃO. MUNDIAL. DA SAÚDE. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.
SADOCK, Benjamin J; Sadock, Virginia A. Kaplan & Sadock Compêndio de Psiquiatria - Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica. 9. ed. Porto Alegre : Artmed, 2007.

MÉDICO VETERINÁRIO

1. Zoonoses de importância em saúde pública. Controle das doenças transmitidas ao homem, através da avaliação, investigação epidemiológica, diagnóstico e profilaxia. Etiologia, sintomatologia, epidemiologia, e profilaxia das principais doenças bacterianas, parasitárias, Viróticas e de interesse em Saúde Pública. Interação entre agente, hospedeiro e ambiente, levando em conta a fonte de infecção. 2. Ciência dos alimentos. Aspectos básicos e fundamentais dos alimentos e das matérias primas. Processos tecnológicos e controle de qualidade dos alimentos. Características dos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos alimentos e produtos de origem animal. 3. Controle higiênico-sanitário dos matadouros, estabelecimentos produtores e comerciais de alimentos, produtos de origem animal e demais produtos alimentícios. Procedimentos na inspeção e fiscalização de alimentos e produtos de origem animal, desde a inspeção "ante e pós-morte", no processamento tecnológico, armazenamento, conservação e consumo. Doenças

transmitidas por alimentos e água. Princípios básicos da higienização. 4. Exames laboratoriais: análises clínicas, anatomopatológicas, inspeção ante e post-mortem, objetivando a proteção da saúde individual e coletiva da população. Classificação e identificação dos microorganismos. Esterilização e desinfecção por meios físicos e Químicos; Técnicas de Coleta de material para exames histopatológicos, microbiológicos e toxicológicos. 5. Controle e combate de vetores, pragas urbanas, animais sinantrópicos indesejáveis transmissores de raiva animal e demais zoonoses. 6. Regulamentos sanitários. Legislação, normas e aspectos legais aplicados à defesa do meio ambiente, defesa sanitária animal e ao comércio e indústria de alimentos, águas e demais produtos pertinentes. 7. Sistema Único de Saúde: Definição, princípios e diretrizes. Vigilância Sanitária, conceitos e competências sobre os serviços e produtos com interesse para a saúde. 8. Exercício Legal da Profissão de Médico Veterinário. Medicina Veterinária Legal. Deontologia Veterinária.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ACHA, P.N.; SZYFRESS, B. Zoonosis y enfermedades transmisibles comunes al hombre y a los animales. 3. ed. V. I,II,III, Washington: Organización Panamericana de la Salud OPS/Oficina Sanitaria Panamericana, 2001/ 2003.
BAHIA (Estado). Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Lei nº 3.982 de 29 de dezembro de 1981 (dispõe sobre o Subsistema de Saúde do Estado da Bahia, aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde e dá outras providências). Decreto nº 29.414 de 05 de janeiro de 1983, regulamenta a Lei nº 3.982/81. Disponível em www1.saude.ba.gov.br/divisa/arquivos/.../livrinhoinformacao-es-gerais.pdf
_____. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Lei Estadual nº 7.797 de 07 de fevereiro de 2001, (institui a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais e dá outras providências). Decreto Estadual nº 7.967 de 05 de junho de 2001, aprova o regulamento da Lei nº 7.799/2001. Disponível em www.semarh.ba.gov.br/Legislacao/Decreto
_____. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Portaria nº 2.101 de outubro de 1990 (estabelece Normas de Vigilância Sanitária e dispõe sobre os estabelecimentos de saúde). Disponível em www.ccs.saude.gov.br/visa/.../Legislacao
BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Brasília, 1997, e demais regulamentos disponíveis no www.ministeriodaagricultura.gov.br
_____. Presidência da República. Lei N.º 5.517, de 23 de Outubro de 1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina Veterinária. Diário Oficial da União de 25 de outubro de 1968.
_____. Decreto Lei nº 986 de 21 de outubro de 1969. Institui as Normas Básicas sobre alimentos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, outubro de 1969.
_____. Ministério da Saúde. Dengue - Fundação Nacional de Saúde. Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), FUNASA, Brasília, 2011.
_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Lei nº 6437, de 20 de agosto de 1977 Configura

infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 24 de agosto de 1977.

_____. Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990. Institui o Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 20/09/1990. Disponível em:

<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8080.pdf>

_____. Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990. Diário Oficial da União, Brasília, 28/12/1990. Disponível em:

<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>

_____. Ministério da Agricultura. Legislação de Defesa Sanitária Animal. Brasília, 1991.

_____. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. PORTARIA Nº 368, de 04 de setembro de 1997. Aprova o Regulamento Técnico sobre as condições Higienico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores / Industrializadores de Alimentos. Diário Oficial da União, 08/09/1997, Seção 1, Página 19697.

_____. Presidência da República. Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13/02/1998.

_____. Lei 9.782 de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 1999.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 51 Controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências. Diário da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 de março de 2004.

_____. Ministério da Saúde. Manual de Controle de Roedores. FUNASA, 2002.

_____. Ministério da Saúde – FUNASA. Guia de Vigilância Epidemiológica, V.1, 5ª edição, 842 pags., Brasília, DF, 2002.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução

RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 outubro de 2004.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 set. 2004.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 33 de 14 de julho de 2005. Inclui doenças à relação de notificação compulsória, define agravos de notificação imediata e a relação dos resultados laboratoriais que devem ser notificados pelos Laboratórios de Referência Nacional ou Regional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 15 julho de 2005.

CFMV- Conselho Federal de Medicina Veterinária. Resolução Nº 722, de 16 de Agosto de 2002. Aprova o Código de Ética do Médico Veterinário. DOU 16-12-02.

_____. Resolução Nº 875, de 12 de dezembro de 2007. Aprova o Código de

Processo Ético-Profissional no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs. DOU 31-12-2007.

FRANCO, B.D.G. F ; LENDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. São Paulo : Atheneu, 1999-2003.

GERMANO, P.M.L ; GERMANO, M.I.S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. São Paulo: Varela, 2003-2009.

SILVA JUNIOR, E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos. 5ª/6ª ed. São Paulo, 2002 - 2007.

PSICÓLOGO

1. Psicologia e Educação. 2. Psicologia Organizacional. 3. Atenção Psicossocial. 4. Dependência Química. 5. Saúde Mental: bases conceituais e políticas públicas. 6. Psicoterapia: conceitos e modelos 7. Avaliação Psicológica. 8. Psicopatologia. 9. Síndromes. 10. Elaboração de Documentos na prática do Psicólogo. 11. Ética Profissional. 12. Ética e cuidado.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BATISTELLI, Fátima Maria Vieira. Atendimento psicanalítico do autismo / Fátima Maria Vieira Batistelli, Maria Lúcia Gomes de Amorin; coordenação Isabel Cristina Gomes. – 1. Ed. – São Paulo: Zagodoni, 2014.

Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf

Conselho Federal de Psicologia. Cartilha avaliação psicológica - 2013 / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. Disponível em <http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2013/12/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20psicologicaaartilha-04-11.pdf>

_____. Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2010.

_____. Referências Técnicas para

a Atuação de Psicólogos/os em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas/ Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2014/01/CREPOP-REFERENCIAS_ACOOL_E_DROGAS_FINAL_10.01.13.pdf

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2008. Páginas: 61-87; 294-394.

NAGUEL, Marta. Série técnica: manual de psicologia organizacional / Marta Naguel, Regina Denck. - Curitiba : Unificado, 2007. Disponível em: <http://www.portal.crppr.org.br/download/168.pdfMEC/SEES P>

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº948, de 9 de outubro de 2007. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/caminhos_politica_saude_mental_infanto_juvenil.pdf

Resolução CFP nº 007/2003 – Manual de elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo,

decorrentes da avaliação psicológica. Disponível em:
<http://www.crprj.org.br/legislacao/documentos/resolucao2003-07.pdf>

FREUD, S. (1905). Três Ensaio sobre as teorias da sexualidade. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1912) A dinâmica da transferência. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1913) Sobre o início do tratamento. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Conselho Federal de Psicologia Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia/ Conselho Federal de Psicologia. – Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. Disponível em:
<http://www.crprj.org.br/publicacoes/livros/educacao-inclusiva.pdf>

Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde 2015: grupo de trabalho educação e saúde do fórum sobre medicalização da educação e saúde. Disponível em:
http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2015/06/CFP_CartilhaMedicalizacao_e-16.06.15.pdf

MAIA, Marisa Schargel (org.). Por uma ética do cuidado. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

O Suicídio e os Desafios para a Psicologia / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. Disponível em:
<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>

TERAPEUTA OCUPACIONAL

1. Fundamentos da Terapia Ocupacional. Avaliação. 2. Atividades e Recursos Terapêuticos Ocupacionais. 3. Terapia Ocupacional em Traumatologia. 4. Terapia Ocupacional em Neurologia. 5. Terapia Ocupacional em Geriatria/Gerontologia. 6. Terapia Ocupacional nas Disfunções Físicas e Reumatológicas. 7. Terapia Ocupacional na Saúde Mental. 8. Terapia Ocupacional Psicossocial. 9. Terapia Ocupacional no Contexto Hospitalar. 10. Tecnologia Assistiva. 11. Saúde do Trabalhador.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcos Vinicius Machado. Corpo e arte em terapia ocupacional. Rio de Janeiro: ENELIVROS, 2004.

DE CARLO, Marysia M.R. Prado; QUEIROZ, Mônica E.G. Dor e cuidados paliativos – terapia ocupacional e interdisciplinaridade. São Paulo: ROCA, 2007.

DE CARLO, Marysia M.R. Prado; LUZO, M. Cândida M. Terapia ocupacional: reabilitação física e contextos hospitalares. São Paulo: ROCA, 2004.

FIGUEIREDO, Lúcia; NEGRINI, Sílvia (org). Terapia Ocupacional: diferentes práticas em hospital geral. Ribeirão Preto: LEGIS SUMMA, 2009.

FRANCISCO, Berenice Rosa. Terapia ocupacional. Campinas, São Paulo: PAPIRUS, 2001.

GRIEVE, June at all (tradução de Sílvia Spada). Neuropsicologia para terapeutas ocupacionais: cognição no desempenho ocupacional. São Paulo: SANTOS, 2010.

LANCMAN, Selma. Saúde, trabalho e terapia ocupacional. São Paulo: ROCA, 2004.

PÁDUA, Elisabete Marchesini e MAGALHÃES, Lílian Vieira. Terapia ocupacional: teoria e prática. Campinas-SP: PAPIRUS, 2003.

PEDRETTI, Lorraine W. at all. (tradução de Lucia S.F. de Mello; Cláudio A. Rocha). Terapia ocupacional: capacidades práticas para disfunções físicas. São Paulo: ROCA, 2004.

PEDRAL, Claudia; BASTOS Patrícia. Terapia ocupacional- metodologia e prática. Rio de Janeiro: RUBIO, 2013.

SARACENO, Benedetto. Libertando identidades – da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Rio de Janeiro: TE CORÁ, 2001.

SILVA, Tania F., at all. Acessibilidade – edificações, mobiliários e espaços para uma real inclusão escolar. Rio de Janeiro: WAK, 2015.

TEIXEIRA, Erika. Terapia ocupacional na reabilitação física. São Paulo: ROCA, 2003.

PEDAGOGO

1. Estrutura/Organização: Educação Escolar. 2. Constituição da República Federativa do Brasil/1 988 (Educação e Legislação). 3. Lei de diretrizes e bases da Educação (LDB) n.º 9394/96. 4. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS). 5. Teorias de Aprendizagem. 6. Currículo Escolar. 7. Planejamento. 8. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. 8 - Concepção Piagetiana. 9. Estágios do Desenvolvimento Cognitivo. 10. Construtivismo. 11. Competências e Habilidades. 12. Formação Contínua do Profissional da Educação. 13. Educação Inclusiva. 14. Supervisão escolar. 15. Orientação Educacional. 16. Orientação Pedagógica. 17. Ética profissional.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Alves, Nilda e Regina Leite Garcia – *O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais*– São Paulo – Edições Loyola – 7ª edição – 2001.

Arruda, Maria Lucia Aranha – *História da educação e da Pedagogia Geral e Brasil* – 3ª edição – Editora Moderna – São Paulo – 2006.

BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: 1990.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/ SEEP; 2008.

BRASIL Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:
http://www.pr5.ufrj.br/images/stories/Anexos/PNE_2014.pdf

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

CHALITA, Gabriel – *Pedagogia da amizade – Bullying – O sofrimento as vítimas e dos agressores* – Editora Gente – 1ª Edição – 2008

Demo, Pedro – *A nova LDB – Ranços e Avanços* – São Paulo – Editora Papyrus – 17ª edição

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, Moacir e Romão, José – *Autonomia da Escola – Princípios e Propostas* – São Paulo – Editora Cortes – 1997.

GANDIN, Danilo e Cruz, Carlos H. Carrilho – Planejamento na sala de aula – Porto Alegre – Editora La Salle – 4ª edição – 2000

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini, Wilma Millan Alves Penteado – Orientação Educacional na Prática – 5ª edição – Revista e atualizada – São Paulo – 2006

Haidt, Regina Célia Cazaux – Curso de Didática Geral – Editora Ática – 7ª edição – 2001

GIAN CATERINO, Roberto. Supervisão escolar e gestão democrática. RJ: Wak, 2010. HOFFMANN, Jussara. Avaliação: Mito e Desafio - Uma perspectiva construtiva. Educação e realidade. 1992.

LA TAILLE, Yves de, OLIVEIRA, Marta Kohl de, DANTAS, Heloysa. 1992. Piaget, Vygotsky, Wallon – teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus.

LIBÂNEO, José Carlos – Democratização da Escola

LIBÂNEO, José Carlos – Democratização da Escola Pública – Ed Loyola.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Ed. Cortez, 1994.

GROSSI, Esther Pillar, (org). Paixão de Aprender. Petrópolis. Vozes, 1992

LUCK, Heloisa – Ação Integrada – Administração, Supervisão e Orientação Educacional – 26ª edição – Editora Vozes.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo. Cortes, 1995. 2º ed.

MATUI, Jiron – Construtivismo – Teoria Construtivista Sócio – História aplicada ao ensino – São Paulo – Ed Moderna – 1998.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2011.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 16 ed. SP: Cortez. 2010

PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da Criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia disponível em - <https://miniteia.files.wordpress.com/2015/04/piaget-jean-seis-estudos-de-psicologia.pdf> acesso 03/2016

PERRENOUD, Philippe – Construir as competências desde a escola – Tradução - Bruno Charles Magno – Porto Alegre – Artes Médicas Sul – 1999.

PERRENOUD, Philippe – Dez novas competências para ensinar – 1ª Edição, Editora Artmed – Porto Alegre – 2000

PRZYBYLSKI, Edy. O Supervisor escolar em ação. Porto Alegre, Sagra, 1985.

NÉRICI, Imídeo Guisepe. Introdução à supervisão escolar. São Paulo, Atlas, 1986.

REILY, L. Escola inclusiva - linguagem e Mediação. 4ª. ed. São Paulo: Papyrus, 2011.

RANGEL, Mary e Silva Jr, Celestino Alves da (Orgs) – Nove Olhares sobre a Supervisão – São Paulo – Ed Papyrus – 1997.

SAVIANI, Demerval – Escola e Democracia – São Paulo – Autores Associados – 2001.

SILVA, Naura Syria F. Correa (org) – Supervisão Educacional – uma reflexão crítica – R. Vozes – 1998.

Silva, Naura Syria F. Correa (org) – Supervisão Educacional para um a escola de qualidade (da formação à ação) – Petrópolis – Rio de Janeiro – Vozes – 1998.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Para onde vai o Professor? Resgate do Professor como sujeito de transformação. Cadernos pedagógicos do Libertad. 1998

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 1995.

VASCONCELOS, Celso – Coordenação do trabalho pedagógico – Do projeto político pedagógico ao cotidiano da escola – São Paulo – Ed Libertad – 2002.

VASCONCELOS, Maria Celeste Reis. Gestão estratégica da informação, do conhecimento e das competências no ambiente educacional. PR: Juruá, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro Fonseca, Marília – As dimensões do Projeto Político – Pedagógico – São Paulo – Editora Papyrus – 2001

VEIGA, I. P. A (org.). Escola: Espaço do projeto político pedagógico. 23 ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

PROFESSOR I - CIÊNCIAS

1. Ar, água e solo: Atmosfera: composição, camadas e relação entre ar e combustão; Propriedades do ar e mecanismos de previsão do tempo; Água: participação na composição da Terra e dos seres vivos, utilidades no cotidiano e seus estados físicos; Tratamento de água e esgoto; Crosta terrestre: principais camadas e rochas; Minérios e jazidas; Solo: origem, composição, tipos, técnicas de uso e manutenção. Erosão.

2. Seres vivos: Características gerais e sistemática dos cinco Reinos e dos três Domínios; Biologia dos Vírus (Adenovírus e Retrovírus); Fisiologia animal comparada: Análise comparativa e evolutiva dos sistemas digestivo, respiratório, circulatório, excretor, reprodutor e nervoso entre animais invertebrados e vertebrados. Fisiologia vegetal: Transportes de seiva bruta e elaborada; Transpiração e mecanismos de abertura e fechamento de estômatos; Hormônios vegetais.

3. Biologia celular: Compostos químicos constituintes das células; Tipos celulares: células procariotas e eucariotas (animais e vegetais); Membrana celular: composição, especializações e transporte através da membrana; Citoplasma: composição e estudo morfofuncional das organelas celulares endomembranas, endossimbiontes e citoplasmáticas; Núcleo celular: composição, divisão celular e síntese de proteínas.

4. Histologia animal e vegetal: Aspectos morfofuncionais dos tecidos animais: epitelial, conjuntivo, muscular e nervoso. Aspectos morfofuncionais dos tecidos vegetais: meristemas, parênquima, xilema, floema, esclerênquima, colênquima, tecidos de revestimento e secreção.

5. Anatomia e Fisiologia humanas: Aspectos morfofuncionais dos seguintes sistemas: digestivo, respiratório, circulatório, excretor, endócrino, nervoso, reprodutor (inclusive métodos anticoncepcionais), locomotor e órgãos dos sentidos.

6. Genética: As leis de Mendel; Genealogias; Genes letais, codominância e herança intermediária; Sistemas ABO e Rh de sangue: composição, mecanismos de transfusão e genética aplicada. Herança dos cromossomos sexuais; Anomalias genéticas: principais aneuploidias numéricas – síndromes de Down, Turner, Klinefelter, triplo X e duplo Y.

7. Origem da vida e Evolução: Abiogênese X biogênese; Hipótese de Oparin (coacervação); Hipóteses da panspermia cósmica, autotrófica e heterotrófica sobre o primeiro ser vivo; Teorias evolutivas: lamarckismo, darwinismo e neodarwinismo.

8. Ecologia: Níveis de organização; Habitat e nicho ecológico; Níveis tróficos na comunidade: cadeias e teias alimentares; Fluxo de energia e matéria no ecossistema; Relações ecológicas; Ciclos biogeoquímicos: carbono, oxigênio, nitrogênio e água; Desequilíbrios ambientais: intensificação do efeito estufa, redução da camada de ozônio, poluição por monóxido de

carbono, chuvas ácidas, bioacumulação, eutrofização, detergentes, produtos radioativos e lixo (tipos e destinos). **9.** Saúde: Conceitos básicos: saúde, doença, epidemias, endemias e pandemias; Imunidade natural e artificial; Antibióticos: mecanismos de ação; Ciclos parasitários e respectivas medidas profiláticas: Víruses: AIDS, dengue, febre amarela, gripe, resfriado, sarampo, caxumba, catapora, rubéola, poliomielite, herpes, raiva ou hidrofobia e hepatite viral; Bacterioses: pneumonia, tuberculose, gonorréia, sífilis, cólera, meningite meningocócica, tétano, leptospirose, coqueluche e hanseníase. Protozooses: amebíase, giardíase, leishmaniose, malária, doença de Chagas e toxoplasmose; Vermínos: teníase, cisticercose, esquistossomose, ascaridíase, ancilostomose e filariose. **10.** Química Geral: Medições e unidades de medidas; Matéria e energia; Substâncias e misturas; Átomo: estrutura, identificação e ligações; Funções químicas; Reações químicas. **11.** Física Básica: Mecânica; Energia; Temperatura e calor; Ondas sonoras e ondas luminosas; Instrumentos ópticos; Eletricidade; Magnetismo.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Amabis, José Mariano; Martho, Gilberto Rodrigues. *Biologia* – Volumes 1, 2 e 3. 3ª edição / 2010. Ed. Moderna.
Brockelmann, Rita Helena (editora executiva). *Ciências – Projeto Araribá* – Volumes 6, 7, 8 e 9. 3ª edição / 2010. Ed. Moderna.
Campbell, Neil. *Biologia* – Volume único. 8ª edição / 2010. Ed. Artmed.
Canto, Eduardo Leite do. *Ciências Naturais – Aprendendo com o cotidiano* – Volumes 6, 7, 8 e 9. 3ª edição / 2009. Ed. Moderna.
Ferraro, Nicolau Gilberto; Soares, Paulo Antônio de Toledo; Fogo, Ronaldo. *Física Básica* – Volume único. 3ª edição / 2009. Ed. Atual.
Lopes, Sônia; Rosso, Sérgio. *Biologia*. Volumes 1, 2 e 3. 1ª edição / 2010. Ed. Saraiva.
Orians, Gordon H.; Sadava, David; Heller, H. Craig; e outros. *Vida: a ciência da Biologia* – Volumes 1, 2 e 3. 8ª edição / 2009. Ed. Artmed.
Usberco, João; Salvador, Edgard. *Química* – Volume único. 8ª edição / 2010. Ed. Saraiva.

PROFESSOR I – EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

1. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino de Arte (história, teoria e prática nas escolas brasileiras). **2.** A Arte na educação escolar: procedimentos pedagógicos (objetivos, conteúdos, métodos e avaliação). **3.** A história da Arte Brasileira e Universal: manifestações artísticas de diferentes épocas, principais características e artistas representantes. **4.** As linguagens da Arte: elementos básicos de comunicação e expressão, tecnologia e transformações estéticas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ana Mae (org.). *Ensino da arte, memória e história*. São Paulo: Perspectiva, 2008
COSTA, Cristina. *Questões de Arte: o belo, a percepção estética e o fazer artístico*. 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.
FARTHING, Stephen. *Tudo sobre arte*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011
FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo e FUSARI, Maria F. Rezende. *Metodologia do ensino da arte: fundamentos e proposições*. 2. ed. ref. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009.

FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo e FUSARI, Maria F. Rezende. *Arte na educação escolar*. São Paulo: Cortez, 2010.
GARCEZ, Lucília e Oliveira, Jô. *Explicando a Arte Brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias. *Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte*. São Paulo: FTD, 1998.
OLIVEIRA, Jô e GARCEZ, Lucília. *Explicando a Arte*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs): Arte/ Ministério de Educação. Secretaria da Educação Fundamental. - 3.ed. – Brasília: A Secretaria, 2001
PROENÇA, Graça. *História da Arte*. São Paulo: Editora Ática: 2011.
MULTIRIO. Arte, artistas e arteiros
www.multirio.rj.gov.br/ebooks/Arte,%20artistas,%20arteiros/arte.pdf

PROFESSOR I – EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Educação Física no contexto da Educação; Educação Física, esporte e sociedade; História da Educação Física no Brasil; Função social da Educação Física; Objetivos gerais da Educação Física; Papel do professor de Educação Física. **2.** Educação Física e lazer; Corporeidade; Aprendizagem motora; Metodologia e didática do ensino de educação física; Organização do conhecimento e abordagem metodológica. Novas perspectivas para a educação física; **3.** Psicomotricidade: conceitos básicos, desenvolvimento psicomotor nas crianças em idade escolar, influências no rendimento escolar. **4.** Fisiologia do exercício; Treinamento desportivo: crescimento na criança e no adolescente, diferenças psicofísicas entre idades, treinamento da criança e do adolescente, princípios científicos do treinamento. **5.** Psicologia da aprendizagem; Psicologia do esporte; Avaliação em Educação Física; Critérios de seleção e organização de conteúdos. **6.** Esportes: Atletismo; Esportes coletivos: futebol de campo, futsal, basquete, vôlei, handebol; Técnicas e táticas; Regras e penalidades Esportes com bastões; Organização de eventos esportivos. Recreação. Jogos tradicionais, jogos espontâneos e dirigidos; jogos pré-desportivos; jogos cooperativos; Brincadeiras da cultura popular; Lutas: Judô, Capoeira. **7.** Atividades Rítmicas e Expressivas: Danças: danças populares brasileiras; danças populares urbanas; danças modernas, contemporâneas e jazz; danças e coreografias associadas a manifestações culturais. Percepção corporal e espaço-temporal. Ginásticas de preparação e aperfeiçoamento para a dança; preparação e aperfeiçoamento para os esportes; ginástica artística e rítmica. **8.** Esporte e inclusão social; Atividade física e promoção da Saúde; Atividade física na prevenção e controle de doenças; Programas de Saúde na Escola; Educação física e saúde pública; Primeiros socorros no esporte.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ACSM. Manual do ACSM para Avaliação da Aptidão Física Relacionada à Saúde 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006, 192p.
AMARGO, L.O. de L. *Educação para o Lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.
BARROS, Cristiano L. M. de; Silva, Ana Flávia A. C. da. O profissional de Educação Física e a promoção da saúde:

- enfoque dos programas de saúde da família. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd145/o-profissional-de-educacao-fisica-e-a-promocao-da-saude.htm>. Revista Digital - Buenos Aires - nº 145, 2010.
- Boccaletto, E. M. A. ET. AL. Estratégias de Promoção da Saúde do Escolar: Atividade Física e Alimentação Saudável. Campinas: Ipes, 2010. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/scolares_completo.pdf
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Decreto nº 6286 de 5 de dezembro de 2007 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6286.htm
- CALAZANS, Julieta; CASTILHO, Jacyan. Dança e educação em movimento. São Paulo: Cortez, 2003.
- CORREIA, M. M. Trabalhando com jogos cooperativos: em busca de novos paradigmas na educação física. Campinas, SP: Papirus, 2006.
- DANTAS, E.H.M. *Prática da Preparação Física*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Shape, 1995.
- DARIDO, S. C. e RANGEL, I. C. A. (org). Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- DE MARCO, A. Educação Física: cultura e sociedade. Campinas: Papirus, 2006.
- FLEGEL, M. J. Primeiros socorros no esporte. São Paulo: Manole, 2002.
- FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- FOX, EDWARD L. Bases fisiológicas da educação física e dos desportos. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2000.
- Farinatti, P. T. V; FERREIRA, M. S. Promoção da saúde e educação física: conceitos, princípios e aplicações. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.
- FREIRE, J. B; Alcides, J. S. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2009.
- _____, J. B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 2009.
- FRIEDMANN, A. Brincar: crescer e aprender – o resgate do jogo. São Paulo: Moderna, 1996.
- GALLAHUE, D. Compreendendo o Desenvolvimento Motor.
- GALLAHUE, David L. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. Porto Alegre: AMGH Ed.: Artmed, 2013ªed. São Paulo: Phorte, 2001.
- GALLARDO, J. S. P. Prática de ensino em educação física: a criança em movimento. São Paulo: FTD, 2009.
- GORGATTI, Márcia Greguol. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Ed. Barueri - São Paulo: Editora Manole, 2004.
- GUERRA, M. Recreação e Lazer - Sagra D. C. Luzatto 5 ed Porto Alegre -1996.
- Gutierrez, G. L. ET. AL. Políticas Públicas, Qualidade de Vida e Atividade Física. Campinas: Ipes, 2011. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/pqvat_completo.pdf
- _____. Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI. Campinas: Ipes, 2010. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/evolucao_completo.pdf
- LE BOULCH, J. Educação Psicomotora: A Psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: Artmed – 1987.
- LE BOULCH, Jean. *O corpo na escola no século XXI: práticas corporais*. São Paulo: Phorte, 2008.
- MCARDLE, W.D.; Katch F.I.; Katch V.I. Fisiologia do exercício – energia, nutrição e desempenho humano. 7ª.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- OLIVEIRA, Gislene de Campos. *Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico*. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- PEREIRA, Manuel Carlos M.C. *As lutas na educação física escolar: fundamentos na psicomotricidade e reflexões quanto a pedagogia da cultura corporal de movimentos*. São Paulo: Plêiade, 2011.
- POLLOCK ML, Wilmore, JH. Exercício na saúde e na doença. 2ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.
- REGRAS OFICIAIS ATUALIZADAS (2016) de Atletismo, basquetebol, futsal, handebol e voleibol.
- SCHIL, Patrícia C. de A. Diabetes - Manual de Exercícios Antes, Durante e Após o Programa de Treinamento. São Paulo: Phorte, 2006
- SCHIMIDT, R A; Aprendizagem e Performance Motora. Uma Abordagem da Aprendizagem Baseada na Situação. 4ª Ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010
- SOLER, Reinaldo. Educação Física Inclusiva na Escola: em Busca de uma Escola Plural. Rio de Janeiro: Sprint. 2005.
- TAFFAREL, C.N.Z. *Criatividade nas aulas de educação física*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- TEIXEIRA, H.V. *Educação física e desportos*. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 1997.
- TUBINO, M.J.G. *Metodologia científica do treinamento desportivo*. 3ª edição. São Paulo: Ibrasa, 1984.
- VIANA, E. *Esporte e atividade física – bases, organização e administração em função da cultura e da sociologia*. Rio de Janeiro: Guavira, 1987.
- VILARTA, Roberto ET. AL. Alimentação Saudável e Atividade física para a Qualidade de Vida. Campinas: IPES, 2007. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/alim_en_saudavel_completo.pdf
- _____. Atividade Física e Qualidade de Vida na Escola: Conceitos e Aplicações Dirigidos à Graduação em Educação Física. Campinas: IPES, 2008. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/livro_afqv_completo.pdf
- _____. Saúde Coletiva e Atividade Física: Conceitos e Aplicações Dirigidos à Graduação em Educação Física. Campinas: Ipes, 2007. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/saud_e_coletiva_completo.pdf
- _____. A promoção da saúde e a política nacional de saúde: conceitos e aplicações dirigidos ao Programa de Formação Interdisciplinar Superior ProFIS Campinas: IPES, 2012. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/li_vropromocaosaude.pdf
- WEINECK, J. *Manual do treinamento esportivo*. 2ª edição. São Paulo: Manole, 1989.
- WILMORE, Jack H; Costill, David L. Fisiologia do esporte e do exercício. 2. ed. Barueri: Manole, 2001. 709 p.

PROFESSOR I - GEOGRAFIA

1. A Geografia, seu objeto de estudo e os conceitos fundamentais - História do pensamento geográfico. O espaço geográfico como produto histórico e social. O espaço geográfico como objeto da Geografia. Os conceitos de território, paisagem, região e lugar. 2. Representação cartográfica – Escalas, Projeções e Convenções. A importância dos mapas. A relação entre Cartografia e poder. 3. O espaço da natureza e a questão ambiental - Os elementos do quadro natural e suas interrelações. O aproveitamento econômico dos recursos naturais. Problemas ambientais. Políticas ambientais e estratégias para o desenvolvimento sustentável. A água enquanto um recurso renovável limitado. Desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. 4. A globalização: O processo de globalização, a política neoliberal, seus efeitos e resistências. A inserção do Brasil na economia global. 5. O espaço da produção industrial: O processo de industrialização, os modelos produtivos e as revoluções técnico-científicas. Concentração e dispersão da atividade industrial no mundo e no Brasil. Histórico do processo de industrialização no Brasil e a estrutura industrial. 6. O espaço urbano: Caracterização e diferenciação do espaço urbano e do processo de urbanização no mundo e no Brasil. Relações campo X cidade no mundo atual. Problemas urbanos no mundo e no Brasil. 7. A população mundial e brasileira: Crescimento, estrutura e migrações. A relação entre população e renda. Questões étnicas e conflitos territoriais. 8. A organização do espaço agrário no mundo e no Brasil: Caracterização geral. A estrutura fundiária, os conflitos no campo, a modernização e os problemas do setor agrário no Brasil. O setor agrário e o comércio internacional. 9. O papel dos setores de comércio, transporte e serviços na escala mundial e na escala nacional: Caracterização e particularidades. 10. Os grandes conjuntos socioeconômicos do mundo atual: Os blocos de poder. As questões regionais e os grandes conflitos políticos e econômicos da atualidade. A caracterização dos grandes conjuntos regionais do Brasil.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Além dos livros didáticos das editoras Ática, Moderna, Scipione, Saraiva e Moderna, indica-se a seguinte bibliografia:
ANDRADE, Manuel C. *Geografia – ciência e sociedade*. São Paulo: Atlas, 1987.
CASTRO, Iná Elias de & outros (org.). *Geografia, Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
HAESBAERT, Rogério (org.) *Globalização e Fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: Eduff, 1998.
HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia – pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1983.
SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2005.
SANTOS, Milton. & Silveira, Maria Laura. *O Brasil – território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PROFESSOR I - HISTÓRIA

1. Teoria da História. 1.1. Correntes historiográficas: 1.1.1. Positivismo ou História Tradicional. 1.1.2. Materialismo Histórico e a Escola dos *Annales* – características gerais. 1.2.3. História

das mentalidades, História Oral e História do cotidiano. 2. História das Relações Sociais, da Cultura e do Trabalho. 2.1. As relações sociais, a natureza e a terra. 2.1.1. Relações entre a sociedade, a economia, a cultura e a natureza em diferentes momentos da História brasileira: a) exploração econômica de recursos naturais pelos colonizadores europeus: agricultura comercial, criação de animais e produção e extração de riquezas naturais; b) usos da terra, diferentes formas de posse e prosperidade da terra; locais de povoamento; natureza transformada na implantação de serviços e equipamentos urbanos. 2.1.2. Relações entre a sociedade, a economia, a cultura e a natureza na História dos povos americanos: a) natureza e povos da América na visão dos europeus; exploração econômica de recursos naturais pelos colonizadores europeus. b) conquista e resistência na América sob a ótica local: a questão do outro. 2.1.3. Relações entre a sociedade, a economia, a cultura e a natureza na História da África e suas relações: a) relações históricas e sociais nas sociedades tradicionais africanas e as interfaces entre o continente e os movimentos de expansão européia ao longo do tempo, especialmente a colonização do Brasil e da América. 2.1.4. Relações entre a sociedade, a economia, a cultura e a natureza na História de povos do mundo em diferentes tempos: a) povos coletores e caçadores; processo de sedentarização; revolução agrícola neolítica na África e no Oriente; b) crescimento populacional, ocupação de territórios e alteração das paisagens naturais na Europa medieval; paisagens rurais e urbanas; c) o conhecimento, as representações e o imaginário sobre o mar; expansão marítima e comercial europeia; exploração e comercialização das riquezas naturais; d) natureza e cidade; interferências na natureza na implantação de infra-estruturas; Revolução Industrial. 2.2. As relações de trabalho. 2.2.1. Relações de trabalho em diferentes momentos da História brasileira: a) escravidão, trabalho e resistência indígena na sociedade colonial; escravidão, lutas, resistências e o processo de emancipação dos escravos africanos e seus descendentes; o trabalhador negro no mercado de trabalho livre; imigração e migrações interna e externa em busca de trabalho; b) sociedade e trabalho através do tempo: grandes proprietários, administradores coloniais, clérigos, agregados e trabalhadores livres; o trabalho de mulheres e crianças na agricultura, na indústria e nos serviços urbanos, nas atividades domésticas etc.; c) organizações de trabalhadores, ligas, sindicatos, organizações patronais e partidos políticos; valores culturais atribuídos às diferentes categorias de trabalhadores e ao trabalho através do tempo. 2.2.2. Relações de trabalho em diferentes momentos da História dos povos americanos: a) os europeus e o trabalho indígena na América colonial; os religiosos e as missões; b) as organizações de trabalhadores, ligas e sindicatos, suas lutas sociais e por melhores condições de trabalho através do tempo. 2.2.3. Relações de trabalho em diferentes momentos da História de povos do mundo: a) escravidão antiga na Europa – Grécia e Roma; b) servos, artesãos e corporações de ofício na Europa; nobreza, clero, camponeses, mercadores e banqueiros na Europa; navegadores e comerciantes coloniais; c) trabalho operário e trabalhadores dos serviços urbanos na Europa; trabalho das mulheres e das crianças na indústria inglesa; d) lutas e organizações camponesas e operárias. 3. História das Representações e das Relações de Poder. 3.1. Nações, povos, lutas, guerras e revoluções. 3.1.1. Processo de constituição do território, da nação e do Estado brasileiro, confrontos, lutas, guerras e revoluções: a) administração política colonial, lutas pela

independência política, processo político de independência do Brasil, guerras provinciais; o Estado Monárquico; as lutas políticas na implantação da República, Revolução de 1930; o Estado Brasileiro e o populismo; governos autoritários – o Estado Novo e o regime militar pós-64; o Estado Brasileiro pós-regime militar; b) confrontos entre europeus e populações indígenas no território brasileiro, revoltas e resistências de escravos, revoltas sociais coloniais, lutas pelo fim da escravidão; lutas sociais, rurais e urbanas, lutas operárias, lutas feministas, lutas pela reforma agrária, movimentos populares e estudantis, lutas dos povos indígenas pela preservação de seus territórios, Movimento da Consciência Negra etc. **3.1.2.** Processos de constituição dos Estados Nacionais da América, confronto, lutas, guerras e revoluções: a) administração das colônias espanholas; constituição dos Estados Nacionais independentes; ditaduras na América Latina; o Populismo na América Latina, Revolução Mexicana, Revolução Cubana, socialismo e golpe militar no Chile, militarismo na América Latina; organizações internacionais latino-americanas pela integração política e econômica do continente; b) colônias inglesas na América; processo de constituição do Estado Nacional norte-americano; a marcha para o Oeste; política externa norte-americana para a América Latina (Doutrina Monroe, Pan-americanismo, Aliança para o Progresso e ALCA); intervencionismo norte-americano na América Latina; a atual política externa norte-americana e a luta contra o terrorismo. **3.1.3.** Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, na África e no Oriente: a) cidades-estados gregas, República romana, descentralização política na Idade Média, consolidação do Estado Nacional Moderno; Iluminismo e Revolução Francesa; nacionalismo na Europa dos séculos XIX e XX, expansão imperialista dos Estados europeus, Primeira e Segunda Guerras Mundiais, organização dos Estados socialistas e comunistas, Guerra Fria, Guerra da Coreia, Guerra do Vietnã, esfacelamento dos Estados socialistas, queda do Muro de Berlim; neonazismo; os processos de globalização; conflitos no Oriente Médio; o fundamentalismo islâmico; o terrorismo; b) descolonização das nações africanas, *apartheid* e África do Sul; guerras entre as nações africanas, povos, culturas e nações africanas hoje; c) culturas tradicionais do mundo árabe, expansão muçulmana, imperialismo no Oriente Médio; conflitos no mundo árabe atual: confrontos entre palestinos e israelenses, revolução iraniana; a intervenção norte-americana no Afeganistão e no Iraque; o fundamentalismo islâmico, o confronto entre o Paquistão e a Índia; d) resistência chinesa ao imperialismo; Revolução Comunista, Revolução Cultural, expansão chinesa atual; e) imperialismo japonês, Japão depois da Segunda Guerra Mundial, Japão hoje. **4.** Cidadania e Cultura. **4.1.** No Brasil – os “homens bons” no período colonial; o poder oligárquico, o coronelismo e o voto na República Velha; as Constituições e as mudanças nos direitos e deveres dos cidadãos, as ditaduras e a supressão de direitos políticos e civis (Estado Novo e governo militar após 1964), experiência liberal democrática de 1945-1964, o conceito de cidadania hoje no Brasil e a percepção da condição de cidadão pela população brasileira, as desigualdades econômicas e sociais, e as aspirações de direitos pela população brasileira hoje. **4.2.** No mundo – a cidadania em Atenas e em Roma; os ideais iluministas e as práticas de cidadania durante a Revolução Francesa; as práticas de cidadania a partir da independência dos Estados Unidos; o socialismo, o anarquismo, o comunismo, a social-democracia, o nazismo e o

facismo na Europa; experiências históricas autoritárias na América Latina; as declarações dos Direitos Universais do Homem e os contextos de suas elaborações. Os direitos das mulheres, dos jovens, das crianças, das etnias e das minorias culturais; a pobreza, a fome e as desigualdades social e econômica no mundo.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, R. JAKUES. DENIZE & OSCAR. *História das sociedades – das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Record, 2001 (OBS: as edições pela Editora Ao livro técnico são igualmente recomendadas).
- AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda negra medo branco – O negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2008 (OBS: a edição anterior, da Editora Paz e Terra, é igualmente recomendada).
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 1993. Col. Primeiros Passos.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: UNESP, 1997.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- HOBBSBAWN, Eric J. *Sobre a História*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. *História Moderna através de textos*. Campinas: Contexto, 2001. Col. Textos e Documentos 3.
- _____. *História Contemporânea através de textos*. Campinas: Contexto, 2001. Col. Textos e Documentos 5.
- SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.
- TEIXEIRA, Inês A. de Castro & PRAXEDES, Vanda L. *História Oral e Educação: tecendo vínculos e possibilidades pedagógicas*. IN VISCARDI, Cláudia & DELGADO, Lucília. *História Oral – Teoria, Educação e Sociedade*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006. p.155-68.
- WELSKOOP, Thomas. Limites e perspectivas da ciência social histórica IN Revista História da Historiografia. Ouro Preto, Edufop, 2011, nº 6, p.14-41. DISPONÍVEL EM: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/issue/view/HH> acessado em 11/07/2011.

PROFESSOR I - INGLÊS

1. Métodos e abordagens de ensino da língua inglesa (Metodologias pré-comunicativas; Metodologias humanísticas; Metodologias comunicativas; A conceituação de “competência comunicativa”; O ensino do Inglês Instrumental (ESP) no Brasil: *compreensão leitora*).
2. Compreensão de textos (Estratégias de leitura: compreensão pontual e global; Gênero textual e tipo de texto; Inferência e dedução; Relação texto-contexto; Mecanismos de coesão e coerência).
3. Aspectos da léxicogramática (Processos de derivação: *sufixação e prefixação*; O sintagma nominal: *determinativos, classes de substantivos, adjetivos, locuções adjetivas e pronomes*; O sintagma verbal: *classes, sistemas de tempo, aspecto e modalidade, concordância verbal, construções ativa e passiva*; O sintagma adverbial: *advérbios e adjuntos adverbiais*; O sintagma preposicional: *preposições simples e complexas, verbos frasais e preposicionais*; Coordenação e subordinação).
4. Perspectivas discursivas (Discurso direto e relatado; Funções

comunicativas no texto; O Inglês escrito e o falado inseridos no contexto das novas tecnologias de comunicação).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Artigos atuais retirados de revistas, jornais, periódicos especializados e sites da Internet.

- BROWN, H. *Principles of Language Learning and Teaching*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall Regents, 2000.
- CARTER, R. & MCCARTHY, M. *Cambridge Grammar of English*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- COLLINS, W. D. *English Grammar*. London: Collins COBUILD, 2005.
- HARMER, J. *How to Teach English*. London: Longman, 2007.
- HUTCHINSON, T. & WATERS, A. *English for Specific Purposes: A learning-centered approach*. London: Cambridge University Press, 1999.
- LARSEN-FREEMAN, D. *Techniques and Principles in Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- LITTLEWOOD, W. *Communicative Language Teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- NUTTALL, C. *Teaching Reading Skills in a Foreign Language*. London: Heinemann, 1996.
- RICHARDS, J. & RODGERS, C. *Approaches and Methods in Language Teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- SCRIVENER, J. *Learning Teaching*. London: Macmillan, 2005.
- THORNBURY, S. *Beyond the Sentence: Introducing Discourse Analysis*. London: MacMillan, 2005.
- UR, P. *A Course in Language Teaching: Practice and Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PROFESSOR I - LIBRAS

Histórico das línguas de sinais. Cultura e Identidades Surdas. Educação de surdos. Estrutura gramatical da Libras. Iconicidade e arbitrariedade na Língua de Sinais. Incorporação na Língua de Sinais. Sistema pronominal na Língua de Sinais. Estrutura Lingüística da LIBRAS. Formação de palavras por Derivação e por Composição. Aquisição da Linguagem por crianças surdas. Legislação – Leis e Decretos que trata da LIBRAS e da profissão do Tradutor e Intérprete de LIBRAS.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- FELIPE, Tânia e MONTEIRO, Myrna. *LIBRAS em Contexto*. Curso Básico. Programa Nacional de Apoio a Educação Surda; Secretaria Educação Especial. Brasília, DF. 2001.
- Lei 10.436/02 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências
- Decreto 5626/05 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Lei 12.319 – Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
- http://www.artelibras.com.br/ewadmin/download/Gramatica_da_Libras.pdf - Aquisição da Linguagem por Crianças Surdas
- http://www.artelibras.com.br/ewadmin/download/Gramatica_da_Libras.pdf - Estrutura Lingüística da LIBRAS
- <http://charles-libras.blogspot.com.br/2010/04/iconicidade-e-arbitrariedade.html>, - Iconicidade e Arbitrariedade na Língua de Sinais

Quadros, Ronice Müller de. *Idéias para ensinar português para alunos surdos* / Ronice Muller Quadros, Magali L. P. Schmiedt. – Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120 p.

PROFESSOR I - MATEMÁTICA

1. Números e Operações: Construções históricas e metodológicas dos números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos. Operações com números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos. Múltiplos, divisores e números primos. Porcentagem. Médias. Procedimentos de cálculo exato e aproximado. Termo algébrico, polinômios e suas operações, frações algébricas. Produtos Notáveis e Fatoração. Função: conceitos, função inversa, função composta. Aplicação do conceito de função na resolução de problemas. Função Afim, Quadrática, Exponencial e Logarítmica. Resoluções de equações, inequações e sistemas de 1º e 2º graus, exponenciais, logarítmicas e suas aplicações. Progressões Aritméticas e Geométricas. Juros Simples e Compostos. Análise Combinatória. Polinômios e Equações Polinomiais. **2. Espaço e Forma:** Plano Cartesiano. Equação da reta, da circunferência e da elipse. Relações entre figuras espaciais e suas representações planas. Figuras geométricas planas: composição e decomposição, transformação, ampliação, redução e simetrias. Polígonos convexos: relações angulares e lineares. Circunferência, ângulos na circunferência. Conceito de congruência e semelhança de figuras planas. Relações métricas na circunferência. Relações métricas e trigonométricas num triângulo retângulo. Relações trigonométricas num triângulo qualquer. Funções Trigonômicas. Relações entre as funções trigonométricas. Arco soma e arco duplo. **3. Grandezas e Medidas:** Construções históricas e metodológicas de sistemas de medidas: unidades de medida, medida padrão, instrumentos de medida. Problemas envolvendo sistemas de medidas. Comprimento da circunferência. Cálculo de áreas das principais figuras planas. Áreas e volumes dos principais sólidos geométricos. Sólidos semelhantes e sólidos de revolução. **4. Tratamento de Informações:** Variações entre grandezas no sistema de coordenadas cartesianas. Proporcionalidade diretamente e inversamente proporcionais. Construção e interpretação de tabelas e gráficos. Noções básicas de Estatística. Probabilidade. Matrizes: conceitos, operações, matriz inversa e determinantes.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- IEZZI, G. & DOLCE, O. & MACHADO, A. *Matemática e Realidade*. Riberão Preto: Atual, 2013.
- BARROSO, J. M. *Matemática – Projeto Araribá*. São Paulo: Moderna, 2014.
- IEZZI, G. & DOLCE, O. & MACHADO, A. *Matemática e Realidade*. 6º/7º/8º/9º ANO. Atual Editora - 2013.
- IEZZI, Gelson e outros. *Fundamentos da Matemática Elementar*. Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10. Atual Editora. 9ª edição, 2013.
- LIMA, Elon Lages e outros. *A Matemática do Ensino Médio*. Volume 4. Sociedade Brasileira de Matemática. 1ª edição, 2007.
- LIMA, Elon Lages e outros. *Tema e Problemas*. Sociedade Brasileira de Matemática. 3ª edição, 2003.
- LIMA, Elon Lages e outros. *Tema e Problemas Elementares*. Sociedade Brasileira de Matemática. 2ª edição, 2005.

PAIVA, Manoel Rodrigues. *Matemática*. Volumes 1, 2 e 3. Editora Moderna. 1ª edição, 2009.

PROFESSOR I - PORTUGUÊS

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gêneros do texto (literário e não-literário; narrativo, descritivo e argumentativo); tipologias textuais; estrutura e organização interna; fatores de coerência textual. 2. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português. 3. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; processos de formação de palavras; elementos mórficos; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos. 4. Sintaxe: termos da oração; processos de coordenação e subordinação; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos; padrões gerais de colocação pronominal no português; mecanismos de coesão textual. 5. Estilística: reconhecimento das diversas figuras de linguagem em um contexto; papel das figuras de linguagem na construção do sentido dos textos. 6. Ortografia: padrões gerais e reforma ortográfica. 7. Pontuação: normas gerais de emprego de sinais de pontuação e funções expressivas em textos de fontes diversificadas. 8. Formas de intertextualidade: apropriação, paráfrase, citação, paródia. 9. Estratégias de leitura: sentenças e textos (pressuposições explícitas e implícitas); relações entre marcas linguísticas e níveis de significação textual; relações lógico-semânticas; relações discursivas ou pragmáticas. 10. Conceitos de língua e de gramática.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
_____. *Ensino de português: fundamentos, percursos, objetos*. Rio de Janeiro: Zahar.
BERNARDO, Gustavo. *Educação pelo argumento*. Rio de Janeiro: Rocco.
CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. Petrópolis: Vozes.
CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV.
ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica. Brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto.
KOCH, Ingedore. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
KOCH, Ingedore & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto.
TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação*. São Paulo: Cortez.

> NÍVEL MÉDIO/ NÍVEL MÉDIO ESPECIALIZADO/ FORMAÇÃO DOCENTE DE NÍVEL MÉDIO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS PARA AS PROVAS OBJETIVAS

Português para todos os cargos de Nível Médio.

1. Organização textual: interpretação dos sentidos construídos nos textos verbais e não verbais; características de textos descritivos, narrativos e dissertativos; argumentação; discursos direto e indireto; intertextualidade; elementos de coesão e

coerência. 2. Aspectos semânticos e estilísticos: sentido e emprego dos vocábulos; tempos e modos do verbo; uso dos pronomes; metáfora, antítese, ironia. 3. Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos. 4. Processos de constituição dos enunciados: coordenação, subordinação; concordâncias verbal e nominal. 5. Sistema gráfico: ortografia; regras de acentuação; uso dos sinais de pontuação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione.
CUNHA, Celso e CINTRA, Luís Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática.
VIANA, Antonio Carlos. *Guia de redação: escreva melhor*. São Paulo: Scipione.

Noções de Informática para os cargos de Agente Administrativo; Agente de Defesa Civil; Auxiliar de Enfermagem; Secretário de Escola; Guarda Municipal (Feminino e Masculino); Cuidador/Educador; Assistente de Creche; Fiscal de Obras; Mecânico de Hidrômetro; Leiturista; Telefonista; Operador de Bombas; Bombeiro Hidráulico; Orientador Social; Entrevistador em Programas Sociais; Intérprete de Libras; Oficineiros; Técnico em Agropecuária; Técnico em Contabilidade; Técnico em Enfermagem; Técnico em Higiene Dental (Técnico em Saúde Bucal); Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Informática; Técnico em Edificações; Técnico em Vigilância Sanitária e Técnico em Segurança do Trabalho.

1. Microinformática. Conceitos. Características. Modalidades de processamento Online, Offline, batch, real time, time sharing. Operação de microcomputadores. Hardware: conceitos, identificação dos componentes e funções, siglas, tipos, características, conexões PS/2, USB e RJ45, equipamentos, mídias. Memória. Equipamentos e dispositivos de armazenamento, de entrada e de saída de dados. Software: conceitos, software básico e aplicativo, sistemas operacionais. Ambientes Windows XP/7/8/10 BR e UBUNTU Linux: conceitos, características, Área de Trabalho, significado e uso das teclas, ícones, atalhos de teclado, gerenciador de pastas e arquivos, interface gráfica, formatos de arquivos, utilização de recursos. 2. MSOffice 2010/2013 BR (Word, Excel, Powerpoint) X LibreOffice versão 5.1.0.3 (Writer, Calc, Impress) - conceitos, características, ícones, atalhos de teclado, uso do software e emprego dos recursos. 3. Internet e Web. Conceitos, características, sites de pesquisa, browsers Internet Explorer 11 BR, Firefox Mozilla v44.0.2, Google Chrome. Correio Eletrônico. WebMail. Mozilla Thunderbird, MSOffice Outlook 2010/2013 BR. Redes Sociais: Facebook, LinkedIn, Twitter, Orkut, MySpace, Badoo. 4. Segurança. Conceitos, características, proteção de equipamentos, de sistemas, em redes e na internet. Vírus. Backup.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ABDALLA, Samuel Lilo & GUESSE, André. *Informática para Concursos*, Ed. Saraiva, 2013
COSTA, Renato da. *Informática para Concursos*, Ed. Impetus, 2015.

MANZANO, José Augusto N. G. Guia Prático de Informática, Érica, 2011.

Manuais técnicos e help/ajuda de hardware e software.

VELLOSO, F. C. Informática – Conceitos Básicos, Campus, 2011.

Aspectos Legais da Política Educacional para o cargo de Professor II – Educação Infantil e 1º Segmento do Ensino Fundamental.

1. Filosofia e educação. 2. Educação e sociedade. 3. Tendências pedagógicas na prática escolar. 4. Postura política. 5. Escola como instância mediadora da pedagogia. 6. Filosofia do cotidiano escolar. 7. Sujeito da práxis pedagógica: Educador e educando. 8. Elucidações conceituais e procedimentos metodológicos. 9. Didática: elemento articulador entre pedagogia e prática docente. 10. Escola nova. 11. A lei de Diretrizes e Bases da Educação. 12. Parâmetros Curriculares Nacionais. 13. Ideologia x Educação. 14. ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. 15. Educação Especial. 16. Inclusão Escolar.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *Filosofia da educação*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2002.

ARRUDA, Maria Lucia Aranha. - História da Educação e da Pedagogia Geral e Brasil. - 3ª edição – Editora Moderna. SP. 2006.

BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: 1990.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC; SEEP; 2008.

BRASIL Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.pr5.ufrj.br/images/stories/Anexos/PNE_2014.pdf

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHIRALDELLI, Paulo. "O que é filosofia da educação". 3ª ed. Rio de Janeiro: DP e A Editora, 2002.

DEMO, Pedro – A nova LDB – Ranços e Avanços – São Paulo – Editora Papyrus – 17ª edição – 2004

HAIDT, Regina Célia Cazaux Haidt. *Curso de Didática Geral*. 7ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2001. LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Cipriano. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. 12ª ed. São Paulo. Editora Nacional, 1980.

MATUI, Jiron. *Construtivismo – teoria construtiva sócio-histórica aplicada do ensino*. São Paulo: Editora Moderna. 1998.

REILY, L. Escola inclusiva - linguagem e Mediação. 4ª. ed. São Paulo: Papyrus, 2011.

SAVIANE, Dermeval. *Escola e democracia*. 34ª ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2001

SILVA, Aline Maira da – Educação especial e inclusão escolar história e fundamentos – Curitiba – Ibpx 2010 – Série Inclusão Escolar.

WERNECK, Vera Rudge. *A ideologia na Educação*. Petrópolis, 1982.

PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL E 1º SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

1. Teoria de Aprendizagem. 2. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. 3. Relação Ensino-Aprendizagem. 4. Parâmetros Curriculares Nacionais. 5. Desenvolvimento da criança (cognitivo, afetivo, motor e perceptivo). 6. Avaliação. 7. Planejamento. 9. Prática pedagógica e o processo de construção do conhecimento: Interdisciplinaridade e projetos. 10. Evasão e o fracasso escolar. 11. A questão dos conteúdos e organização curricular. 12. Democratização da Escola Pública. 13. Novas tendências e competências. 14. Projeto Político-Pedagógico. 15. ECA - Estatuto da criança e do adolescente. 16. História da Educação Especial. 17. Atendimento educacional aos portadores de deficiência. 18. Política Nacional de Educação Especial. 19. Políticas Estaduais e municipais de educação dos portadores de deficiência. 20. Dimensões das práticas pedagógicas inclusivas. 21. Educação Especial das primeiras concepções até a atualidade. 22. *Bulling*.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AZENHA, Maria da Graça – De Piaget a Emília Ferreiro – 8ª edição – Editora Ática – São Paulo – 2006

BERGAMO, Regiane Banzatto – Educação especial: pesquisa e prática – Curitiba – Ibpx – 2010.

BOCK, Ana Mercês Bahia, Furtado, Odair e Teixeira, Maria de Lourdes Trassi – Psicologias – São Paulo – Editora Saraiva – 2008 –

BORGES, Teresa Maria Machado – A criança em idade pré-escolar – Ed Ática – 1994 – Caderno de Atividades – Séries iniciais do Ensino Básico – Rio de Janeiro – SEE – 1992.

BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: 1990.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC; SEEP; 2008.

BRASIL Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.pr5.ufrj.br/images/stories/Anexos/PNE_2014.pdf

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

CHALITA, Gabriel – Pedagogia da Amizade – Bullying – O sofrimento as vítimas e dos agressores – Editora Gente – 1ª edição – 2008 –

COLL, Cesar – Construtivismo na sala de aula – 6ª edição – Editora Ática – São Paulo –

COSTA, Sebastião Moreira da – Avaliação escolar: com a palavra os pais e especialistas em educação – São Paulo – All Print Editora – 2007.

DEMO, Pedro – A nova LDB – Ranços e Avanços – São Paulo – Editora Papyrus – 17ª edição – 2004

Eulália, Bassedas, Teresa Huguet, Isabel Sole – Aprender e ensinar na Educação Infantil – Editora Artmed – 1999 – Porto Alegre (Reimpressa 2009)

- GADOTTI, Moacir; José (org) – Autonomia da escola – Princípios e propostas – São Paulo – Cortez – 1997.
- GANDIN, Danilo e Cruz, Carlos H. Carrilho – Planejamento na sala de aula – Porto Alegre – Editora La Salle – 4ª edição – 2000 .
- GANDIN, Danilo – Planejamento como prática educativa – Ed Loyola.
- HAIDT, Regina Célia Cazaux – Curso de didática geral – Ed Ática – 7ª edição – 2001 –
- HOFFMANN, Jussara – Avaliação Mediadora – Porto Alegre – Ed Mediação – 20ª edição – 2003
- HOFFMANN, Jussara – Avaliar para promover – Porto Alegre – Editora Mediação – 4ª edição – 2003
- HOFFMANN, Jussara, Maria Beatriz G. Da Silva – Ação educativa na creche – 6ª edição – Editora Mediação – 1995
- LA TAILLE, Yves de, OLIVEIRA, Marta Kohl de, DANTAS, Heloysa. 1992. Piaget, Vygotsky, Wallon – teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus.
- LIBÂNEO, José Carlos – Democratização da Escola Pública – Ed Loyola.
- LUCKESI, Cipriano Carlos – Avaliação da aprendizagem Escolar – São Paulo – Cortez – 2002.
- MATUI, Jiron – Construtivismo – Teoria Construtivista Sócio – História aplicada ao ensino – São Paulo – Moderna – 1998.
- NICOLAU, Marieta Lúcia Machado – A Educação Pré-Escolar – Fundamentos e Didática – São Paulo – Ed Ática – 10ª edição – 2002 –
- NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro – Interdisciplinaridade Aplicada – São Paulo – Editora Ática – 4ª edição – 2005 –
- PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da Criança. São Paulo: Martins Fontes , 2009.
- PIAGET, , Jean. Seis estudos de Psicologia disponível em - <https://miniteia.files.wordpress.com/2015/04/piaget-jean-seis-estudos-de-psicologia.pdf> acesso 03/2016
- PERRENOUD, Philippe – Construir as competências desde a escola – Trad Bruno Charles Magno – Porto Alegre Artes Médicas Sul – 1999.
- PERRENOUD, Philippe – Dez novas competências para ensinar – 1ª edição – Editora Artmed – Porto Alegre – 2000 –
- PERRENOUD, Philippe – Os ciclos da aprendizagem – Porto Alegre – Editora Artmed – 2004
- REILY, L. Escola inclusiva - linguagem e Mediação. 4ª. ed. São Paulo: Papirus, 2011.
- SILVA, Aline Maira da – Educação especial e inclusão escolar história e fundamentos – Curitiba – Ibpex 2010 – Série Inclusão Escolar.

AGENTE ADMINISTRATIVO

1. Organização Municipal: 1.1. Conceitos e formas de autonomia municipal. 1.2. Poderes municipais: componentes, membros, funções e forma de atuação, relações entre Câmara e Prefeitura. 1.3. Atos privativos do Prefeito. 1.4. Administração tributária: classificação e características dos tributos municipais. 1.5. Constituição, formas de aquisição, classificação e controle dos bens patrimoniais. 1.6. Controle da Administração Municipal: tipos e formas; prestações de contas. 2. Administração e organização administrativa: 2.1. Estruturas organizacionais: atos constitutivos, organogramas, critérios de departamentalização, tipos de atividades segundo os órgãos da

estrutura; níveis hierárquicos. 2.2. Funções de Planejamento, Organização, Direção e Controle. 3.3. Ambiente nas organizações; motivação, mudança e inovação e cultura organizacional. 3. Protocolo. 3.1. Conceitos e definições sobre atividades de protocolo. 3.2. Processos e procedimentos processuais e legais de atos administrativos, de acordo com o Manual de Gestão de Protocolo do Estado do Rio de Janeiro e seu glossário de termos. 3.3. Conceitos básicos sobre tramitação, recepção, distribuição, expedição, formação e andamento de processos: capa; autuação, instrução, abertura e encerramento de volumes, anexação, juntada, apensação e desanexação, desentranhamento, desmembramento, encerramento, reabertura. 4. Gestão de documentos e arquivos. 4.1. Terminologia e glossário. 4.2. Conceitos sobre gestão de documentos e funções arquivísticas (identificação, classificação e avaliação). 4.3. Plano de classificação de documentos: conceito, organização, métodos, objetivos e aplicação. 4.4. Tabela de temporalidade: objetivos, conceitos básicos sobre eliminação, transferência e recolhimento de documentos e respectivos procedimentos. 4.5. Controle de acesso e grau de sigilo de documentos, conforme sua classificação; prazos de restrição de acesso e sua vigência; competências e critérios para a determinação do grau de sigilo. 4.6. Conservação de documentos - manuseio, acondicionamento e área de guarda. 5. Gestão Patrimonial - bens móveis. Disposições gerais. Ações: Carga, Incorporação, Movimentação, Controle, Inventários, Auditorias, Desincorporação, Avaliação, Reavaliação, Depreciação. 6. Ética no trabalho: 6.1. Conceitos, princípios; ética e moral, democracia e exercício de cidadania; 6.2. Ética empresarial e profissional, função pública e serviço público. 6.3. Código de Ética do Servidor Público Federal e seu sistema de gestão, conforme a legislação em vigor

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- Manual do Prefeito. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro, 2013. Seção I. Disponível no site do IBAM
- PEREIRA, Anna Maris. Introdução à Administração. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- Manual de Gestão de Protocolo. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público. RJ: 2013. Partes 2, 3, 4 e Glossário. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/doc/manual%20de%20protocolo2.pdf>
- Cartilha de Gestão de Protocolo. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público. RJ. Disponível em: http://www.aperj.rj.gov.br/normas_padronizacao.htm
- Manual de Gestão de Documentos. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público. 2012. Partes 2, 3, 4, 5 e Glossário. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/doc/manual%20de%20gestao.pdf>
- Manual de Administração de Bens Móveis. Secretaria da Gestão Pública do Estado do Acre. Disponível em <http://www.florestadigital.acre.gov.br/wps/wcm/connect/21a95c0043a1ca5fb3f5bf58119a6522/Manual+de+Administracao+de+Bens+Moveis.pdf?MOD=AJPERES>
- Boudoux, Gustavo. "Ética no Serviço Público" (texto). Disponível em. <http://www.espacohebertveira.com.br/documentos/inss/GustavoBoudoux-Apostila%20EticaDoINSS.pdf>
- Decreto nº 1171, de 22.06.1994 e suas alterações posteriores. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Decreto nº 6.029, de 01.02.2007 - Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

AGENTE DE DEFESA CIVIL

1. Município de Barra do Piraí: 1. Dados históricos, localização, limites municipais, distritos, evolução administrativa, aspectos físico-geográficos, população, principais atividades econômicas. 2. Lei Orgânica do Município: Símbolos municipais; requisitos para a criação de Distritos; poderes do Município, respectivos membros e funções. 2.1. Prefeito Municipal: atribuições; posse e substitutos; impedimento e vacância do cargo, proibições e licenças; consulta popular; julgamento de crimes e infrações do Prefeito e Vice Prefeito; 2.2. Administração municipal; leis de iniciativa do Prefeito; tipos e características dos atos administrativos de iniciativa do Prefeito. 3. Defesa Civil: 3.1. Evolução da legislação sobre Defesa Civil. Política (PNPDEC) e Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC): alterações, ênfases. 3.2. Composição, objetivos, aspectos estruturantes e atribuições do Sistema, conceitos sobre Defesa Civil, Desastres, Situação de Emergência, Estado de Calamidade Pública, ações e procedimentos. 3.3. Estrutura e Atribuições da Secretaria Nacional de Defesa Civil, gestão de riscos e desastres. 3.4. Ações do ciclo de gestão em Defesa Civil, e suas definições. Conceitos de riscos, desastres, ameaças e vulnerabilidade: classificação, tipologia e codificação; análise e classificação de danos e prejuízos: aplicação de medidas preventivas. 3.5. Atuação do Agente de Defesa Civil. Implantação do órgão municipal de proteção e defesa civil e seu conceito, requisitos mínimos para sua formalização; composição, etapas para formalização e principais atribuições. 3.6. Conhecimento permanente de ameaças e riscos e preparação para enfrentamento de desastres. Outros atributos. 3.7. Critérios para reconhecimento e decretação de situação de emergência e estado de calamidade pública. 3.8. Instalação e operacionalização de Núcleos Comunitários de Defesa Civil. 4. Atos oficiais: Classificação, conceito e utilização dos seguintes atos: ata, atestado, aviso, certidão; circular, declaração, decreto, despacho, edital, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, relatório, requerimento e resolução. Atos de competência das autoridades municipais, conforme o Manual de Redação Oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Informações sobre o Município: disponível em <http://www.barradopirai.rj.gov.br/portal/#>

Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí

Instrução Normativa nº 1, de 24 de agosto de 2012, Ministério da Integração Nacional/ Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília: - Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. Disponível em <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?journal=1&pagina=30&data=30/08/2012>

Lei 12608, de 12 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações

e monitoramento de desastres. Disponível em <http://www.mi.gov.br/defesacivil/legislacoes>

"Capacitação Básica em Defesa Civil". Universidade Federal de Santa Catarina. De Centro Universitário de Pesquisa e estudos sobre Desastres. Florianópolis CAD UFSC. 2013. Disponível em:

http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ade2740e-dcc5-431c-ae29-24df599adee3&groupId=185960

"Apostila sobre implantação e operacionalização do COMDEC", Ministério da Integração Nacional/ Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília: 2009. Disponível em http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=6cb0d27c-ffa7-437e-a724-fa8cde4bb1ee&groupId=10157

Texto "Organização do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil". Disponível em <http://www.integracao.gov.br/defesa-civil/sinpdec/organizacao>

Manual de Redação Oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro. 3º parte. Disponível em <http://docplayer.com.br/1091157-Prefeitura-da-cidade-do-rio-de-janeiro-manual-de-redacao-oficial-da-prefeitura-da-cidade-do-rio-de-janeiro.html>

ASSISTENTE DE CRECHE

1. Papel social e a função da educação infantil. 2. Organização do tempo e do espaço na educação infantil. 3. Princípios que fundamentam a prática na educação infantil. 4. Direitos da criança e relação creche/família. 5. Características das fases do desenvolvimento infantil, segundo Piaget, Vygotsky e Wallon. 6. Higiene e saúde infantil. 7. Primeiros Socorros. 8. As relações do cuidar e educar na educação infantil. 9. Educação Inclusiva. 10. Constituição 1988. 11. LDB 9394/96. 12. Referencial da Educação Infantil. 13. ECA .

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AZENHA. Maria da Graça – De Piaget a Emília Ferreiro – 8ª edição – Editora Ática – São Paulo – 2006

BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: 1990.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC; SEEP; 2008.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Vol. 1. Brasília: 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Vol. 2. Brasília: 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Vol. 3. Brasília: 1998.

Brasil, Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. FIOCRUZ. NUBio. Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz, 2003. Disponível em <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/biosseguranca/manualdeprimeirosocorros.pdf> acesso 03/2016

BRASIL Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação -

PNE e dá outras providências. Disponível em:
http://www.pr5.ufrj.br/images/stories/Anexos/PNE_2014.pdf

BOCK, Ana Mercês Bahia, Furtado, Odair e Teixeira, Maria de Lourdes Trassi – Psicologias – São Paulo – Editora Saraiva – 13ª ed 2001

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOFFMANN, Jussaram, Maria Beatriz G. Da Silva – Ação educativa na creche – 9ª edição – Editora Mediação – 2011

KRAMER, Sonia. ROCHA, Eloisa. Educação infantil: enfoques em diálogo. 2.ed. São Paulo: Papirus, 2011.

LA TAILLE, Yves de, OLIVEIRA, Marta Kohl de, DANTAS, Heloysa. 1992. Piaget, Vygotsky, Wallon – teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus.

MOYLES, Janete C. Fundamentos da Educação Infantil: Enfrentando o desafio. São Paulo: ARTMED, 2010.

PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da Criança. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia disponível em - <https://miniteia.files.wordpress.com/2015/04/piaget-jean-seis-estudos-de-psicologia.pdf> acesso 03/2016

REILY, L. Escola inclusiva - linguagem e Mediação. 4ª. ed. São Paulo: Papirus, 2011.

RICCO Rubens Garcia, CIAMPO, Luiz Antonio del e ALMEIDA, Carlos Alberto Nogueira Puericultura Princípios e Práticas - Atheneu Editora, 2008

SILVA, Aline Maira da. - Educação especial e inclusão escolar – história e fundamentos – Curitiba – Ibpex 2010 – Série Inclusão Escolar.

CUIDADOR/EDUCADOR

1. Conhecer as atribuições do cuidador. 2. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 3. ECA. 4. Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e Adolescência. 5. Noções de Sistema Único da Assistência Social. SUAS. 6. Psicologia do Desenvolvimento da Criança e do adolescente. 7. Atenção à criança e ao adolescente abrigados. 8. Temas relacionados com a prevenção da violência e sua notificação. 9. Temas relacionados com a integração da Pessoa com Deficiência.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13ª edição revista e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2002. Disponível em:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/1485054/psicologias-uma-introducao-ao-estudo-de-psicologia---odair-furtado-maria-de-lou>

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Imprensa Oficial do Estado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8069/90, de 13 de julho de 1990. Rio Grande do Norte, FUNDAC/RN. Edição publicada em 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

BRASIL Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e Adolescência (CONANDA 2001/2005). Disponível em:

http://www.oei.es/inicial/politica/diretrizes_atencion_infantil_brasil.pdf

BRASIL **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm

BRASIL **LEI Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011.** - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm

BRASIL - Política nacional para a integração da pessoa com deficiência e as normas de proteção. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

CHALITA, Gabriel – Pedagogia da amizade – Bullying – O sofrimento as vítimas e dos agressores – Editora Gente – 1ª Edição – 2008

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998

Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianca_familias_violencias.pdf

SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord). *O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Disponível em

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481

BOMBEIRO HIDRÁULICO

1. Materiais hidráulicos e serviços de atendimento: Plantas de instalações hidráulicas e sanitárias, simbologias e especificações, escolha do material apropriado e execução do trabalho. Executar os serviços hidráulicos e sanitários, como, assentamento de tubulações de água, registros, descargas, peças e acessórios sanitários. Reservatórios tipos, instalação e manutenção. **2. Ferramentas:** Ferramentas manuais e elétricas. **3. Manutenção predial hidráulica:** Detectar partes ou peças defeituosas, substituindo-as ou reparando-as, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, materiais de vedação para devolver à instalação hidráulica condições normais de funcionamento. **4. Equipamentos de segurança:** Equipamentos de proteção individual (EPI): Observar e cumprir as normas de higiene e de segurança do trabalho.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Catálogos de ferramentas para trabalhar com instalações hidráulicas

Catálogos dos fabricantes de materiais hidráulicos

SITES: <http://www.tigre.com.br>

<http://www.amanco.com.br>

<http://www.eluma.com.br>

ENTREVISTADOR EM PROGRAMAS SOCIAIS

1. Município de Barra do Piraí: 1.1 Dados históricos, localização, limites municipais, distritos, evolução administrativa, aspectos físico-geográficos, população, principais atividades econômicas. 1.2. Lei Orgânica do Município: Poderes do Município, respectivos membros e funções; Prefeito Municipal: atribuições; competências, posse e

substitutos; impedimento e vacância do cargo, proibições e licenças; leis de iniciativa do Prefeito; tipos e características dos atos administrativos de iniciativa do Prefeito. Política de Assistência Social. 2. Política Nacional de Assistência Social segundo sua Lei Orgânica: 2.1. Objetivos, princípios e diretrizes. 2.2. Sistema Único de Assistência Social (SUAS): organização, membros, competências e responsabilidades das diferentes instâncias. Entidades de assistência social: classificação, conceitos, requisitos e modalidades de atuação. 2.3. Gestão da política de assistência social na perspectiva do SUAS: níveis, modalidades e características; tipos de proteção social e suas unidades específicas - Centros de Referência de Assistência Social e Rede Sôcio assistencial; Benefícios, serviços programas e projetos. 2.4. Conselhos: composição, características, competências; diretrizes para organização e funcionamento. 2.5. Financiamento das atividades e ações. 2.6. Fundo Nacional de Assistência Social: repasses, condições e instrumentos locais de gestão dos recursos, forma de aplicação e prestação de contas. 2.7. Controle social, participação. 2.8. Planejamento, informação, monitoramento e avaliação. 2.9. Operacionalização da gestão pública da Política de Assistência Social segundo a Norma Operacional Básica do SUAS. 3. Cadastro Único: histórico, legislação, definições, finalidades, usuários, programas, gestão e responsabilidades, conceitos básicos, processo de cadastramento, exclusão, substituição e transferências, formulários, sistema, cadastramento diferenciado, planejamento, implantação e avaliação de políticas e programas sociais, disponibilização de informações, programas sociais. 3.1. Usuários: caracterização, direitos, organização e participação no âmbito da Política Pública de Assistência Social e no SUAS. 4. Conhecimentos básicos sobre. 4.1. Programa Bolsa Família: finalidades, características, usuários, forma de participação e desligamento do Programa, condições, funcionamento, atualização cadastral, benefícios previstos, acesso à educação e saúde. 4.2. Benefício de Prestação Continuada (BPC): finalidade, características, usuários, condições e forma de solicitação, órgãos responsáveis. 5. Entrevistador: fases do cadastramento; orientações gerais ao entrevistador: preenchimento com auxílio de listas, documentação; formulários e registro de informações; contato com o entrevistado; preenchimento dos formulários, comprovante de prestação de informações; formulários avulsos e suplementares; atualização e revisão cadastral; postura do entrevistador social. Princípios éticos para os trabalhadores da assistência social segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Informações sobre o Município: disponível em <http://www.barradopirai.rj.gov.br/portal/#>

Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e suas alterações posteriores - Lei Orgânica da Assistência Social -. *Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm

Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 - Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/#b_start=0&c4=Norma+Operacional+B+C3%A1sica+SUAS

Decreto nº 6.135, de 26 de Junho de 2007 - Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm

Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal 2 ed.

<http://mds.gov.br/central-de-conteudo/cadastro-unico/publicacoes-cadastro-unico-1>

Texto "Cadastro Único" - informações - disponível no site do IBAM.

Resolução nº 11, de 23 de setembro de 2015 - Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no SUAS. Disponível em http://www.editoramagister.com/legis_27024678_RESOLUCAO_N_11_DE_23_DE_SETEMBRO_DE_2015.aspx

Dados e Informações sobre programas sociais disponíveis na página do Ministério do Desenvolvimento Social:

Bolsa Família: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>
<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>
<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/cadastro-em-dia>

<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>
<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/acesso-a-educacao-e-saude>

Benefício de Prestação Continuada: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>

Benefícios Eventuais: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficios-eventuais>

Manual do Entrevistador. MDS. Senarc. Brasília: DF. 3ª edição. Disponível em <http://mds.gov.br/central-de-conteudo/cadastro-unico/publicacoes-cadastro-unico-1>

GUARDA MUNICIPAL (FEMININO E MASCULINO)

1. Organização Municipal: 1.1. Poderes municipais: componentes, membros, funções e forma de atuação. 1.2. Poder de Polícia Municipal: natureza, características, áreas e modalidades de atuação. 2. Atos oficiais: classificação, conceitos, aplicação, estrutura e competências, conforme o Manual de Redação Oficial da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. 3. Código Nacional de Trânsito: 3.1. Sistema Nacional, órgãos federais, estaduais e municipais e suas competências. 3.2. veículos: classificação, segurança, identificação, licenciamento; transporte escolar. 3.3. Sinais de Trânsito, normas gerais de circulação e conduta, pedestres e condutores de veículos não motorizados. Infrações e penalidades. 3.4. Conceitos e definições constantes do Anexo I do CTB. 3.5. Fiscalização de trânsito, segundo o Manual Brasileiro de Fiscalização: conceitos básicos sobre Agente da autoridade de trânsito, infração, responsáveis, atuação, medidas administrativas, habilitação. 4. Municipalização do Trânsito: competências, condições e requisitos, procedimentos, conforme o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN. 5. Política Nacional de Mobilidade Urbana: 5.1. Diretrizes, objetivos, princípios, conceitos e definições do Sistema Nacional. 5.2. Atribuições dos entes federados. 5.3. Transportes urbanos: modos e classificação, infraestrutura, regulação dos serviços de transportes coletivos e direitos dos usuários. 5.4. Planejamento, gestão e avaliação dos sistemas de mobilidade, instrumentos de apoio. 6. Estatuto da Pessoa com Deficiência - 6.1.

Definições e conceitos, igualdade e não discriminação; atendimento prioritário; direitos fundamentais; direito ao transporte e à mobilidade. **6.2.** Crimes e infrações administrativas. **7.** Crimes contra a administração Pública, conforme o Código Penal Brasileiro. **8.** Ética no trabalho: **8.1.** Conceitos, princípios; ética e moral, democracia e exercício de cidadania; **8.2.** Ética empresarial e profissional, função pública e serviço público. **8.3.** Código de Ética do Servidor Público Federal e seu sistema de gestão, conforme a legislação em vigor.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Manual do Prefeito. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro, 2013. Disponível no sítio do IBAM

Manual de Redação Oficial da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Administração. 2008. Disponível em <http://docplayer.com.br/1091157-Prefeitura-da-cidade-do-rio-de-janeiro-manual-de-redacao-oficial-da-prefeitura-da-cidade-do-rio-de-janeiro.html>

Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações posteriores – Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito – Volume I. DENATRAN, 2012. Disponível em http://www.denatran.gov.br/publicacoes/show_public.asp?cod=22

Municipalização do Trânsito: DENATRAN. Disponível em <http://www.denatran.gov.br/municipios/orgaosmunicipais.asp#SOBRE%20A%20MUNICIPALIZA%C3%87%C3%83O%20DO%20TR%C3%82NSITO>

Lei nº 12587, de 03.01.2012 e suas alterações posteriores. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12587.htm

Lei nº 13146, de 06.07.2015 - estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art119

Código Penal. Art.s 312 a 327

Boudoux, Gustavo. “Ética no Serviço Público” (texto). Disponível em.

<http://www.espacohebertveira.com.br/documentos/inss/GustavoBoudoux-Apostila%20EticaDoINSS.pdf>

Decreto nº 1171, de 22.06.1994 e suas alterações posteriores. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Decreto nº 6.029, de 01.02.2007 - Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

INTÉRPRETE DE LIBRAS

Histórico das línguas de sinais. Cultura e Identidades Surdas. Estrutura gramatical da Libras. Iconicidade e arbitrariedade na Língua de Sinais. Incorporação na Língua de Sinais. Sistema pronominal na Língua de Sinais. Estrutura Linguística da LIBRAS. Formação de palavras por Derivação e por Composição. Legislação – Leis e Decretos que trata da LIBRAS e da profissão do Tradutor e Intérprete de LIBRAS.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

FELIPE, Tânia e MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto.

Curso Básico. Programa Nacional de Apoio à Educação Surda; Secretaria Educação Especial. Brasília, DF. 2001.

Código de Conduta Profissional da Associação dos profissionais Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - <http://www.apilrj.org.br/arquivos/codigo.pdf>

Lei 10.436/02 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências

Decreto 5626/05 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Programa Nacional de apoio à Educação de Surdos. Brasília, DF: MEC. 2002.

Lei 12.319 – Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

http://www.artelibras.com.br/ewadadmin/download/Gramatica_da_Libras.pdf - Estrutura Linguística da LIBRAS

<http://charles-libras.blogspot.com.br/2010/04/iconicidade-e-arbitrariedade.html>, - Iconicidade e Arbitrariedade na Língua de Sinais

LEITURISTA

1. Conhecimentos técnicos profissionais. 1.1. Manutenção

Predial – Noções básicas. **1.2.** Manutenção Externa - Noções básicas Ruas, Praças, Jardins, Canteiros, Ferramental básico

2. Equipamentos de Segurança. 2.1. Equipamentos de proteção individual e coletiva. **2.2.** Cuidados e precauções com ferramentas manuais e elétricas. **3. Prevenção contra incêndio e pânico. 3.1.** Noções básicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Catálogos e Manuais de Ferramentas Manuais e Elétricas.

Catálogos e Manuais de Materiais e Equipamentos de Segurança.

Orientações Básicas do Corpo de Bombeiros da Municipalidade.

Catálogos e Manuais de Materiais Básicos de Construção Civil, Limpeza e Higiene.

SITES DE FABRICANTES DE HIDRÔMETROS:

www.laoindustria.com.br,

www.hidroluz.com.br,

www.ciasey.com.br,

www.itron.com.br

MECÂNICO DE HIDRÔMETRO

1. Conhecimentos técnicos profissionais. 1.1 Ferramentas

Manuais – Noções básicas e aplicações. **1.2** Ferramentas Elétricas - Noções básicas. **1.3** Aparelhos de Medição e Aferição. **2. Equipamentos de Segurança. 2.1.** Equipamentos

de proteção individual e coletiva. **2.2.** Cuidados e precauções com ferramentas manuais e elétricas. **3. Prevenção contra incêndio e pânico. 3.1.** Noções básicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Catálogos e Manuais de Ferramentas Manuais e Elétricas.

Catálogos e Manuais de Materiais e Equipamentos de Segurança.

Orientações Básicas do Corpo de Bombeiros da Municipalidade.

Catálogos e Manuais de Materiais Básicos de Construção Civil, Limpeza e Higiene.

SITES DE FABRICANTES DE HIDRÔMETROS:

www.laoindustria.com.br,

www.hidroluz.com.br,

www.ciasey.com.br,

www.itron.com.br

OPERADOR DE BOMBAS

1. Conhecimentos técnicos profissionais. Ferramentas Manuais – Noções básicas e aplicações. Ferramentas Elétricas - Noções básicas. 1.3 Aparelhos de Medição e Aferição.

2. Equipamentos de Segurança. Equipamentos de proteção individual e coletiva. Cuidados e precauções com ferramentas manuais e elétricas. **3. Prevenção contra incêndio e pânico.** Noções básicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Catálogos e Manuais de Ferramentas Manuais e Elétricas.

Catálogos e Manuais de Materiais e Equipamentos de Segurança.

Orientações Básicas do Corpo de Bombeiros da Municipalidade.

Catálogos e Manuais de Materiais para Saneamento Básico de Construção Civil

SITES DE FABRICANTES DE BOMBAS:

www.dancor.com.br,

www.schneider.com.br

ORIENTADOR SOCIAL

1. Noções introdutórias de Direitos Humanos. **2.** Democracia, Sistema de Proteção Integral e Controle Social: o Conselho Tutelar e os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente **3.** Direitos Sociais e a Legislação Social brasileira.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Maria Victoria. *Cidadania e direitos humanos*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Publicações. Textos. (Blog). São Paulo: IEA; USP. Disponível em: < <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf> >.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm >.

_____. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm >.

_____. *Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm >.

_____. *Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm >.

_____. *Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm >.

_____. *Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm >.

_____. *Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm >.

_____. *Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm >.

_____. *Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm >.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf >.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf >.

ONU. *Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948*. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> >.

VALENÇA-BARROS, Nívia. (Org.) *Direitos Humanos e Cidadania: textos sobre crianças e adolescentes*. Niterói: PROEX/UFF, 2005. Disponível em: < http://www.uff.br/maishumana/acervo/publicacoes/coletanea_direitos.pdf#page=82 >.

OFICINEIROS

1. O que é Arte e seus estilos. 2. Elementos da Linguagem Visual. 3. Cores. 4. Perspectivas nos Espaços Bi e Tridimensionais. 5. A percepção estética. Pop Art e arte contemporânea. 6. O que é música e seus 4 elementos (ritmo, melodia, harmonia e timbre). 7. História da música Brasileira. 8. Música erudita, popular e folclórica. 9. Papel da arte na educação e inclusão social. 10. Educação das Relações Étnico-Raciais. 11. Constituição 1988. 12. Lei nº 9.394/1996 (LDBEN). 13. Lei 8.069/1990 (ECA). 14. Elementos visuais no teatro: Cenografia, figurino, maquiagem, expressão corporal, expressão vocal, consciência espacial, ritmo. 15. Jogo simbólico, jogo dramático e jogo teatral, texto dramático e texto teatral. 16. Os ritmos brasileiros 17. Promover a inclusão de pessoas com deficiência. 18. Planejar e executar oficinas. 19. Recreação. 20. Brinquedoteca. 21. Capoeira e Judô.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AARON COPLAND. Como Ouvir e Entender Música Tradução de LUIZ PAULO HORTA. Editora Artenova. 1974 disponível em

<file:///C:/Users/Nacyra/Downloads/Como%20Ouvir%20e%20Entender%20Musica%20-%20Aaron%20Copland.pdf>

ACRILEX, Introdução: Bi e Tridimensão. Disponível em <http://www.acrilex.com.br/educadores.asp?conteudo=147&visivel=sim&mes=48>

Arte Contemporânea disponível em http://www.bepeli.com.br/artes/arte_contemporanea/arte_contemporanea.html

Azevedo Junior, José Garcia de. Apostila de Arte – Artes Visuais. São Luís: Imagética Comunicação e Design, 2007. Disponível em

<https://jucienebertoldo.files.wordpress.com/2013/01/apostila-de-artes-visuais.pdf>

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte. Brasília: MEC /SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf>

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (anexo o Parecer CNE/CP nº 3/2004)

BRASIL CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB

BRASIL LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente – ECA

COLI, Jorge. O que é Arte. 15ª ed., Editora Brasiliense, São Paulo – SP, 1995. (até a pág 30) Disponível em <https://designdeinterioresinap.files.wordpress.com/2011/02/jorge-coli-o-que-e-arte.pdf>

ELEMENTOS DO TEATRO. Disponível em <http://artesatividades.blogspot.com.br/2015/02/elementos-do-teatro.html>

OS RITMOS brasileiros e suas origens. Disponível em <http://jornalggm.com.br/noticia/os-ritmos-brasileiros-e-suas-origens>

MAIA, Naurelita, Como elaborar uma oficina? Disponível em <http://educadoresdesucesso.blogspot.com.br/2008/09/como-elaborar-uma-oficina.html>

MEIRA. Raquel Crusoe Loures de Macedo. MÚSICA FOLCLÓRICA, POPULAR E ERUDITA. Disponível em <https://raquelcrusoe.wordpress.com/2010/06/11/musica-folclorica-popular-e-erudita/>

RAMALHO, Márcia Regina de Borja E SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da. A BRINQUEDOTECA. Disponível em <https://revista.acbsc.org.br/racsb/article/viewFile/402/504>

RAHME, Claudinha - HISTÓRIA DA MÚSICA BRASILEIRA. Disponível em <http://www.gazetadebeirute.com/2012/12/historia-da-musica-brasileira.html>

REJANE. Judô, Capoeira e Karatê. Disponível em <http://rejanedufisica.blogspot.com.br/2011/03/3-ano-judo-capoeira-e-karate.html>

SILVA, Débora Alice Machado da et al. Importância da recreação e do lazer / Débora Alice Machado da Silva ... [et al.]. – Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011. Disponível em <http://www.clubedosrecreadores.com/destaques/a-importancia-recreacao-lazer.pdf>

SPOLIN, V. Jogos teatrais na sala de aula. São Paulo: Perspectiva, 2008.

KOUDELA, Ingrid Dormien. Jogos Teatrais. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

TOLEDO Valéria Diniz INCLUSÃO SOCIAL E ARTE NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL : a experiência do Instituto Arte no Dique. Disponível em <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BC14.pdf>

VENTURINI, Angela Maria. A ARTE COMO CAMINHO PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Disponível em <http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/A%20arte%20com%20o%20caminho%20para%20a%20inclus%C3%A3o%20da%20pessoa%20com%20defici%C3%Aancia.pdf>

TELEFONISTA

1. Município de Barra do Piraí: 1. Dados históricos, localização, limites municipais, distritos, evolução administrativa, aspectos físico-geográficos, população, principais atividades econômicas. 2. Lei Orgânica do Município: Símbolos municipais; poderes do Município, respectivos membros e funções. 2.1. Câmara Municipal: competências, posse, eleição da Mesa Diretora, atribuições de seus membros; sessões e comissões; convocação extraordinária. 2.2. Prefeito Municipal: atribuições; competências, posse e substitutos; impedimento e vacância do cargo, proibições e licenças; consulta popular; julgamento de crimes e infrações do Prefeito e Vice Prefeito; 2.3. Administração municipal; leis de iniciativa do Prefeito; tipos e características dos atos administrativos de iniciativa do Prefeito. 2.4. Tributos municipais: espécies; Orçamento e respectivas leis. 3. Atos oficiais: Classificação, conceito e utilização dos seguintes atos: ata, atestado, aviso, certidão; circular, declaração, decreto, despacho, edital, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, relatório, requerimento e resolução. Atos de competência das autoridades municipais, conforme o Manual de Redação Oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro. 4. Atendimento ao público. 4.1. Atendimento e qualidade: conceitos, qualidade na área pública. 4.2. Programa de qualidade no Serviço Público: finalidades, foco e padrões, características, princípios para o

bom atendimento na gestão de qualidade. **4.3.** Formas de comunicação, elementos, barreiras e ruídos. **4.4.** Atendimento telefônico e presencial: princípios, recomendações, procedimentos, atitudes, estratégias, indicadores e requisitos; atendimento e tratamento; conceitos, clientes. Funções da telefonista e informações adicionais básicas. **4.5.** Organização do ambiente de trabalho. **4.6.** Ética, atitudes e competências técnica e comportamental no trabalho. **5. Telefone e telefonia.** **5.1.** Informação, conceito, processamento. **5.2.** Histórico das telecomunicações, cenário atual, tendências; **5.3.** Centrais privadas de telefonia, modalidades, características e vantagens; **5.4.** Sistemas Telefônicos e novas Tecnologias sistemas digitais, vantagens e características. **5.5.** Telefonia pela Internet, telefonia móvel celular. **5.6.** Orientações básicas para os serviços de telefonia. **5.7.** Transferência temporária de chamadas telefônicas. **5.8.** Informação: comunicação e processamento, importância para as organizações. **5.8.** Noções básicas de segurança da informação em redes de comunicação: conceitos, definições, objetivos, tipos de ameaças; classificação, reclassificação e desclassificação, critérios, funções e responsabilidades; controles; gerenciamento de recursos de informação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Informações sobre o Município: disponível em <http://www.barradopirai.rj.gov.br/portal/#>
Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí
Manual de Redação Oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Administração. 2008. 3ª parte. Disponível em <http://smaonline.rio.rj.gov.br/internet/documentosNormasOficiais.php>
Texto "Atendimento ao Cliente". Disponível no site do IBAM.
Ota, Paulo. *Manual da Telefonista*. Disponível em <http://www.reocities.com/pauloota/telefonista.html>
Pinheiro, José Mauricio. Artigos sobre telecomunicações, telefonia, telefonia pela internet e segurança de informações:
"A indústria de Telecomunicações". Disponível em http://www.projetoderedes.com.br/artigos/artigo_industria_telecomunicacoes.php
"Centrais privadas de Telefonia". disponível em http://www.projetoderedes.com.br/artigos/artigo_centrais_privadas_de_telefonia.php
"Telefonia IP x Voz Sobre IP". Disponível em http://www.projetoderedes.com.br/artigos/artigo_telefoniaip_x_voip.php
Telefonia pela Internet". Disponível em http://www.projetoderedes.com.br/artigos/artigo_telefonia_pela_internet.php
"Transferência Temporária de chamadas telefônicas" Disponível em http://www.projetoderedes.com.br/artigos/artigo_transferencia_temporaria_de_chamadas.php
"Simplesmente Informação". Disponível em http://www.projetoderedes.com.br/artigos/artigo_simplesmente_informacao.php
"Introdução à segurança de informações." Disponível em http://www.projetoderedes.com.br/aulas/aulas_seguranca_informacao.php

SECRETÁRIO DE ESCOLA

1. Legislação específica. 2. Conhecimento da legislação da escola: matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso. 3. Tipos de documentos Administrativos da Escola: Histórico Escolar, Ficha de Avaliação, Boletim Escolar, Calendário, Certificados, Diplomas, Registros e Atas. 4. Escrituração dos documentos pertinentes à vida escolar do aluno e sua guarda. 5. Conhecimento das determinações legais de um Regimento Escolar. 6. Arquivamento de documentos escolares e atualização documental. 7. Conhecimento das determinações legais de um Regimento Escolar. 8. Gestão de Pessoas. 9. Código de ética profissional. 10. Relacionamento humano no trabalho.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas até a data do concurso. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: 1990.
BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC; SEEP; 2008.
BRASIL Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.pr5.ufrj.br/images/stories/Anexos/PNE_2014.pdf
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
BRASIL. CNE.Parecer CP 16/97.
BRASIL. Lei nº 5.553 de 06/12/1968. Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.
BRASIL. PARECER CNE Nº 16/97 – CP –Aprovado em 04/11/97. Indicação CNE nº 02/97 – Normas para simplificação dos registros e do arquivamento de documentos escolares.
CARNEIRO, Moaci Alves.LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

1. Procedimentos Técnicos: verificação de sinais vitais , administração de medicamentos, vias de administração, cálculos de medicamentos, efeitos colaterais; 2. Doenças Sexualmente Transmissíveis: sífilis, AIDS/ SIDA, gonorréia, hepatite B, uretrites, condiloma acuminado, herpes e cancro mole, sinais , sintomas, prevenção e agente etiológico; 3. Assistência de Enfermagem no Pré-Natal, métodos anticoncepcionais; 4. Imunização: vacinas, dosagens, aplicação e calendário de vacinação; 5. Hipertensão Arterial Sistêmica: sinais, sintomas, valores pressóricos e técnica para aferir a pressão arterial sistêmica; 6. Diabetes Mellitus: sinais, sintomas ; 7. Controle dos Cânceres de colo de útero e mama: sinais e sintomas e fatores de risco; 8. Doenças Infecciosas e Parasitárias: sinais, sintomas, modo de transmissão e prevenção. 9. Ética: Código de Ética dos Profissionais de

Enfermagem Resolução COFEN 311/2007; 10. Dengue: sinais e sintomas e tratamentos; 11. Cuidados de Enfermagem à Saúde do idoso, da Mulher, da Criança e do Adolescente ; 12. Cuidados de Enfermagem na Saúde Mental: sinais e sintomas e tratamentos; 13. Segurança do Cliente.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- Brunner & Suddarth, Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica, Guanabara Koogan, 2009, volume 1,2 ,3 e 4.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 37 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Hipertensão Arterial Sistêmica. Brasília, DF, 2013.
- MS, Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2007.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 36 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Diabetes Mellitus. Brasília, DF, 2013.
- COREN, SP; 10 passos para a segurança do paciente. São Paulo, 2010.
- MS, Doenças Infecciosas e Parasitárias. Ed 8ª, Brasília, 2010.
- MS, Dez passos para uma alimentação saudável-Guia alimentar para crianças menores de dois anos - *Um guia para o profissional da saúde na atenção básica*, Brasília, 2010.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 32 – Atenção ao Pré-natal de Baixo Risco. Brasília, 2013.
- COREN, SP; Boas práticas: cálculo seguro. Vol 2. São Paulo, 2011
- COREN, MG; Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução COFEN 311/ 2007. Belo Horizonte, 2007.
- MS, Cadernos de Atenção Básica nº 13– Controle dos cânceres de colo de útero e da mama. Ed:2, Brasília, 2013
- SBI, Calendário de vacinação da criança. Recomendações da Sociedade Brasileira de Imunizações – 2014/2015.
- MS, Caderno de Atenção Básica nº 35. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília, DF, 2014.
- M.B.S.P. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. Atheneu, São Paulo, 2006..
- MS, Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3ª ed, Brasília, 2014
- A.M.M.G. Cálculo e Administração de Medicamentos. 13ª ed. Ed Rideel, São Paulo, 2011.
- R.M.G. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA – 2009 -2011. Ed Artmed, Porto Alegre, 2010.
- MS, Cadernos de Atenção Básica - Saúde da Criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília, 2012.
- M.S. Dengue Manual de Enfermagem. 2ª ed. Brasília, 2013.
- M.S. Manual de Controle Doenças Sexualmente Transmissíveis- DST. 4ª ed. Brasília- DF. 2006.
- MS. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, DF, 2014.
- MS. Caderno de Atenção Básica n 29. Rastreamento. Brasília, DF, 2010.
- MS. Cadernos de Atenção Básica n 34. Saúde Mental. Brasília, DF, 2013.
- MS. Cadernos de Atenção Básica – Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Brasília, DF, 2010.

FISCAL DE OBRAS

1. Competências do Poder Executivo Municipal, no campo da fiscalização de obras públicas e privadas: Política Urbana, Estatuto da Cidade e Plano Diretor. 1.2. A gestão do ambiente municipal diante do conceito de sustentabilidade e sua relação

com os recursos naturais e culturais de Barra do Piraí. 1.3. O Direito de Construir e enquadramento jurídico-administrativo para o exercício do Poder de Polícia e o exercício da fiscalização. 1.4. Desempenho das atribuições do fiscal de obras. 1.5. Legislação municipal vigente sobre fiscalização de obras. 2. Construção Civil: Instalações Provisórias, topografia, fundações, estruturas, instalações prediais, alvenarias, esquadrias, instalações prediais revestimento, pavimentação, coberturas, telhados – madeiramento e telhas, posicionamento de equipamentos eletromecânicos, com suas áreas de utilização, equipamentos urbanos. Noções básicas de comandos do programa Autocad 2005 e 2008.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (Título III, Capítulos I a IV; Título VII, Capítulo II e Capítulo VI).
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, MINISTÉRIO DO Meio Ambiente. *Cidades Sustentáveis - Subsídios à Elaboração da AGENDA 21 Brasileira*. Brasília, 2000.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Mudanças Climáticas - Caderno de Debate/III Conferência Nacional do Meio Ambiente. Brasília, 2008.
- MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ Lei Orgânica Municipal e suas alterações.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito de Construir*. 9ª edição, São Paulo: Malheiros, 2005. (Capítulo IV, p. 87-150; Capítulo VI, p. 205-227)
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 32ª edição, São Paulo: Malheiros, 2006. (Capítulo II - Administração Pública)
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei Federal nº-10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei Federal nº-6.766 de 19 de dezembro de 1979, modificada pela Lei Federal nº-9.785/99., que altera o Decreto-Lei nº3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs-6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000*, que Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004., que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC*.
- OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de (coord.). *Estatuto da cidade: para compreender...* Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

BAHIA, Sérgio Rodrigues. *Modelo para elaboração de Código de Obras e Edificações*. Rio de Janeiro: convênio IBAM/PROCEL, 1997. (Introdução, p. 9-11).

GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). *Manual do Prefeito*. 14ª edição. Rio de Janeiro: IBAM, 2013. (Cap. 2).

Código de Obras do Município de Barra do Piraí - RJ.
Código de Posturas do Município de Barra do Piraí - RJ.
 Indicações de sítios eletrônicos (sites) para consulta e obtenção de bibliografia:
www.planalto.gov.br - para obtenção da legislação federal.
www.mma.gov.br - para obtenção das publicações.
www.ibam.org.br/estudos - para obtenção de estudos e publicações do IBAM citados na bibliografia (em .pdf).

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

1. Mecanização. 2. Irrigação e drenagem. 3. Solos.
 4. Armazenamento e Processamento de produtos agrícolas.
 5. Avicultura. 6. Suinocultura. 7. Pecuária. 8. Grandes culturas.
 9. Hortaliças.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

1) Mecanização

Técnico em Agropecuária - MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA - Leandro Massayuki Rolim Yamashita, 2010
http://200.17.98.44/pronatec/wp-content/uploads/2013/06/Mecanizacao_Agricola.pdf
 Apostila de Máquinas Agrícolas - Universidade Estadual Paulista, Campus Universitário de Bauru, Faculdade de Engenharia, Departamento de Engenharia Mecânica, 2011
<http://www.wp.feb.unesp.br/abilio/maqagri.pdf>
 Máquinas e Mecanização Agrícola - Diogo Santos Campos - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2015
<https://sites.google.com/a/ifmg.edu.br/diogo/disciplinas/maquinas-e-mecanizacao-agricola>

2) Irrigação e drenagem

Técnico Agropecuária - IRRIGAÇÃO E DRENAGEM - Valber Mendes Ferreira, 2011
http://200.17.98.44/pronatec/wp-content/uploads/2013/06/Irrigacao_e_Drenagem.pdf
 Manual de Orientação - IRRIGAÇÃO E DRENAGEM - Ministério da Educação, 1987
<http://livros01.livrosgratis.com.br/me002929.pdf>

3) Solos

Manual Técnico de Pedologia - 2ª edição - IBGE, 2007
<http://www.agrolink.com.br/downloads/manual%20t%C3%A9cnico%20de%20pedologia.pdf>
 Uso Agrícola dos Solos Brasileiros - EMBRAPA, 2002
<file:///C:/Users/PC/Downloads/usoagricolasolosbrasil.pdf>
 Manual Técnico - Recomendações de Manejo e Conservação de Solo e Água - Programa Rio Rural - Secretaria de Estado Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, 2009
<http://www.pesagro.rj.gov.br/downloads/riorural/20%20Conservacao%20de%20solo.pdf>

4) Armazenamento e Processamento de produtos agrícolas
 Panorama da armazenagem de produtos agrícolas no Brasil - Revista do BNDES 40, dezembro 2013 - Páginas 161-194 -
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev4005.pdf

Armazenagem e Comercialização no Brasil.
www.ufv.br/Dea/poscolheita/Livro%20Secagem%20e%20de%20Armazenagem%20de%20Produtos%20Agricola/s/livro/mb_cord/mb1/cap1.pdf

Armazenagem Agrícola no Brasil - DEZ/2005
<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/7420aabad201bf8d9838f446e17c1ed5..pdf>

5) Avicultura

Técnico em Agropecuária - AVICULTURA - Jackeline Cristina Ost Lopes, 2011
<http://200.17.98.44/pronatec/wp-content/uploads/2013/06/Avicultura.pdf>
 Embrapa Suínos e Aves - Sistema de Produção de Frangos de Corte
<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Ave/ProducaoDeFrangodeCorte/index.html>
 Manual de Segurança e Qualidade para a Avicultura de Postura -
<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/18216/1/MANUALSEGURANCAQUALIDADEavicultradepostura.pdf>

6) Suinocultura

Boas Práticas de Produção de Suínos - EMBRAPA - Dezembro, 2006
http://www.cnpsa.embrapa.br/sgc/sgc_publicacoes/publicacao_k5u59t7m.pdf

CURSO DE SUINOCULTURA
http://www.agrocurso.org.br/pdf/suinos_apostila2006.pdf

Suinocultura (Apostila) .PDF
<http://www.vetarq.com.br/2009/09/suinocultura-apostila.html>

7) Pecuária

Cenário Atual da Pecuária de Corte, CURITIBA 2007,
http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/cenario_pc.pdf

Bovino de corte e leite: Sistemas de produção - Embrapa:
<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>

8) Grandes culturas

Sistemas de produção - Embrapa:
 Arroz: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>
 Algodão: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>
 Café: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>
 Soja: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br>
 Cana-de-açúcar: Noções da Cultura da Cana-de-Açúcar, João Paulo Nunes da Silva, Maria Regina Nunes da Silva, INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2012
http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos/ifgo/tecnico_acucar_alcool/nocoes_cultura_cana_acucar.pdf
 Milho: Boas Práticas de Milho, Goiânia, GO 17/04/2009, EMBRAPA MILHO E SORGO
<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/70228/1/Implantacao-manejo.pdf>
 Manejo da cultura do Milho - Circular técnica - Sete Lagoas, MG Dezembro, 2006 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/publica/2006/circular/Circ_87.pdf

Cultura do Milho - Emater MG
<http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/LivrariaVirtual/cultura%20do%20milho.pdf>

9) Hortaliças

O Cultivo de Hortaliças - Embrapa Informação Tecnológica, 2004
<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/749966/o-cultivo-de-hortalicas>
 Hortaliças - Cultivo de hortaliças - raízes, tubérculos, rizomas e bulbos - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2012
http://www.senar.org.br/sites/default/files/149_-_hortalicas_raizes.pdf
 Dossiê Técnico - Cultivo de Hortaliças - Ingrid Vieira Machado de Moraes - Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, 2006
<http://atividadarural.com.br/artigos/560459b4d2f8c.pdf>

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

1. **Contabilidade Geral:** Conceito, objetivos, campo de atuação, princípios de contabilidade. Patrimônio: Conceito, Formação, composição, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Equações e Variações Patrimoniais. Escrituração e Lançamentos Contábeis: métodos e elementos básicos. Receitas, Despesas. Principais aspectos Contábeis das Contas Patrimoniais. Valorização e avaliação dos estoques: sistemas de controle contábil dos estoques, valorização dos estoques, inventário físico e controle. Procedimentos contábeis específicos: disponibilidades, provisão para devedores duvidosos, duplicatas descontadas, provisão para desvalorização dos estoques, ativo imobilizado, depreciação de bens, amortizações, patrimônio líquido, despesas pagas antecipadamente, Investimentos Permanentes – métodos de avaliação, Operações com mercadorias, fatos que modificam compra e vendas de mercadorias. Estrutura e Elaboração das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado - conceitos, objetivos e forma de apresentação. 2. **Administração Financeira e Orçamento:** Conceito, Noções Gerais, Campo de Atuação. Orçamento Público: conceito, Ciclo Orçamentário, Exercício Financeiro, Princípios Orçamentários, Créditos Adicionais. Tipos de Orçamento. Orçamento-Programa: conceito, finalidade e objetivos. Instrumentos de Planejamento Governamental: Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita Pública: Conceito, Classificações, Receita Orçamentária e Extra-orçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Receita. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e classificações. Despesa Orçamentária e Extra-orçamentária. Classificação Orçamentária. Estágios da Despesa. Restos a Pagar. Adiantamento ou Suprimento de Fundos. Despesas de Exercício Anteriores. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal: Introdução; Receita Corrente Líquida; disposição sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita Pública; Despesa Pública; Transferências Voluntárias; Dívida e Endividamento; Reserva de Contingência; Contingenciamento de Dotações; Gestão Patrimonial; Transparência, Controle e Fiscalização; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório da Gestão Fiscal. 3. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público:** Sistema Contábil, Subsistemas de Contas: Orçamentário, Patrimonial, Custos e Compensado. Variações Patrimoniais. Escrituração dos principais fatos da administração pública: arrecadação das receitas correntes e de capital, arrecadação da receita de dívida ativa, realização das despesas correntes e de capital, restos a pagar, operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, inscrição de dívida ativa tributária e não tributária, incorporação de bens por doações recebidas, reconhecimento da valorização de bens, baixa por cancelamento de dívidas passivas de créditos fiscais inscritos, diminuição de dívidas por baixa da taxa cambial, registro da depreciação acumulada de bens móveis e imóveis, registro da correção monetária cambial, restituições a pagar; cauções recebidas e devolvidas, fianças recebidas e devolvidas e consignações em folha de pagamento e lançamentos de encerramento do exercício financeiro. Procedimentos contábeis orçamentários (PCO): reconhecimento da receita e da despesa orçamentária,

procedimentos contábeis referentes à receita e à despesa orçamentária, Controle da execução da despesa orçamentária, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, suprimentos de fundos. Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP). Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): conceito e estrutura. Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público (de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da STN e estrutura atualizada Lei nº 4.320/64): Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa: conceitos, estrutura, análise e técnica de elaboração. Bens Públicos: conceito, classificações e inventário. NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – NBC SP T16.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Abordagem Simples e objetiva. São Paulo. Atlas: 2014
- BEZERRA FILHO, João Eudes. *Orçamento Aplicado ao Setor Público*. Editora Atlas. 2012.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. *Curso Básico de Contabilidade*. 7ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- FIPECAFI. Manual de Contabilidade Societária – Aplicável a todas as Sociedades. Atlas: 2010.
- GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. Editora Atlas. 14 ed. 2007
- KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12ª ed. São Paulo: Atlas. 2012.
- MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP) – (Parte I,II,III,IV e V) – 6ª edição. www.tesouro.gov.br.
- MANUAL DOS DEMONSTRATIVOS FISCAIS (MDF) – 6ª edição. www.tesouro.gov.br.
- NEVES, Silvério. VICECONTI, Paulo E. Contabilidade Básica. 15ª ed. Saraiva, 2012.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de Contabilidade Básica. 8ª ed. Atlas, 2012
- ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público. São Paulo. Atlas. 2011.
- SILVA, Valmir Leôncio. *A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 1ª ed. São Paulo. Atlas. 2012.
- Constituição Federal de 1988 (Título VI, Capítulo II, Seção II – art 163 a 169).
- LEI nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (com atualizações posteriores).
- LEI nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
- Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí
- Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.
- PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 163, de 4 de maio de 2001 (e atualizações posteriores). Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Resolução do Senado Federal nº 40, de 20/12/2001.
- Resolução do Senado Federal nº 43, de 21/12/2001.

TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

CONSTRUÇÃO CIVIL: Instalações Provisórias, topografia, fundações, estruturas, instalações prediais, alvenarias, esquadrias, instalações prediais revestimento, pavimentação, coberturas, telhados – madeiramento e telhas, posicionamento

de equipamentos eletromecânicos, com suas áreas de utilização, equipamentos urbanos. Noções básicas de comandos do programa Autocad 2005 e 2008.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (Título III, Capítulos I a IV; Título VII, Capítulo II e Capítulo VI).
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, MINISTÉRIO DO Meio Ambiente. *Cidades Sustentáveis - Subsídios à Elaboração da AGENDA 21 Brasileira*. Brasília, 2000.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Mudanças Climáticas - Caderno de Debate/III Conferência Nacional do Meio Ambiente*. Brasília, 2008.
- MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI. *Lei Orgânica Municipal e suas alterações*.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito de Construir*. 9ª edição, São Paulo: Malheiros, 2005. (Capítulo IV, p. 87-150; Capítulo VI, p. 205-227)
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 32ª edição, São Paulo: Malheiros, 2006. (Capítulo II - Administração Pública)
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*. Estatuto da Cidade.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, modificada pela Lei Federal nº 9.785/99, que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979*.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, *Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC*.
- OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de (coord.). *Estatuto da cidade: para compreender...* Rio de Janeiro: IBAM, 2001.
- BAHIA, Sérgio Rodrigues. *Modelo para elaboração de Código de Obras e Edificações*. Rio de Janeiro: convênio IBAM/PROCEL, 1997. (Introdução, p. 9-11).
- GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). *Manual do Prefeito*. 14ª edição. Rio de Janeiro: IBAM, 2013. (Cap. 2).
- Código de Obras do Município de Barra do Piraí - RJ*

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1. Fundamentos de Enfermagem. Semiologia e Semiotécnica: anatomia e fisiologia humanas e suas relações com as práticas de enfermagem; atuação do técnico de enfermagem nos procedimentos de assistência ao paciente/cliente nas diversas fases do ciclo vital; fundamentação teórica das práticas de enfermagem; práticas de comunicação na relação profissional-cliente; registros na assistência de enfermagem. Assistência de enfermagem ao paciente/cliente no atendimento às necessidades de: segurança, conforto, higiene, alimentação, nutrição, sono, repouso, movimentação, eliminações fisiológicas. Preparo e administração de medicamentos e soluções. Medidas para a prevenção e o controle de infecções. Normas e condutas de biossegurança em enfermagem. 2. Ética e Legislação em Enfermagem. 3. Enfermagem em Saúde Coletiva. Vigilância epidemiológica: determinantes do processo saúde-doença; indicadores de saúde; doenças imunopreveníveis. Atuação do técnico de enfermagem nos programas especiais de saúde pública: controle de doenças transmissíveis, não transmissíveis e sexualmente transmissíveis; Programa Nacional de Imunização. Ações de educação em saúde. 4. Enfermagem na Saúde da Criança. Assistência ambulatorial à saúde da criança nas diferentes fases da vida. Prevenção de agravos fisiológicos e sociais. Ações do auxiliar de enfermagem no acompanhamento do processo de crescimento e desenvolvimento da criança, ao recém-nato normal e nas intervenções preventivas e terapêuticas. 5. Enfermagem na Saúde da Mulher: Abordagem Ambulatorial. A saúde ginecológica: medidas de controle e prevenção do câncer de mama e cervico-uterino; prevenção e controle de DST / Aids. Condutas de enfermagem na assistência ao pré-natal, parto, puerpério e planejamento familiar. 6. Enfermagem no Centro Cirúrgico. Atuação do auxiliar de enfermagem no pré-operatório, trans-operatório e pós-operatório; durante os procedimentos cirúrgico-anestésicos; na organização e limpeza da sala cirúrgica. Identificação dos instrumentais básicos e suas finalidades. Materiais e equipamentos básicos das salas de cirurgia e recuperação pós-anestésica. 7. Centro de Material e Esterilização. Ações do auxiliar de enfermagem no processo de limpeza, seleção, acondicionamento, esterilização e distribuição de materiais; no fluxo do processamento do material esterilizado; no manuseio de equipamentos de preparo e esterilização de materiais; nos métodos de monitorização e acompanhamento do ciclo de esterilização. 8. Enfermagem Médico-Cirúrgica. Ações do auxiliar de enfermagem na assistência aos pacientes com distúrbios do comportamento e dos diversos sistemas orgânicos; nas situações de urgência e emergência: choques, parada cardio-respiratória, crise convulsiva, hemorragias, crise hipertensiva, traumas e edema agudo de pulmão. 9. Cálculo e Administração de medicamentos. Classificação dos fármacos; indicação clínica; reação adversa e efeitos colaterais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- Brunner & Suddarth, *Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica*, Guanabara Koogan, 2009, volume 1, 2, 3 e 4.
- MS, *Cadernos de Atenção Básica nº 37 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Hipertensão Arterial Sistêmica*. Brasília, DF, 2013.
- MS, *Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa*. Brasília, 2007.

MS, Cadernos de Atenção Básica nº 36 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - Diabetes Mellitus. Brasília, DF, 2013.

COREN, SP; 10 passos para a segurança do paciente. São Paulo, 2010.

MS, Doenças Infecciosas e Parasitárias. Ed 8ª, Brasília, 2010.

MS, Dez passos para uma alimentação saudável-Guia alimentar para crianças menores de dois anos - *Um guia para o profissional da saúde na atenção básica*, Brasília, 2010.

MS, Cadernos de Atenção Básica nº 32 – Atenção ao Pré-natal de Baixo Risco. Brasília, 2013.

COREN, SP; Boas práticas : cálculo seguro. Vol 2. São Paulo, 2011

COREN, MG; Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Resolução COFEN 311/ 2007. Belo Horizonte, 2007.

MS, Cadernos de Atenção Básica nº 13– Controle dos cânceres de colo de útero e da mama. Ed:2, Brasília, 2013

SBIIm, Calendário de vacinação da criança. Recomendações da Sociedade Brasileira de Imunizações – 2014/2015.

MS, Caderno de Atenção Básica nº 35. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília, DF, 2014.

M.B.S.P. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. Atheneu, São Paulo, 2006..

MS, Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3ª ed, Brasília, 2014

A.M.M.G. Cálculo e Administração de Medicamentos. 13ª ed. Ed Rideel, São Paulo, 2011.

R.M.G. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA – 2009 -2011. Ed Artmed, Porto Alegre, 2010.

MS. Cadernos de Atenção Básica - Saúde da Criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília, 2012.

M.S. Dengue Manual de Enfermagem. 2ª ed. Brasília, 2013.

M.S. Manual de Controle Doenças Sexualmente Transmissíveis-DST. 4ª ed. Brasília- DF. 2006.

MS. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, DF, 2014.

MS. Caderno de Atenção Básica n 29. Rastreamento. Brasília, DF, 2010.

MS. Cadernos de Atenção Básica n 34. Saúde Mental. Brasília, DF, 2013.

MS. Cadernos de Atenção Básica – Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Brasília, DF, 2010.

TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

1. Meio Ambiente – Preservação Ambiental e Controle da Poluição. Processos de produção industrial (químicas, metalúrgicas, mecânicas e etc.); Ecologia e ecossistemas brasileiros; Conceito de poluição ambiental; A importância da água, do solo e do ar como componentes dos ecossistemas na natureza; Transporte e dispersão de poluentes; princípios dos tratamentos de resíduos gasosos, líquidos e sólidos; mecanismos físicos, químicos e biológicos; fenômeno de autodepuração; Processos de controle da poluição; Monitoramento ambiental de solo, água e ar.; Remediação de áreas degradadas; Noções de educação ambiental; Gestão integrada de meio ambiente, saúde e segurança industrial.

2. Legislação Brasileira. Legislação ambiental (Federal, Estadual e Municipal); Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei Federal n.º 6.938/81 - Política Nacional de Meio Ambiente; Lei Federal n.º 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais; Lei Federal no. 9433/97 - Política Nacional de Recursos Hídricos; Resoluções CONAMA (EIA/RIMA, Licenciamento Ambiental, Resíduos, Classificação de Águas, Controle de

Poluição Hídrica, Controle de Poluição Atmosférica); Leis Estaduais - Política Estadual de Recursos Hídricos; Código Sanitário Municipal; Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí; Código Tributário Municipal de Barra do Piraí. **3. Licenciamento Ambiental.** Licenciamento ambiental de empreendimentos industriais; Instrumentos de controle e licenciamento; Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM – Sistema de Licenciamento Ambiental - Decreto Nº 42.159 de 02 de dezembro de 2009 - Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM. **4. Recursos Hídricos.** Noções de hidrologia; ciclo hidrológico; bacias hidrográficas; águas superficiais; águas subterrâneas; Avaliação de planos de gestão de bacias hidrográficas; manejo de bacias hidrográficas; Classificação das Águas. **5. Sistemas de Abastecimento de Água.** Consumo de água; partes constituintes dos sistemas de abastecimento de água; critérios gerais de dimensionamento; Adução de água; adutoras por gravidade em condutos livres e forçados; adutoras por recalque; órgãos acessórios; dimensionamento; bombas e estações elevatórias; Tratamento de água; características físicas, químicas e biológicas da água; padrões de potabilidade; principais processos de tratamento; estações de tratamento de água; Reservatórios de distribuição de água; importância; dimensionamento econômico; Redes de distribuição de água. **6. Sistemas de Coleta e Tratamento de Efluentes Líquidos.** Qualidade da água, poluição hídrica e tecnologias de tratamento dos efluentes; Redes coletoras de esgotos sanitários e industriais; classificação; partes constituintes; dimensionamento; Tratamento de efluentes líquidos; processos de tratamento; estações de tratamento de efluentes líquidos; lodos ativados; lagoas de estabilização; reatores anaeróbios; valos de oxidação; filtração biológica; Autodepuração de cursos d'água; carga orgânica; demanda bioquímica de oxigênio; redução da concentração bacteriana; Sistemas de Tratamento de Óleo. **7. Gestão dos Resíduos Sólidos.** Caracterização quantitativa e qualitativa dos resíduos sólidos domésticos e industriais; Características físicas, químicas e biológicas dos resíduos sólidos; Acondicionamento, coleta, transporte e destinação final adequado; Disposição final dos resíduos; aterro sanitário; classificação dos aterros para resíduos sólidos de origem doméstica e industrial; Coleta seletiva e reciclagem. **8. Gestão Administrativa e Ambiental.** Planejamento, controle, fiscalização e execução de obras; orçamento e composição de custos; levantamento de quantitativos; controle físico-financeiro; Acompanhamento e aplicação de recursos; medições; emissão de faturas; controle de materiais; Sistemas de Gestão Ambiental e Auditoria Ambiental; Certificação ISO 14 000.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. Normas Técnicas Brasileiras – Série ISO 14000

AZEVEDO NETTO, José M. *Manual de Hidráulica*. 7. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1982.

BATALHA, Bem-Hur Luttembarck. *Controle da qualidade da água para consumo humano*. São Paulo, CETESB, 1977.

BRAGA, Benedito. et al. *Introdução à Engenharia Ambiental*. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

BRAILE, Pedro Marcio. *Manual de Tratamento de Águas Residuárias Industriais*. CETESB. São Paulo, 1979.

BRANCO, Samuel Murgel. *Hidrobiologia aplicada à Engenharia Sanitária*. 3ª. Ed. São Paulo, 1986.

CHEHEBE, J. R. *Análise do ciclo de vida de produtos: ferramenta gerencial da ISO 14000*. São Paulo: Qualitymark, 1998.

CHERNICHARO, Carlos Augusto de Lemos. *Reatores anaeróbios*. UFMG. Belo Horizonte, 1997.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988.

DACACH, Nelson Gandur. *Saneamento Básico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. *Manual de Saneamento*. 3ª. ed. – Brasília, 1999.

HAANDEL, Adrianus e LETTINGA, Gatzke. *Tratamento Anaeróbio de Esgotos*. Campina Grande, 1994.

IBAM. *Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos*. 1ª. ed.. Rio de Janeiro, 2001
IPT/CEMPRE LIXO MUNICIPAL: *Manual de Gerenciamento Integrado*. 1ª. ed.. São Paulo, 1995.
JORDÃO, Eduardo Pacheco & PESSOA, Constantino Arruda. *Tratamento de Esgotos Domésticos*. 3. ed. Rio de Janeiro; Editora da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), 1995.
MOURA, L. A. A. *Qualidade e gestão ambiental: sugestões para implantação das normas ISO 14000 nas empresas*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000.
NEVES, Eurico Trindade. *Curso de Hidráulica*. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1979
NUNES, J. A., *Tratamento físico-químico de águas residuárias industriais*, 3º. Ed., Aracaju, Editora Triunfo, 2001, 298 p.
PALADINI, E. P. *Qualidade total na prática: implantação e avaliação de sistemas de qualidade total*. São Paulo: Atlas, 1994.
VALLE, C. *Como se preparar para as normas ISO 14000: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente*. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 2000.
PÁGINAS DA INTERNET
- www.abes-dn.org.br
- www.ana.gov.br
- www.ambientebrasil.com.br
- www.ambiente.rj.gov.br
- www.barradopirai.rj.gov.br/portal/
- www.ibam.org.br
- www.ibama.gov.br
- www.jornaldomeioambiente.com.br
- www.mma.gov.br
- www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/
- www.resol.com.br

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

1. Microinformática. Conceitos. Características. Modalidades de processamento (online, offline, batch, real time, time sharing). Arquitetura, Organização e Montagem de Computadores - Hardware: conceitos, identificação dos componentes e funções, siglas, tipos, características, conexões e conectores, equipamentos, mídias. Memória. Placa mãe. CPU X Microprocessadores. Equipamentos e Dispositivos de armazenamento, ópticos, de entrada, de entrada/saída e de saída de dados. Instalação, montagem e manutenção de computadores. Software: conceitos, software básico e aplicativo, sistemas operacionais. Conceitos sobre a operação de microcomputadores. Ambientes Windows XP/7/8/10 BR – Área de Trabalho, significado e uso das teclas, ícones, atalhos de teclado, gerenciador de pastas e arquivos - Interface Gráfica – Windows Explorer/Computador, formatos, emprego de recursos. Ambientes Linux – Conceitos, UBUNTU, .Interface Gráfica – KDE, GNOME, UNITY, XFCE, emprego de recursos, comandos, área de trabalho, ícones, atalhos de teclado, gerenciador de pastas e arquivos - NAUTILUS, DOLPHIN, entre outros. Windows Server 2008/2012. Conceitos, características, componentes, emprego dos recursos. Instalação, operação, administração e gerenciamento. 2. MSOffice 2010/2013 BR (Word, Excel, Powerpoint Access) X LibreOffice 5.1.0.3 (Writer, Calc, Impress, Base) - conceitos, características, ícones, atalhos de teclado, uso do software e emprego dos recursos. 3. Redes de Computadores. Conceitos, características, comunicação de dados, sinais analógico e serial, transmissão serial x paralela, half-duplex X full-duplex, meios de transmissão, conectores, topologias, protocolos, tecnologias, padrões Fast Ethernet X Gigabit Ethernet X 10 Gigabit Ethernet X ATM, modelo OSI/ISO, Arquitetura TCP/IP,

redes cabeadas e wireless, máscaras de rede. Gerenciamento e manutenção de rede. 4. Programação. Conceitos básicos, características, estruturas de dados, construção de algoritmos. Linguagens de programação e Ambientes de Desenvolvimento. Java, JavaScript, HTML X HTML 5 X XHTML, XML, CSS, ASP X PHP. 5. Sistemas de Informação e Banco de Dados. Conceitos, noções de sistemas de informação, características, ciclo de vida de sistemas, metodologias, modelo relacional, modelagem, UML, SQL. 6. Web. Conceitos, características, acesso, navegação, busca, pesquisa, Internet X Intranet X Extranet, browsers Internet Explorer 11 BR, Firefox Mozilla v44.0.2, Google Chrome. Correio Eletrônico.WebMail. Mozilla Thunderbird, MSOffice Outlook 2010/2013 BR. Redes Sociais: Facebook, LinkedIn, Twitter, Orkut, MySpace, Badoo. 7. Segurança. Conceitos, características, segurança de equipamentos, de sistemas de informação, em redes e na internet. Vírus. Backup. Firewall. VPN. Procedimentos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Luís Gustavo. CSS – Guia de Consulta Rápida, Novatec, 2009.
BALTZAN, Paige & PHILLIPS, Amy. Sistemas de Informação, Bookman, 2012.
BEZERRA, Eduardo. Princípios de Análise e Projeto de Sistemas com UML- Um Guia Prático para Modelagem de Sistemas, Campus, 2006.
COSTA, Renato da. Informática para Concursos, Ed. Impetus, 2015.
DAMAS, Luis. SQL – Structured Query Language, LTC, 2007.
FLANAGAN, David. JavaScript O Guia definitivo, Bookman, 2012.
FORBELLONE, A. L. V. & EBERSPACHER, H. F. Lógica de Programação: a Construção de Algoritmos e Estruturas de Dados, Makron Books, 2005.
FOROUZAN, Behrouz A. Comunicação de Dados e Redes de Computadores, McGraw Hill, 2008.
LYRA, Maurício Rocha. Segurança e Auditoria em Sistemas de Informação, Ciência Moderna, 2008.
MANZANO, José Augusto N. G. Guia Prático de Informática, Érica, 2011.
Manuais técnicos e help/ajuda de hardware e software.
NAKAMURA, Emilio Tissato & GEUS, Paulo Licio de. Segurança de Redes em Ambientes Corporativos, Novatec, 2007.
PALMA, Luciano & PRATES, Rubens. TCP/IP – Guia de Consulta Rápida, Novatec, 2009.
RUMBAUGH, James & BLAHA, Michael. Modelagem e Projetos Baseados em Objetos com UML2, Campus, 2006.
SOMMERVILLE, S. Engenharia de Software, Person Education do Brasil, 2007.
TANENBAUM & WETHERALL. Redes de Computadores, Pearson, 2011.

TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL (TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL)

1. A saúde bucal na atenção básica: estratégia Programa Saúde da Família (PSF); saúde bucal no PSF. 2. Promoção de saúde e prevenção dos agravos à saúde mais frequentes; educação para a saúde bucal: higiene bucal – métodos e técnicas. 3. Controle de infecção na prática odontológica: noções de microbiologia, cuidados com os recursos humanos e materiais; condutas frente a acidentes ocupacionais. 4. Técnicas auxiliares: instrumentação, manipulação e isolamento. 5. Materiais dentários: indicação, manipulação e

cuidados. 6. Noções de Dentística: instrumental rotatório e manual; desenvolvimento, diagnóstico, aspectos clínicos da cárie; medidas preventivas – uso de Flúor e selantes. 7. Noções de Periodontia: instrumental, raspagem, polimento e alisamento coronários. 8. Primeiros socorros: verificação de sinais vitais, cuidados de urgência.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Cadernos de Atenção Básica. N 17*. Brasília. Ministério da Saúde. 2008. 92p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal.pdf

_____. *Controle de Infecção e a Prática Odontológica em Tempos de AIDS: manual de condutas*. Brasília. Ministério da Saúde. 2000. 118p. Disponível em:

_____. *Guia Prático do Programa Saúde da Família*. Brasília. Ministério da Saúde. s/d. 131p. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/docs/geral/guia_psf.pdf

_____. *Portaria nº 267 de 06 de março de 2001 – Normas e diretrizes de saúde bucal na atenção básica*. Brasília. Ministério da Saúde. 2001. Disponível em: http://sna.saude.gov.br/legisla/legisla/prog_pacs_psf/GM_P267_01_prog_pacs_psf.doc

COURA, Maria L. Pizzio. *Odontologia para a Família: uma abordagem educativa e preventiva*. Belo Horizonte. 2001. 128p.

http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/manual_conduta_odonto.pdf

LOBAS, Cristiane F. Saes e outros. *TSB e ASB: Odontologia de qualidade*. 2ª Ed. São Paulo. Santos. 2010. 438p.

TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A Constituição Federal Brasileira: o direito à saúde: normas para a promoção e a proteção da saúde; o direito social e os serviços de saúde de relevância pública. As normas básicas e o controle de alimentos no Brasil: configuração das infrações a legislação sanitária federal e sanções previstas. O Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Orgânica da Saúde. Estratégias de atuação e formas de organização das vigilâncias em saúde, epidemiológica, sanitária e ambiental e da vigilância à saúde do trabalhador. Doenças transmissíveis mais comuns no Brasil e nos Estados brasileiros. A obrigatoriedade de notificação pelos profissionais de saúde. Doenças transmitidas por água e alimentos. Vigilância Sanitária: conceitos, metodologia de trabalho e formas de intervenção no território. O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Legislação sobre condições higiênicas-sanitárias para indústrias/serviços de alimentação e demais estabelecimentos relacionados aos produtos e serviços com interesse à saúde. Saneamento básico e promoção da saúde. Tipos de doenças, indicadores da saúde e os fatores de risco. Controle de roedores e outros vetores em áreas urbanas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa, promulgada em 05 de outubro de 1988, Diário Oficial da União, Brasília, 1988.

_____. Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990. Diário Oficial da União, Brasília, 29/12/1990.

_____. Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990. Diário Oficial da União, Brasília, 28/12/1990.

_____. Lei 9.782 de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 1999.

_____. Ministério da Saúde. *anual de Controle de Roedores*. FUNASA, 2002.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 outubro de 2003.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 setembro 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Guia de Vigilância Epidemiológica*. 6ª edição, 816 pags.,

Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Guia_Vig_Epid_novo_2.pdf.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso* / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância

Epidemiológica. – 8. ed. rev. – Brasília, Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_gui_bolso.pdf.

_____. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Vol.7. Brasília. DF, 2006. 3ª Edição. 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.271 de 06 de junho de 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 09 junho de 2014.

SILVA JUNIOR, E. A. *Manual de controle higiênico-sanitário em Serviços de Alimentação*. 7ª ed. São Paulo, Editora Saraiva.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Conceito de Saúde Ocupacional. Legislação sobre Segurança e Medicina do Trabalho. Portaria 3214 do Ministério do Trabalho e textos complementares. Insalubridade e Periculosidade no trabalho. Acidente de Trabalho: conceito, causas e prevenção. CIPA. Doenças ocupacionais. Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Risco Ambiental (PPRA). Agentes biológicos, físicos, químicos e ergonômicos das doenças ocupacionais. Absenteísmo doença.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Constituição Nacional de 1988.

Mendes, René. *Patologia do Trabalho*. Atheneu, 1995.

Teixeira, Jorge Luiz R., *Teoria e Prática do PCMSO*, Teoria & prática Editora, 2001.

Valle S. e Teixeira P. *Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar*, FIOCRUZ, 1996.

Ferreira Junior M. *Saúde no Trabalho*, ROCA, 2000.

Ciência e Saúde Coletiva, Volume 10 número 4, ABRASCO, 2005.

Oga S., *Fundamentos de Toxicologia*, Atheneu, 1996.

➤ **NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO**
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES
BIBLIOGRÁFICAS PARA AS PROVAS OBJETIVAS

Português para o cargo de Auxiliar em Saúde Bucal.

1. Organização textual: interpretação dos sentidos construídos nos textos (verbais e não verbais); características de textos descritivos, narrativos e dissertativos. 2. Aspectos semânticos e estilísticos: sentido e emprego dos vocábulos; tempos e modos do verbo; linguagem figurada. 3. Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos. 4. Processos de constituição dos enunciados: coordenação e subordinação; concordâncias verbal e nominal. 5. Sistema gráfico: ortografia; regras de acentuação; uso dos sinais de pontuação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Gramática reflexiva: texto, semântica e interação*. São Paulo: Atual.

CUNHA, Celso e CINTRA; Luís Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. *Para gostar de escrever*. São Paulo: Ática.

VIANA, Antonio Carlos. *Guia de redação: escreva melhor*. São Paulo: Scipione.

Matemática para o cargo de Auxiliar em Saúde Bucal.

1. **Números e Operações:** O sistema de numeração decimal. Operações com números reais. Resolução de problemas envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Números primos. Múltiplos e divisores de um número natural. Razão e proporção; Divisão proporcional. Média aritmética e ponderada. Porcentagem. Operações com polinômios. Equações e sistemas do 1º e 2º graus. 2. **Grandezas e Medidas:** Sistema de medidas de comprimento, área, capacidade tempo e massa. Cálculo de áreas e perímetros. 3. **Espaço e Forma:** Polígonos regulares. Relações métricas no triângulo retângulo. 4. **Tratamento da Informação:** Princípio multiplicativo. Interpretação de gráficos e tabelas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

SAMPAIO, Fausto Arnaud - JORNADAS .MAT - 6º/7º/8º/9º ANO – 1ª edição – Editora Saraiva – 2012.

DANTE, Luiz Roberto – Projeto Teláris Matemática – 6º/7º/8º/9º ANO - 1ª edição – Editora Ática – 2014

BARROSO, J. M. *Matemática – Projeto Araribá*. São Paulo: Moderna, 2014.

IEZZI, G. & DOLCE, O. & MACHADO, A. *Matemática e Realidade*. 6º/7º/8º/9º ANO. Atual Editora - 2013.

AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL

1. Educação para a saúde bucal: higiene bucal – métodos e técnicas; promoção de saúde e prevenção contra a cárie dental. 2. Controle de infecção na prática odontológica: noções de microbiologia, cuidados com os recursos humanos e materiais. 3. Técnicas de instrumentação e aspiração; organização do instrumental. 4. Materiais dentários: organização, manipulação e cuidados. 5. Revelação e montagem de radiografias intra-orais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Controle de Infecção e a Prática Odontológica em Tempos de AIDS: manual de condutas. Brasília. Ministério da Saúde. 2000.118p. Disponível em:

http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/manual_conduta_odonto.pdf

LOBAS, Cristiane F. Saes e outros. TSB e ASB: Odontologia de Qualidade. 2ª Ed. São Paulo. Santos. 2010. 438p

http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/09/manual_biosseguranca.pdf

Resolução DC 306 de 07/12/2004. Dispõe sobre o Regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Disponível em:

http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/res_306.pdf

Técnico de Higiene Dental e Auxiliar de Consultório Dentário – Perfil de competências profissionais. Brasil: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - Departamento de Gestão da Educação na Saúde, 2004. Disponível em:

http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/tecnico_higiene_dental_auxilia_ons_dent_final.pdf

➤ **NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO**
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES
BIBLIOGRÁFICAS PARA AS PROVAS OBJETIVAS

Português para todos os cargos de Nível Fundamental Incompleto.

1. Compreensão de pequenos textos verbais e não verbais, tais como bilhetes, avisos, anúncios, histórias em quadrinhos, reportagens e narrativas. 2. Significado e emprego de palavras. 3. Regras gerais de concordância de nomes e de verbos. 4. Ortografia.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Gláucia de Britto; GREMBECKI, Maria; GREGOLIN, Maria do Rosário V. *Projeto Descobrir - Língua Portuguesa* (1º e 2º anos). São Paulo: Atual.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português Linguagens* (1º a 5º ano). São Paulo: Atual.

SOARES, Magda. *Português: uma proposta para o letramento* (volumes 1 a 4). São Paulo: Moderna.

Matemática para todos os cargos de Nível Fundamental Incompleto.

1. **Números e Operações:** Sistema de numeração decimal. Operações com números naturais e racionais. Resolução de problemas envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão. Múltiplos e Divisores. Porcentagem. 2. **Grandezas e Medidas:** Sistema de medidas de comprimento, capacidade tempo e massa. Cálculo de áreas e perímetros. 3. **Espaço e forma:** sólidos geométricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IEZZI, G. & Dolce, O. & Machado, A. *Matemática e Realidade*. 5º ano - Saraiva, 2013.

LATESSA, Gislene. *Circo dos Números - Iniciação à Matemática* – Volumes, 1, 2 e 3. 6ª edição. Editora Ática, 2009.

PROJETO BURITI. *Matemática – 1º ao 4º ano*. 3ª edição. Editora Moderna, 2013.

DANTE, Luiz Roberto. *Projeto Ápis: matemática – 2ª edição*. Editora Ática – 2014.

AUXILIAR DESERVIÇOS GERAIS

1. Serviços Administrativos. Verificação de aparelhos e máquinas ligados ou desligados, sob orientação técnica. Operação de máquinas duplicadoras. Recebimento e distribuição de documentos e/ou cópias aos setores da Prefeitura Municipal. Utilização, cuidados, guarda e controle de materiais, equipamentos e produtos utilizados. Pequenas compras externas e mandados diversos sob instruções. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes e combate a incêndios. Práticas do dia a dia. 2. Copa e cozinha: Cuidados de higiene com o local de trabalho, água, lixo, transporte de lixo, higiene do ambiente e utensílios. 3. Higiene, Limpeza e Meio Ambiente: Necessidade de higienização nas instalações da Prefeitura Municipal. Categorias de higienização. Higienização de superfícies. Tipos de higienização. Técnica dos dois baldes. Operações de Limpeza. Higienização de utensílios. 4. Equipamentos de Proteção individual (E.P.I.). 5. Condutas e Aspectos gerais de higiene. Lavagem das mãos. 6. Meio ambiente e reciclagem de produtos e materiais. Coleta seletiva. Separação de lixo. Resíduos. Classificação. Simbologia. 7. Limpeza. Objetivos. Tipos. Procedimentos. Princípios Básicos. Materiais. 8. Outros assuntos – Prática do dia a dia.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

HAZELWOOD e MCLEAN. *Manual de Higiene*. Editora Livraria Varela. São Paulo. 1999. 2ª reimpressão.
HIGIENE, LIMPEZA e RESÍDUOS: textos disponíveis em /
http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/higienizacao_estabel_saude_1.pdf
RECICLAGEM E COLETA SELETIVA
Disponíveis em www.compam.com.br/coletaseletiva.htm
PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS – Disponível em:
www.bombeiros.mg.gov.br - Dicas de Segurança
www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/lab_virtual/fogo.html
PREVENÇÃO DE ACIDENTES – Disponível em:
http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1227209981.pdf
Outros assuntos – Práticas do dia a dia.
PILARES, Naci Capel. Atendimento ao Cliente: O Recurso Esquecido. São Paulo: Nobel, 1989 (Módulos I e III).

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

1. **Materiais hidráulicos e serviços de atendimento.** Plantas de instalações hidráulicas, elétricas e sanitárias, simbologias e especificações, escolha do material apropriado e execução do trabalho. Executar os serviços elétricos, hidráulicos e sanitários, registros, descargas peças e acessórios, quadros de disjuntores. Reservatórios tipos, instalação e manutenção. 2. Ferramentas. Ferramentas manuais e elétricas. 3. **Manutenção predial.** Detectar partes ou peças defeituosas, substituindo-as ou reparando-as, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, materiais de vedação para devolver as instalações em condições normais de funcionamento. 4. **Equipamentos de segurança.** Equipamentos de proteção individual (EPI): Observar e cumprir as normas de higiene e de segurança do trabalho.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Catálogos de ferramentas para trabalhar com instalações prediais
Catálogos dos fabricantes de materiais de construção.
SITES: <http://www.tigre.com.br>
<http://www.amanco.com.br>
<http://www.eluma.com.br>
<http://www.prysmian.com.br>
<http://www.sika.com.br>
<http://www.weber.com.br>

COVEIRO

1. **Conhecimentos técnicos profissionais.** 1.1. Manutenção Predial – Noções básicas. 1.2. Manutenção Externa: Ruas, Praças, Jardins, Canteiros, Ferramental básico.

2. **Equipamentos de segurança e higiene do trabalho.** 2.1. Equipamentos de proteção individual e coletiva. 2.2. Cuidados e precauções com ferramentas manuais e elétricas. 3. Prevenção contra incêndio e pânico. Noções básicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Catálogos e Manuais de Ferramentas Manuais e Elétricas.
Catálogos e Manuais de Materiais e Equipamentos de Segurança.
Orientações Básicas do Corpo de Bombeiros da Municipalidade.
Catálogos e Manuais de Materiais Básicos de Limpeza e Higiene.

COZINHEIRA

1. Noções gerais sobre higienização: Pessoal, equipamentos, utensílios e área física de cozinhas e refeitórios de maneira geral. 2. Noções gerais sobre administração de cozinhas e refeitórios: Armazenamento, controle de estoque e distribuição de refeições e alimentos. 3. Conhecimento de higienização e características próprias dos alimentos. 4. Conhecimento sobre pré-preparo e preparo de alimentos. 5. Conhecimentos básicos sobre composição nutricional dos alimentos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Manual de Higiene para Manipuladores de Alimentos. Rio de Janeiro: Imprensa da Cidade do S/D. São Paulo: Atlas, 2000.
MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO Secretaria Municipal da Saúde, Coordenação de Vigilância em Saúde, SP, 2012.

ELETRICISTA

1. **Conhecimentos técnicos profissionais.** 1.1. Ferramentas Manuais – Noções básicas e aplicações. 1.2. Ferramentas Elétricas - Noções básicas. 1.3. 1.3 Aparelhos de Medição e Aferição. 2. **Equipamentos de Segurança.** 2.1. Equipamentos de proteção individual e coletiva. 2.2. Cuidados e precauções com ferramentas manuais e elétricas. 3. **Prevenção contra incêndio e pânico.** Noções básicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Catálogos e Manuais de Ferramentas Manuais e Elétricas.
Catálogos e Manuais de Materiais e Equipamentos de Segurança.
Orientações Básicas do Corpo de Bombeiros da Municipalidade.
Catálogos e Manuais de Materiais Elétricos de Construção Civil
SITE:
www.prysmian.com.br,

GARI

1. **Conhecimentos técnicos profissionais:** Materiais, Ferramentas e Equipamentos usados na atividade. Noções básicas de coleta seletiva. Noções básicas de higiene pessoal e ambiental. 2. **Equipamentos de Segurança:** Equipamentos de proteção individual e coletiva. Cuidados e precauções com ferramentas manuais e elétricas. Normas básicas de atendimento ao público e de segurança. 3. **Prevenção contra incêndio e pânico:** Noções básicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Cartilha de limpeza urbana
SITE: <http://www.resol.com.br/cartilha/lu.php>
Catálogos de equipamentos de segurança individual e coletiva
GARI E COLETORES DE LIXO - COOPERMITI:
www.coopermiti.com.br/.../50abf1411b83e90c04dfd630f039ca62.pdf
Orientações Básicas do Corpo de Bombeiros da Municipalidade.

Catálogos e manuais de materiais, equipamentos e ferramentas de Construção Civil.

GUARDIÃO DO RIO

1. Guardiões dos Rios do Município de Barra do Piraí: Atuação e vinculação, conforme a lei de sua criação. 2. A água como bem universal e direito de todos: 2.1. Volume de água e água doce na superfície da terra, sua distribuição e seus usos; de onde vem e para onde vai a água que usamos. 2.2. Disponibilidade de água e impactos que afetam diretamente a quantidade e qualidade das águas doces: problemas, conflitos e suas causas; estratégias e iniciativas. 2.3. Gestão de recursos hídricos: o papel de cada um. 2.4. Poluição dos rios: conceito, causas, tipos, fontes, ações e estratégias para solução do problema. 3. Faixa Marginal de Proteção: conceitos, objetivos e condições de sua demarcação, órgãos responsáveis. Conhecimentos básicos sobre Área de Proteção Permanente, Área Urbana Consolidada, Perda da Função Ecológica, calha de rio, mata ciliar. 4. Conceitos básicos sobre meio ambiente, conforme o Glossário de Meio Ambiente.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Lei nº 909, de 08 de abril de 2005: Dispõe sobre a instituição dos Guardiões dos Rios do Município de Barra do Piraí e dá outras providências.

VIEIRA, André de Ridder, COSTA, Larissa e BARRETO, Samuel R. "Água para Vida, Água para Todos: Livro das Águas" - Cadernos de Educação Ambiental. WWF-Brasil, Brasília: 2006. Disponível em <http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/?2986>

SUSCUARANA, Monik Silveira. Texto: "Poluição dos Rios". Disponível em <http://www.infoescola.com/meio-ambiente/poluicao-dos-rios/>

Faixa marginal de proteção/ Instituto Estadual do Ambiente - INEA. Rio de Janeiro: 2010.

Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDropDown/EstudosePublicacoes/Publicacoes/index.htm>

Glossário de Termos Meio Ambiente. Disponível no site do IBAM

MECÂNICO DE AUTOS

Técnicas de funcionamento e correção de defeitos em motores ciclos Otto e Diesel automotivos. Técnicas de funcionamento e correção de defeitos de sistemas de transmissão automotivas, mecânicas e automáticas. Técnicas de funcionamentos e correção de defeitos dos sistemas de suspensão e freios automotivos. Técnicas de funcionamento e correção de defeitos nos sistemas elétricos-eletrônicos automotivos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

PAZ, M. Arias. Manual do Automóvel. Todas as edições.

CHOLLET, H. Motor e seus Acessórios. São Paulo, Hemus, s.d., última edição.

ALMEIDA, F. Amaury. Manutenção de Automóveis. Última edição.

CUNHA, Lauro Sales. Manual Prático do Mecânico. Última edição.

JUDGE, W. Artur. Manual Completo do Eletricista de Automóveis. Editora Hemus, última edição

MERENDEIRO

1. Noções gerais sobre higienização: Pessoal, equipamentos, utensílios e área física de cozinhas e refeitórios de maneira geral. 2. Noções gerais sobre administração de cozinhas e refeitórios: Armazenamento, controle de estoque e distribuição de refeições e alimentos. 3. Conhecimento de higienização e características próprias dos alimentos. 4. Conhecimento sobre pré-preparo e preparo de alimentos. 5. Conhecimentos básicos sobre composição nutricional dos alimentos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Manual de Higiene para Manipuladores de Alimentos. Rio de Janeiro: Imprensa da Cidade do S/D. São Paulo: Atlas, 2000.

MANUAL DE BOAS PRATICAS DE MANIPULACAO DE ALIMENTOS: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO Secretaria Municipal da Saúde, Coordenação de Vigilância em Saúde, SP, 2012.

MOTORISTA D

1. Legislação brasileira de trânsito. 2. Conhecimentos sobre funcionamento, pequenos reparos e manutenção preventiva dos seguintes sistemas e componentes de veículos automotores: motores veiculares de combustão interna ciclos Otto (álcool e gasolina) e diesel e sistemas de suspensão, freios, direção, transmissão e elétrico. 3. Conceitos, métodos e técnicas de prevenção de acidentes de trânsito e direção defensiva.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. Amaury. Manutenção de Automóveis.

CHOLLET, H. Motor e seus Acessórios. São Paulo, Hemus (Curso Prático e Profissional para Mecânico de Automóveis)

CHOLLET, H. Veículos e seus Acessórios. São Paulo, Hemus, (Curso Prático e Profissional para Mecânico de Automóveis)

Código Brasileiro de Trânsito.

PAZ, M. Arias. Manual do Automóvel.

Pugliesi, M. Manual Completo do Automóvel.

SENAI. RJ. GEP. DIEAD. Direção Defensiva. Unidade de Estudo. Rio de Janeiro. 2000.

PEDREIRO

1. Conhecimentos técnicos profissionais. 1.1. Materiais de Construção Civil. 1.2. Ferramentas Manuais e Elétricas - Noções básicas de uso. 2. Equipamentos de Segurança. 2.1. Equipamentos de proteção individual e coletiva. 2.2. Cuidados e precauções com ferramentas manuais e elétricas. 3. Prevenção contra incêndio e pânico. Noções básicas

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Catálogos e Manuais de Ferramentas Manuais e Elétricas.

Catálogos e Manuais de Materiais e Equipamentos de Segurança.

Orientações Básicas do Corpo de Bombeiros da Municipalidade.

Catálogos e Manuais de Materiais de Construção Civil.

SERVENTE DE OBRAS

1. Conhecimentos técnicos profissionais. 1.1. Manutenção predial – noções básicas. 1.2. Manutenção externa: Ruas; Praças; Jardins; Canteiros e Ferramental básico. 2. Equipamentos de segurança. 2.1. Equipamentos de proteção individual e coletiva. 2.2. Cuidados e precauções com ferramentas manuais e elétricas. 3. Prevenção contra incêndio e pânico. Noções básicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Catálogos de Ferramentas manuais e elétricas.

Equipamentos de Segurança – catálogos.

Orientações básicas do Corpo de Bombeiros da localidade.

Catálogos de materiais e equipamentos de construção civil.

SOLDADOR

1. Noções básicas de elétrica. 2. Manutenção e cuidados com ferramentas manuais e elétricas. 3. Equipamentos de segurança individual e coletiva. 4. Prevenção contra incêndio e pânico. 5. Técnicas de soldagem. 6. Fabricação, montagem, limpeza estrutural – Consumíveis. 7. Preparação de solda com esmeril. 8. Cravação de rebites e cortes com disco abrasivo. 9. Tipos de soldagens: OXIACETILÊNICA, TIG, MIG/ MAG

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Catálogos de equipamentos, ferramentas e materiais usados em soldagens.

Catálogos dos fabricantes de equipamentos de segurança.

SITES: <http://www.prysmian.com.br>

<http://www.tigre.com.br>

<http://www.abraman.org.br/arquivos/73/73.pdf>

http://www.gns1.com/Apostilas-Solda_Eletrica_Senai.pdf

VIGIA

1. Município de Barra do Piraí: Dados históricos, localização, limites municipais, distritos, evolução administrativa, aspectos físico-geográficos, população, principais atividades econômicas.

2. Patrimônio Público: **2.1.** Tipos, destinação e classificação de bens. **2.2.** Conceitos básicos sobre tombamento e formas de incorporação e alienação de bens ao patrimônio municipal. **2.3.** Administração patrimonial: funções e atividades. **3. Segurança no Trabalho:** **3.1.** Impactos de acidentes e doenças; conceitos, causas, condições de trabalho. **3.2.** Riscos nos ambientes de trabalho. **3.3.** Medidas e equipamentos de proteção coletiva e individual. **3.4.** Aspectos legais. **4. Prevenção e combate a incêndios:** **4.1.** Cuidados básicos com instalações, equipamentos e áreas de circulação. **4.2.** Manutenção de sistema de segurança. **4.3.** Classificação e causas de incêndios, procedimentos e métodos de combate e extinção de incêndios, agentes extintores. **5. Atendimento ao público.** **5.1.** Conceitos básicos sobre qualidade, clientes, modalidades e princípios, atendimento e tratamento. **5.2.** Comunicação: elementos, ruídos e barreiras. **5.3.** Atendimento telefônico e presencial: procedimentos, regras, indicadores e requisitos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Informações sobre o Município: disponível em <http://www.barradopirai.rj.gov.br/portal/#>

Manual do Prefeito. IBAM, 2013. Seção, IV, Capítulo 3. Pags. 202 a 205. Disponível em www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/manual_prefeito_1.pdf

Dicas de Prevenção de acidentes e doenças no trabalho – SESI/SEBRAE: Brasília, 2005

Disponível em www.desenvolvimento.gov.br/portalmduc/.../dwnl_1227209_981.pdf no sítio do IBAM

Manual de Prevenção e combate a incêndio. Cartilha Orientativa. Prefeitura Municipal de São Paulo/SP. Disponível em <http://www.segurancaetrabalho.com.br/download/prevencao-incendios-manual.pdf>

Texto Atendimento ao Cliente. Disponível no sítio do IBAM



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ERRATA Nº 01



O Prefeito Municipal de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica do Município, resolve alterar o Edital Nº 01/2016, conforme se segue:

No **Anexo I** o requisito para provimento do cargo de **Engenheiro Ambiental** passa a vigorar com a seguinte redação:

Curso de Nível Superior em Engenharia Ambiental ou Biologia ou Engenharia Agrônoma ou Engenharia Florestal ou Engenharia Química ou Engenharia Sanitária e, para profissionais com outros cursos de Nível Superior, Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente, reconhecido pelo Ministério da Educação, acrescido, para todos os casos, de registro no respectivo Conselho de Classe.

No Anexo I (continuação) a descrição sintética do cargo de Médico I (Angiologista) é a disposta abaixo:

Médico Angiologista	Realiza atendimento de pacientes portadores de patologia de origem arterial, venosa e linfática, incluindo assistência clínica e executa qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área.
----------------------------	---

Os demais itens do citado Edital permanecem com a mesma redação.

Barra do Piraí, 14 de junho de 2016.

Maércio Fernando Oliveira de Almeida
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ERRATA Nº 02



O Prefeito Municipal de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica do Município, resolve alterar o Edital Nº 01/2016, conforme se segue:

No Anexo I, Anexo I (continuação), Anexo II e Anexo III onde se lê Engenheiro Ambiental leia-se **Consultor Ambiental**.

Os demais itens do citado Edital permanecem com a mesma redação.

Barra do Piraí, 24 de junho de 2016.

Maércio Fernando Oliveira de Almeida
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ERRATA Nº 03



O Prefeito Municipal de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica do Município, resolve alterar o Edital Nº 01/2016, conforme se segue:

No item 9.19 onde se lê:

Entrega dos títulos na Secretaria Municipal de Recursos Humanos (aprovados nas provas objetivas para os cargos de Professor I, Professor II e Nível Superior)	15 a 17/08/16
--	----------------------

Leia-se:

Entrega dos títulos no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, situado na Travessa Assumpção, nº 69 - Centro - Barra do Piraí/ RJ, no horário de 9h00 às 17h00 (aprovados nas provas objetivas para os cargos de Professor I, Professor II e Nível Superior)	15 a 17/08/16
--	----------------------

Os demais itens do citado Edital permanecem com a mesma redação.

Barra do Piraí, 02 de agosto de 2016.

Maércio Fernando Oliveira de Almeida
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ERRATA Nº 04



O Prefeito Municipal de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica do Município e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, resolvem alterar o Edital Nº 01/2016, conforme se segue:

Considerando o elevado número de recursos apresentados pelos candidatos contra os gabaritos preliminares das provas objetivas, aplicadas no dia 31 de julho de 2016, recebidos nos dias 02 e 03 de agosto de 2016.

Os itens 5.3.8.1, 5.4.6, 5.5.5, 7.3 e 9.19 passam a vigorar com a seguinte redação:

5.3.8.1. Os candidatos aprovados nas provas objetivas para os cargos Professor I, Professor II e Nível Superior deverão entregar **seus títulos autenticados, no período de 29 a 31 de agosto de 2016**, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, situado na Travessa Assumpção, nº 69 - Centro - Barra do Piraí, no horário de 11h00 às 16h00.

5.4.6. A convocação dos candidatos para realização das provas práticas, **previstas para os dias 17 e 18 de setembro de 2016**, será feita através de Edital de Convocação que será divulgado nos *sites* www.ibam-concursos.org.br e www.pmbp.rj.gov.br, assim como no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Barra do Piraí e nos demais meios de comunicação julgados convenientes pela Comissão de Concurso Público da Prefeitura.

5.5.5. A convocação dos candidatos para realização da prova de aptidão física, **prevista para os dias 17 e 18 de setembro de 2016**, será feita através de Edital de Convocação que será divulgado nos *sites* www.ibam-concursos.org.br e www.pmbp.rj.gov.br, assim como no Mural Oficial de Atos da Prefeitura de Barra do Piraí.

7.3. O candidato que tiver dificuldade em utilizar a Internet deverá preencher o Formulário de recurso, constante do Anexo IV deste Edital e entregar para registro no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, situado na Travessa Assumpção, nº 69 - Centro - Barra do Piraí, no horário de 11h00 às 16h00.

9.19. O novo cronograma de atividades do Concurso Público é o disposto abaixo:

ETAPAS	DATA PREVISTA
Publicação do Edital nos sites do IBAM e da Prefeitura, no Mural de Atos da Prefeitura de Barra do Piraí e nos demais meios de Comunicação definidos pela Comissão de Concurso Público	30/05/16
Período de inscrição	06/06 a 24/06/16
Data limite para pagamento do boleto bancário do valor da inscrição	27/06/16
Data para verificar se a inscrição foi homologada	28/06/16
Prazo para inscrição dos isentos	06 a 08/06/16
Divulgação dos pedidos de isenção	15/06/16
Recursos contra pedidos de isenção negados	16 e 17/06/16
Aplicação das provas objetivas	31/07/16
Publicação Oficial dos Gabaritos nos sites e no Mural da Prefeitura	01/08/16
Recursos contra gabaritos das provas objetivas	02 e 03/08/16



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ - RJ
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2016
ERRATA Nº 04



ETAPAS	DATA PREVISTA
Disponibilização do cartão-resposta para consulta, através do site www.ibam-concursos.org.br na opção Área do candidato	09/08/16
Publicação dos primeiros resultados (notas nas provas objetivas) e da síntese dos recursos contra gabaritos nos sites	26/08/16
Entrega dos títulos no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, situado na Travessa Assumpção, nº 69 - Centro - Barra do Piraí/ RJ, no horário de 11h00 às 16h00 (aprovados nas provas objetivas para os cargos de Professor I, Professor II e Nível Superior)	29 a 31/08/16
Aplicação das Provas Práticas para os cargos de Motorista Categoria D, Cozinheira e Merendeiro e de Aptidão Física para os cargos de Guarda Municipal - Feminino e Guarda Municipal – Masculino	17 e 18/09/16
Divulgação dos resultados das provas práticas, de aptidão física e de títulos	20/09/16
Recursos contra os resultados das provas práticas, de aptidão física e de títulos	21 e 22/09/16
Publicação da síntese dos recursos contra pontuação nas provas práticas, de aptidão física e de títulos	29/09/16
Divulgação dos resultados finais do Concurso Público	30/09/16

Os demais itens do citado Edital permanecem com a mesma redação.

Barra do Piraí, 09 de agosto de 2016.

Maércio Fernando Oliveira de Almeida
Prefeito Municipal